

Votorantim Industrial S.A.
Demonstrações financeiras consolidadas em
31 de dezembro de 2014
e relatório dos auditores independentes



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Votorantim Industrial S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da Votorantim Industrial S.A. (a "Companhia") e suas controladas que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.



Votorantim Industrial S.A.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Votorantim Industrial S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2014, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Outros assuntos - informação suplementar

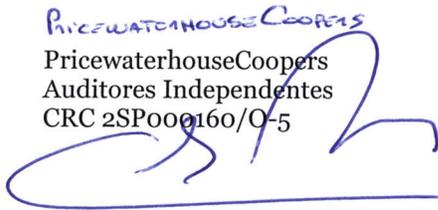
Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração consolidada do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar, uma vez que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não requerem sua apresentação para a Companhia. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Informações por unidade de negócio

Examinamos, ainda, as informações suplementares por unidade de negócio, apresentadas para propiciar informações adicionais sobre a Votorantim Industrial S.A. e suas controladas, as quais não objetivam estar de acordo e não são requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas IFRS. Essas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Curitiba, 27 fevereiro de 2015


PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça
Contador CRC 1SP196994/O-2

Índice

Demonstrações financeiras consolidadas	
Balanco patrimonial consolidado	3
Demonstração do resultado consolidado	4
Demonstração do resultado abrangente consolidado	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa.....	8
Demonstração consolidada do valor adicionado	9
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas	
1. Considerações gerais.....	10
2. Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e resumo das principais práticas contábeis.....	11
2.1. Base de apresentação	11
2.2. Consolidação	12
2.3. Conversão de moeda estrangeira	15
2.4. Caixa e equivalentes de caixa	16
2.5. Ativos financeiros.....	16
2.5.1. Classificação	16
2.5.2. Reconhecimento e mensuração.....	17
2.5.3. Compensação de instrumentos financeiros.....	18
2.5.4. <i>Impairment</i> de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.....	18
2.6. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de <i>hedge</i>	18
2.7. Contas a receber de clientes	20
2.8. Estoques	20
2.9. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	21
2.10. Depósitos judiciais	21
2.11. Imobilizado.....	21
2.12. Arrendamento mercantil	22
2.13. Ativos biológicos	22
2.14. Ativos classificados como mantidos para venda	22
2.15. Ativos intangíveis	22
2.16. Combinação de negócios e ágio fundamentado pela expectativa de rentabilidade futura (“ <i>Goodwill</i> ”)	24
2.17. <i>Impairment</i> de ativos não financeiros.....	24
2.18. Contas a pagar aos fornecedores	24
2.19. Empréstimos e financiamentos.....	24
2.20. Provisões.....	25
2.21. Benefícios a funcionários.....	25
2.22. Capital social	26
2.23. Reconhecimento da receita	27
2.24. Distribuição de dividendos.....	27
2.25. Lucro por ação.....	28
2.26. Juros sobre capital próprio.....	28
2.27. Subvenção governamental.....	28
2.28. Demonstração do fluxo de caixa	28
2.29. Demonstração do valor adicionado	28
3. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações	29
4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos	30
5. Gestão de risco sócio ambiental	31
6. Gestão de risco financeiro	32
6.1. Fatores de risco financeiro	32
6.1.1. Instrumentos financeiros derivativos	35
6.1.2. Estimativa do valor justo	39
6.1.3. Demonstrativo da análise de sensibilidade	40
6.1.4. <i>Hedge</i> de investimentos líquido em entidades no exterior	42
6.1.5. Gestão de capital	42
7. Instrumentos financeiros por categoria	43

8.	Qualidade dos créditos dos ativos financeiros	44
9.	Caixa e equivalentes de caixa	45
10.	Aplicações financeiras.....	45
11.	Contas a receber de clientes	46
12.	Estoques	47
13.	Tributos a recuperar	47
14.	Ativos classificados e passivos relacionados a ativos mantidos para venda.....	48
15.	Partes relacionadas	50
16.	Opção de compra de ações	53
17.	Outros ativos	53
18.	Investimentos.....	54
19.	Imobilizado.....	57
20.	Ativos biológicos	59
21.	Intangível.....	60
22.	Empréstimos e financiamentos.....	63
23.	Contas a pagar - <i>Trading</i>	67
24.	Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	68
25.	Outros passivos	70
26.	Regime Tributário de Transição (“RTT”)	70
27.	Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)	70
28.	Provisões.....	71
29.	Uso do bem público	82
30.	Patrimônio líquido	83
31.	Receita	85
32.	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	86
33.	Resultado financeiro líquido	86
34.	Abertura do resultado por natureza.....	87
35.	Despesas de benefícios a empregados	87
36.	Benefícios de plano de pensão e saúde pós-emprego	87
37.	Benefícios fiscais	90
38.	Seguros	92
39.	Informações suplementares – Segmentos de negócio	92

Votorantim Industrial S.A.

Balanço patrimonial consolidado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhões de reais

	Nota	2014	2013		Nota	2014	2013
Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	3.564	2.498	Empréstimos e financiamentos	22	1.530	1.517
Aplicações financeiras	10	3.846	4.092	Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1	242	116
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1	105	108	Fornecedores		3.242	2.807
Contas a receber de clientes	11	2.466	2.346	Contas a pagar - <i>Trading</i>	23	116	112
Estoques	12	3.473	3.402	Salários e encargos sociais		791	758
Tributos a recuperar	13	1.086	1.048	Imposto de renda e contribuição social		108	146
Dividendos a receber	15	45	28	Tributos a recolher		385	357
Opção de compra de ações	16		127	Dividendos a pagar para os acionistas controladores	15	379	104
Instrumentos financeiros - compromisso firme	1 (ii)	405		Dividendos a pagar para os acionistas não controladores	15	10	47
Outros ativos	17	467	509	Adiantamento de clientes		250	191
		<u>15.457</u>	<u>14.158</u>	Uso do bem público - UBP	29	64	60
				Outros passivos	25	624	539
						<u>7.741</u>	<u>6.754</u>
Ativos classificados como mantidos para venda	14 (a)	849	788	Passivos relacionados a ativos mantidos para venda	14 (b)	461	390
		<u>16.306</u>	<u>14.946</u>			<u>8.202</u>	<u>7.144</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos	22	22.473	21.918
Aplicações financeiras	10	19	41	Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1	3	12
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1	197		Imposto de renda e contribuição social diferidos	24 (b)	1.513	1.392
Tributos a recuperar	13	1.524	1.618	Partes relacionadas	15	895	916
Partes relacionadas	15	2.482	1.977	Provisões	28	1.922	2.020
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24 (b)	2.205	1.910	Uso do bem público - UBP	29	954	935
Depósitos judiciais	28 (c)	433	414	Plano de pensão	36	303	374
Instrumentos financeiros - compromisso firme	1 (ii)	889		Outros passivos	25	1.310	697
Outros ativos	17	297	355			<u>29.373</u>	<u>28.264</u>
		<u>8.046</u>	<u>6.315</u>				
				Total do passivo		<u>37.575</u>	<u>35.408</u>
Investimentos	18	6.270	5.993	Patrimônio líquido	30		
Imobilizado	19	26.037	26.314	Capital social		20.363	20.167
Ativos biológicos	20	134	109	Reservas de lucros		7.295	6.294
Intangível	21	12.518	11.684	Ajustes de avaliação patrimonial		589	61
		<u>53.005</u>	<u>50.415</u>				
				Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores		<u>28.247</u>	<u>26.522</u>
				Participação dos acionistas não controladores		<u>3.489</u>	<u>3.431</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>31.736</u>	<u>29.953</u>
Total do ativo		<u>69.311</u>	<u>65.361</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>69.311</u>	<u>65.361</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Votorantim Industrial S.A.

Demonstração do resultado consolidado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Nota</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Operações continuadas			
Receita líquida de produtos vendidos e serviços prestados	31	28.059	26.244
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	34	(20.202)	(19.127)
Lucro bruto		<u>7.857</u>	<u>7.117</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Com vendas	34	(1.846)	(1.676)
Gerais e administrativas	34	(2.264)	(2.244)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	32	329	(1.068)
		<u>(3.781)</u>	<u>(4.988)</u>
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		<u>4.076</u>	<u>2.129</u>
Resultado de participações societárias			
Equivalência patrimonial	18	258	(74)
Resultado financeiro líquido			
Despesas financeiras	33	(3.026)	(2.009)
Receitas financeiras		782	911
Variações cambiais, líquidas		(85)	(514)
		<u>(2.329)</u>	<u>(1.612)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>2.005</u>	<u>443</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	24	(492)	(963)
Diferidos		152	807
		<u>1.665</u>	<u>287</u>
Lucro líquido do exercício proveniente de operações continuadas		<u>1.665</u>	<u>287</u>
Operações descontinuadas			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício das operações descontinuadas	14 (c)	16	(49)
Lucro líquido do exercício		<u>1.681</u>	<u>238</u>
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores		1.594	433
Lucro líquido (prejuízo) atribuído aos acionistas não controladores		87	(195)
Lucro líquido do exercício		<u>1.681</u>	<u>238</u>
Quantidade média ponderada de ações - milhares		17.698.165	17.532.872
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações em reais*		90,07	24,70
Das operações continuadas:			
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações em reais*		89,11	27,49
Das operações descontinuadas:			
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações em reais*		0,90	(2,79)

* Considera em 2014 para fins de diluição 90 mil ações referentes a título conversível em ações (Nota 30 (f)).

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Votorantim Industrial S.A.

Demonstração do resultado abrangente consolidado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhões de reais

	<u>Nota</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro líquido do exercício		1.681	238
Outros componentes do resultado abrangente líquido de imposto de renda e contribuição social do exercício a serem posteriormente reclassificados para o resultado			
Variação cambial de investidas localizadas no exterior		1.759	1.967
<i>Hedge accounting</i> de investimentos líquidos no exterior	6.1.4	(883)	(892)
<i>Hedge accounting</i> operacional de controladas		20	(38)
Participação nos outros resultados abrangentes das investidas		(13)	28
		<u>883</u>	<u>1.065</u>
Outros componentes do resultado abrangente líquido de imposto de renda e contribuição social do exercício que não serão reclassificados para o resultado			
Remensurações dos benefícios de aposentadoria	36	18	(24)
Outros componentes do resultado abrangente do exercício, líquido dos efeitos tributários		<u>901</u>	<u>1.041</u>
Total do resultado abrangente do exercício		<u>2.582</u>	<u>1.279</u>
Resultado abrangente atribuível aos acionistas			
Controladores		2.122	1.028
Não controladores		460	251
		<u>2.582</u>	<u>1.279</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Votorantim Industrial S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Atribuível aos acionistas controladores							Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido
		Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total		
			Incentivos fiscais	Legal	Retenção					
Em 1º de janeiro de 2014		20.167	6	555	5.733		61	26.522	3.431	29.953
Total do resultado abrangente do exercício										
Lucro líquido do exercício						1.594		1.594	87	1.681
Outros componentes do resultado abrangente do exercício							528	528	373	901
Total do resultado abrangente do exercício						1.594	528	2.122	460	2.582
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas										
Remuneração do título conversível em ações	30 (f)					(68)		(68)		(68)
Aumento de capital social	1 (i)	196						196		196
Aquisição e aumento de participação de acionistas não controladores										
Aquisição de participação de não controladores VCNNE	1 (v)				(38)			(38)	(100)	(138)
Aumento de participação de acionistas não controladores Yacuces									48	48
Aumento de participação de acionistas não controladores Itacamba									13	13
Reclassificação entre não controladores e reserva de lucros	30 (g)				294			294	(294)	
Destinação do lucro líquido do exercício										
Constituição de reserva legal	30 (c)			80		(80)				
Dividendos (R\$ 0,04 por ação)	30 (b)				(402)	(379)		(781)	(69)	(850)
Retenção de lucros					1.067	(1.067)				
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		196		80	921	(1.594)		(397)	(402)	(799)
Em 31 dezembro de 2014		20.363	6	635	6.654		589	28.247	3.489	31.736

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Votorantim Industrial S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Atribuível aos acionistas controladores							Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido
		Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total		
			Incentivos fiscais	Legal	Retenção					
Em 1º de janeiro de 2013		19.907	5	533	5.513		(1.434)	24.524	3.249	27.773
Total do resultado abrangente do exercício										
Lucro líquido (prejuízo) do exercício						433		433	(195)	238
Outros componentes do resultado abrangente do exercício							595	595	446	1.041
Total do resultado abrangente do exercício						433	595	1.028	251	1.279
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas										
Título conversíveis em ações	30 (f)					(2)	900	898		898
Aumento de capital social		260						260		260
Aquisição de participação de acionistas não controladores					38			38	(47)	(9)
Redução de participação de acionistas não controladores Macau					(10)			(10)	(28)	(38)
Aumento de participação de acionistas não controladores Antequera									6	6
Reversão de dividendos prescritos e não reclamados					62			62		62
Destinação do lucro líquido do exercício										
Constituição de reserva de incentivos fiscais			1			(1)				
Constituição de reserva de reserva legal	30 (c)			22		(22)				
Dividendos (R\$ 0,01 por ação)	30 (b)				(176)	(102)		(278)		(278)
Retenção de lucros					306	(306)				
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		260	1	22	220	(433)	900	970	(69)	901
Em 31 dezembro de 2013		20.167	6	555	5.733		61	26.522	3.431	29.953

Votorantim Industrial S.A.

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhões de reais

	Nota	2014	2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		2.005	443
Lucro líquido (prejuízo) das operações descontinuadas		16	(49)
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa			
Juros e variações monetárias e cambiais		3.102	1.483
Equivalência patrimonial	18	(258)	74
Depreciação, amortização e exaustão	19, 20 e 21	2.291	2.226
Resultado na baixa ou venda de ativos não circulantes			86
Opção de compra de ações	32	126	30
Alteração no valor justo do ativo biológico		(32)	34
Instrumentos financeiros derivativos		(44)	(12)
Provisão para desvalorização de ativos (<i>Impairment</i>)	32	621	928
Instrumento financeiro – compromisso firme	32	(1.294)	
Provisões		(143)	199
		<u>6.390</u>	<u>5.442</u>
Decréscimo (acrécimo) em ativos			
Aplicações financeiras		642	(686)
Instrumentos financeiros derivativos		(43)	152
Contas a receber de clientes		(144)	(273)
Estoques		(135)	(64)
Tributos a recuperar		138	39
Partes relacionadas		(505)	(25)
Outros ativos		77	(147)
Acrécimo (decrécimo) em passivos			
Fornecedores		425	69
Receita diferida - obrigação por performance		905	
Contas a pagar - <i>Trading</i>		4	58
Salários e encargos sociais		33	160
Tributos a recolher		(172)	8
Adiantamento de clientes		59	100
Uso do bem público - UBP		59	80
Outros passivos		(365)	(818)
		<u>7.368</u>	<u>4.095</u>
Caixa proveniente das operações			
Juros pagos sobre empréstimos e uso do bem público		(1.599)	(1.449)
Prêmio pago na recompra de <i>Bonds</i>		(527)	(78)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(330)	(361)
		<u>4.912</u>	<u>2.207</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado		(2.435)	(2.354)
Aumento de ativo biológico	20	(34)	(26)
Aumento de intangível	21	(82)	(114)
Aquisição de investimentos			(356)
Aumento de capital em investidas	18		(20)
Recebimento de venda de ativos não circulantes		336	248
Recebimento de dividendos		56	71
		<u>(2.159)</u>	<u>(2.551)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captações de recursos		8.235	3.380
Liquidação de empréstimos e financiamentos		(9.040)	(4.368)
Instrumentos financeiros derivativos		(149)	(22)
Partes relacionadas		(21)	(189)
Captações de título conversível em ações			900
Aumento de capital			260
Aquisição participação de não controladores Macau			(38)
Aquisição de participação de não controladores VCNNE	1 (v)	(138)	
Aumento de participação de acionistas não controladores Yacuces		48	
Aumento de participação de acionistas não controladores Itacamba		13	
Juros das debêntures da VFIN		(68)	
Pagamento de dividendos		(612)	(233)
		<u>(1.732)</u>	<u>(310)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos			
Acrécimo (decrécimo) em caixa e equivalentes de caixa		1.021	(654)
Efeito de oscilações nas taxas cambiais		45	181
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.498	2.971
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<u>3.564</u>	<u>2.498</u>
Principais transações que não afetaram o caixa			
Pagamento de REFIS com tributo diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa		562	167
Captações de FINAME para aquisição de imobilizado		67	62
Aumento de capital por meio de participação acionária e outros ativos não circulantes		196	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Votorantim Industrial S.A.

Demonstração consolidada das demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhões de reais

	Nota	2014	2013
Receitas			
Receita bruta de produtos vendidos e serviços prestados, deduzida de descontos e devoluções		33.192	30.927
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	32	950	(140)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11 (c)	(56)	(62)
		<u>34.086</u>	<u>30.725</u>
Insumos adquiridos de terceiros			
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados		(17.832)	(16.800)
Perda do valor dos ativos (<i>Impairment</i>)	32	(621)	(928)
Valor adicionado bruto		<u>15.633</u>	<u>12.997</u>
Depreciação, amortização e exaustão	19, 20 e 21	(2.291)	(2.226)
Valor adicionado líquido produzido		<u>13.342</u>	<u>10.771</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Equivalência patrimonial	18	258	(74)
Receitas financeiras e variações cambiais ativas		3.385	4.275
		<u>3.643</u>	<u>4.201</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u>16.985</u>	<u>14.972</u>
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos	35		
Remuneração direta		2.337	2.202
Encargos sociais		979	981
Benefícios		454	421
		<u>3.770</u>	<u>3.604</u>
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		2.632	2.878
Estaduais		3.085	2.924
Municipais		32	37
Tributos diferidos		(152)	(807)
		<u>5.597</u>	<u>5.032</u>
Remuneração de capitais de terceiros			
Despesas financeiras e variações cambiais passivas		5.714	5.887
Aluguéis		223	211
		<u>5.937</u>	<u>6.098</u>
Remuneração de capitais próprios			
Participação de acionistas não controladores		87	(195)
Dividendos		448	102
Lucros retidos		1.130	380
Lucro líquido (prejuízo) das operações descontinuadas	14 (c)	16	(49)
		<u>1.681</u>	<u>238</u>
Valor adicionado distribuído		<u>16.985</u>	<u>14.972</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Considerações gerais

A Votorantim Industrial S.A. ("Companhia", "Controladora" ou "VID"), é uma empresa de capital privado integralmente controlada pela família "Ermírio de Moraes" e que constitui a *holding* das empresas industriais da Votorantim Participações S.A. ("VPAR"). Com sede na cidade de São Paulo, tem por objetivo administrar bens e empresas, podendo participar em outras companhias de qualquer natureza, no interesse de suas finalidades. A Companhia, por meio de suas controladas e coligadas, atua nos segmentos de materiais básicos de construção (cimento, concreto, agregados e argamassa), metais (alumínio, zinco e níquel), siderurgia, mineração (zinco, cobre, prata e chumbo), celulose e geração de energia elétrica.

Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2014

(i) Aumento de capital social na VID

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2014, a VPAR aumentou em R\$196 o capital social da VID por meio da transferência de sua participação acionária detida na Votorantim Novos Negócios Ltda. e de outros ativos não circulantes pelo valor contábil.

(ii) Instrumento financeiro – compromisso firme para compra e venda de energia excedente

A Companhia por meio de sua controlada Votener – Votorantim Comercializadora de Energia Ltda., opera no Ambiente de Contratação Regulado ("ACR") e sua última participação ocorreu no 13º leilão de compra de energia elétrica em 30 de abril de 2014, no qual, mediante compromisso firme, efetuou vendas para fornecimento até 2019. Estas transações resultaram em ganho com venda de excedente de energia para Companhia, que foi reconhecido pelo seu valor justo no montante de R\$ 958.

Adicionalmente, a Companhia também por meio da Votener, opera no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"), que da mesma forma resultaram em ganho pelo reconhecimento ao valor justo dessas transações de compra e venda e excedentes apurados até 2020.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o resultado decorrente destas transações, tanto no Ambiente de Contratação Regulado quanto de Contratação Livre e excedentes, reconhecidas pelo seu valor justo, gerou ganho no montante de R\$ 1.294 (sendo R\$ 854 líquido de tributos diferidos) registrado como "Outras receitas (despesas) operacionais líquidas" (Nota 32).

(iii) Emissão de *bonds*

Em junho de 2014, a controlada Companhia Brasileira Alumínio – "CBA", emitiu *bonds* em dólar no montante de US\$ 400 milhões, vencimento em 2024 e cupom semestral de 4,75% a.a.. A emissão possui garantia da VID e *ratings* BBB, Baa3 e BBB pelas agências S&P, Moody's e Fitch, respectivamente.

Em abril de 2014, a controlada Votorantim Cimentos S.A. ("VCSA") emitiu *bonds* no valor de EUR 650 milhões com vencimento em 2021 e cupom anual de 3,25% a.a.. A nova emissão foi a primeira no mercado internacional sem garantias e possui *ratings* BBB, Baa3 e BBB pelas agências S&P, Moody's e Fitch, respectivamente.

(iv) Recompra de *bonds* (*Tender Offer*)

Em 3 de junho de 2014, a VID, a Companhia Brasileira de Alumínio ("CBA") e a Voto - Votorantim Overseas Trading Operations IV Ltd. ("Voto IV") anunciaram oferta para recomprar *bonds* (*Tender Offer*) de suas emissões com vencimentos em 2019, 2020 e 2021, respectivamente. No dia 11 de junho de 2014, a VID recomprou R\$ 98 (US\$ 44 milhões) de principal, com desembolso total de R\$ 115 (US\$ 52 milhões), a CBA recomprou R\$ 174 (US\$ 78 milhões) de principal, com desembolso total de R\$ 210

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 **Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma**

(US\$ 94 milhões) e a Voto IV recomprou R\$ 247 (US\$ 112 milhões) de principal, com desembolso total de R\$ 313 (US\$ 142 milhões). As liquidações financeiras ocorreram em 17 de junho de 2014.

No dia 9 de abril de 2014, a controlada Votorantim Cimentos S.A. (“VCSA”) anunciou a oferta para recomprar *bonds (Tender Offer)* em EUR de sua emissão com vencimento em 2017. No dia 16 de abril de 2014, a VCSA recomprou R\$ 1.386 (EUR 446 milhões) de principal, com desembolso total de R\$ 1.655 (EUR 533 milhões) e obteve aprovação dos credores para exclusão de alguns *covenants*. A liquidação financeira ocorreu em 28 de abril de 2014.

No dia 10 de março de 2014, a VID e a CBA anunciaram oferta para recomprar *bonds (Tender Offer)* de suas emissões com vencimentos em 2019 e 2021, respectivamente, no montante total de até US\$ 1 bilhão. No dia 21 de março de 2014, a VID recomprou R\$ 1.352 (US\$ 586 milhões) de principal, com desembolso total de R\$ 1.536 (US\$ 665 milhões), e obteve aprovação dos credores para exclusão de alguns *covenants* e a CBA recomprou R\$ 679 (US\$ 294 milhões) de principal, com desembolso total de R\$ 788 (US\$ 341 milhões). As liquidações financeiras ocorreram em 28 de março de 2014.

(v) Recomprou de participação de não controlador na Votorantim Cimentos N/NE S.A. (“VCNNE”)

Em 20 de janeiro de 2014, a controlada VCNNE recomprou ações de sua emissão detidas pelo Banco Votorantim S.A. e suas entidades financeiras, para manutenção em tesouraria. A quantidade de ações adquiridas foi 806.620, sendo 663.591 ações ordinárias e 143.029 ações preferenciais. O valor pago unitário da ação na data da recompra, obtido com base em laudo de avaliação econômica realizado por empresa independente, foi R\$ 214,01 reais totalizando um desembolso de R\$ 172. No valor pago inclui o saldo de dividendos registrado no contas a pagar aos não controladores de R\$ 34. Como o valor unitário da ação era R\$ 124,10 reais, foi gerado ágio na recompra no montante de R\$ 38. Com isso, sua controladora VCSA, controlada da VID, passou a deter 100% de capital da VCNNE.

2. Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e resumo das principais práticas contábeis

2.1. Base de apresentação

(a) Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão definidas a seguir. Estas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

(b) Base de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes em 31 de dezembro de 2014, o que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“*International Financial Reporting Standards - IFRSs*”), emitidas pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*” e interpretações “*IFRIC*”.

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas considerou o custo histórico como base de valor, que no caso de certos ativos e passivos financeiros, inclusive instrumentos derivativos, é ajustado para refletir a mensuração do valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 4.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras consolidadas foi aprovada pela Administração em 27 de fevereiro de 2015.

2.2. Consolidação

As seguintes práticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo entidades estruturadas) sobre as quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a VID. A consolidação é interrompida a partir da data em que Companhia deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(b) Transações com participações de não controladores

A Companhia trata as transações com não controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas decorrentes de alienações de participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta “Reserva de retenção de lucros”.

(c) Perda de controle em controladas

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados no resultado.

(d) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle.

Acordos em conjunto referem-se a todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras.

Os investimentos em coligadas e *joint ventures* são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em coligadas e *joint ventures* inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda acumulada por *impairment*.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e *joint ventures* é reconhecida na demonstração do resultado e sua participação na movimentação nas contas de patrimônio líquido é reconhecida de forma reflexa em seu patrimônio líquido. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada ou *joint venture* for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas e *joint ventures* são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

(e) Principais empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém controle.

As principais empresas controladas e as operações em conjunto incluídas na consolidação são as seguintes:

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Percentual do capital total e votante		Localização da sede	Atividade principal
	2014	2013		
Cimentos				
Acariúba Mineração e Participação Ltda.	100,00	100,00	Brasil	Holding
Interávia Transportes Ltda.	100,00	100,00	Brasil	Transporte
Silcar Empreendimentos, Comércio e Participações Ltda.	100,00	100,00	Brasil	Holding
Votorantim Cimentos N/NE S.A. - "VCNNE" (i)	100,00	97,38	Brasil	Cimentos
Votorantim Cimentos S.A. - "VCSA"	100,00	100,00	Brasil	Cimentos
St. Barbara Cement Inc.	100,00	100,00	Canadá	Cimentos
Votorantim Cement North America Inc. - "VCNA"	100,00	100,00	Canadá	Holding
Votorantim Cements Internacional Spain SE	100,00	100,00	Espanha	Holding
Votorantim Cimentos EAA Inversiones, S.L. - "VCEAA"	100,00	100,00	Espanha	Holding
St. Marys Cement Inc.	100,00	100,00	EUA	Cimentos
Cimentos Artigas S.A. - "Artigas"	51,00	51,00	Uruguai	Cimentos
Metais				
Companhia Brasileira de Alumínio - "CBA"	100,00	100,00	Brasil	Alumínio
Votorantim Metais S.A. - "VMSA"	100,00	100,00	Brasil	Níquel
Votorantim Metais Zinco S.A. - "VMZ"	100,00	100,00	Brasil	Zinco
US Zinc Corporation - "USZinc"	100,00	100,00	EUA	Zinco
Votorantim Metais Cajamarquilla S.A. - "Cajamarquilla"	99,91	99,91	Peru	Zinco
Mineração				
Compañía Minera Atacocha S.A.A.	88,19	88,19	Peru	Mineração
Compañía Minera Milpo S.A.A. - "Milpo"	50,06	50,06	Peru	Mineração
Siderurgia				
Acerbrag S.A.	100,00	100,00	Argentina	Siderurgia
Votorantim Siderurgia S.A. - "VS"	100,00	100,00	Brasil	Siderurgia
Acerías Paz del Río S.A. - "APDR"	82,42	82,42	Colombia	Siderurgia
 Holding, Trading e outras				
Votorantim GmbH - "VGmbH"	100,00	100,00	Áustria	Trading
Santa Cruz Geração de Energia S.A.	100,00	100,00	Brasil	Energia Elétrica
Votener - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda	100,00	100,00	Brasil	Energia Elétrica
Votorantim Energia Ltda. - "VE"	100,00	100,00	Brasil	Holding
Votorantim Investimentos Latino-Americanos S.A. - "VILA"	99,91	99,91	Brasil	Holding
VM Holding S.A. - "VM Holding" (ii)	100,00		Luxemburgo	Holding
Novos Negócios				
Votorantim Novos Negócios Ltda. "VNN" (iii)	100,00		Brasil	Holding
Operações conjuntas (Joint operations)				
Baesa - Energética Barra Grande S.A.	15,00	15,00	Brasil	Energia Elétrica
Campos Novos Energia S.A.	44,76	44,76	Brasil	Energia Elétrica
Voto - Votorantim Overseas Trading Operations IV Ltd.	50,00	50,00	Ilhas Cayman	Holding
Fundos de aplicação financeira exclusivos (iv)				
Fundo de Investimento Pentágono Multimercado - Crédito Privado	100,00	100,00	Brasil	Finanças
Odessa Multimercado Crédito Privado	89,94	93,94	Brasil	Finanças

- (i) O percentual do capital votante da VCNNE em 31 de dezembro de 2013 era 95,79. Os percentuais destacados na tabela para a empresa referem-se ao capital total.
- (ii) Em 26 de fevereiro de 2014, foi constituída a VM Holding S.A. que está localizada em Luxemburgo e tem como atividade principal investimentos em empresas dos segmentos zinco e minerações.
- (iii) Em 31 de dezembro de 2014, a controladora VPAR aumentou o capital social da VID transferindo entre outros ativos, a participação societária da VNN.
- (iv) Devido à natureza dos fundos exclusivos, estes não apresentam capital votante, sendo a Companhia detentora do capital total citado. As participações em fundos de investimentos exclusivos são consolidadas de acordo com a segregação dos investimentos que compõem o patrimônio desses fundos.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Principais cifras das empresas controladas em conjunto (“operações conjuntas”)

Os valores dos grupos de ativos, passivos e do resultado considerados na consolidação da Companhia das principais controladas em conjunto (“operações conjuntas”) são apresentados a seguir, considerando-se o percentual detido pela Companhia:

	Baesa - Energética Barra Grande S.A.		Campos Novos Energia S.A.	
	2014	2013	2014	2013
Percentual de participação	15%	15%	45%	45%
Ativo circulante	11	15	64	44
Ativo não circulante	187	201	572	599
Passivo circulante	21	15	56	46
Passivo não circulante	73	67	167	201
Receita líquida	60	71	223	210
Despesas operacionais	11	11	37	34
Lucro líquido do exercício	6	21	44	62

2.3. Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A Administração, após análise das operações e da concentração dos negócios no Brasil, concluiu que o Real (“R\$”) é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas localizadas no Brasil. Essa conclusão baseia-se na análise dos seguintes indicadores:

- Moeda que mais influencia os preços de bens e serviços;
- Moeda do país cujas forças competitivas e cujos regulamentos mais influenciam na determinação do preço de venda de seus produtos e serviços;
- Moeda que mais influencia os custos de mão de obra, material e de outros itens para fornecimento de produtos ou serviços;
- Moeda na qual são obtidos, substancialmente, os recursos das atividades financeiras;
- Moeda na qual são normalmente acumulados os valores recebidos de atividades operacionais.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Quando os ganhos são remensurados, os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do fim do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações qualificadas de *hedge* de investimento líquido.

(c) Empresas controladas com moeda funcional diferente da Companhia

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades da Companhia (nenhuma das quais opera em economia hiperinflacionária) cuja moeda funcional difere da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- as receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias mensais de câmbio (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações);
- todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

patrimônio líquido, na conta “Ajuste de avaliação patrimonial”.

Os valores apresentados no fluxo de caixa são extraídos das movimentações convertidas dos ativos, passivos e resultado, conforme detalhado anteriormente.

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos e outros instrumentos de moeda designados como *hedge* desses investimentos são reconhecidos no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda sobre a venda.

Os ajustes no ágio e no valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de câmbio de fechamento.

A seguir, descrevemos as moedas funcionais definidas para as controladas relevantes no exterior:

<u>Empresas</u>	<u>País</u>	<u>Moeda funcional</u>
Cimentos		
VCNA	Canadá	Dólar Canadense
VCEAA	Espanha	Euro
Metais		
Cajamarquilla	Peru	Dólar Norte Americano
USZinc	EUA	Dólar Norte Americano
Mineração		
Milpo	Peru	Dólar Norte Americano
Siderurgia		
APDR	Colômbia	Peso Colombiano
Acerbrag	Argentina	Peso Argentino
 Holding e Trading		
VM Holding	Luxemburgo	Dólar Norte Americano
VGmbH	Austria	Dólar Norte Americano

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez (investimentos com vencimento original menor que 90 dias), que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As contas garantidas são demonstradas como "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante, quando aplicável.

Caixa e equivalentes de caixa são classificados como empréstimos e recebíveis. Com relação aos equivalentes de caixa, na prática, seu valor justo e o custo amortizado se equivalem, considerando por definição, suas características.

2.5. Ativos financeiros

2.5.1. Classificação

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurado ao valor justo por meio do resultado (“mantidos para negociação”), mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Mantidos para negociação

Os ativos financeiros mantidos para negociação têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses ativos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica "Resultado financeiro líquido". Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são classificadas neste grupo, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*.

(b) Mantidos até o vencimento

Os investimentos em valores mobiliários não derivativos que a Companhia tem capacidade e intenção em manter até a data de vencimento, são classificados como investimentos mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo amortizado. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável. Quando aplicável, é reconhecida provisão para desvalorização desse ativo.

(c) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis são atualizados de acordo com a taxa efetiva da respectiva transação. Compreende-se como taxa efetiva aquela fixada nos contratos e ajustada pelos respectivos custos de cada transação. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem principalmente "Contas a receber de clientes" e "Caixa e equivalentes de caixa".

2.5.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado, quando existentes, são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos vencem ou são transferidos, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, quando existentes, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mantidos para negociação são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro líquido" no período em que ocorrem.

As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Resultado financeiro líquido".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como "Resultado financeiro líquido".

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado nos preços atuais de mercado. Para os

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

ativos financeiros sem mercado ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir a comparação com operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

2.5.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros somente são compensados, e o valor líquido reportado no balanço patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há intenção de liquidá-los numa base líquida, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.5.4. Impairment de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data do balanço se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e se esse evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo-se os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento ocorrido após o reconhecimento do *impairment* (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.6. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. A Companhia adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa certos derivativos como:

- *hedge* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo);
- *hedge* de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (*hedge* de fluxo de caixa); ou
- *hedge* de um investimento líquido em uma operação no exterior (*hedge* de investimento líquido).

A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

Os valores de mercado dos instrumentos derivativos diversos são divulgados na Nota 6.1.1. O valor

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* é superior a 12 meses, e classificado como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for inferior a 12 meses.

(a) *Hedge* de fluxo de caixa

Com o objetivo de garantir a fixação de margem operacional em reais para parte da produção das empresas que integram o segmento de metais, as empresas controladas contratam instrumentos financeiros derivativos para efetuar a venda a termo de cada *commodity* (zinco, alumínio e níquel) em conjunto com a venda a termo de Dólar americano. Essas empresas controladas adotam a contabilidade de *hedge* para os instrumentos derivativos contratados com essa finalidade. A parcela efetiva das variações no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial". Ganhos ou perdas relacionados à parcela não efetiva são imediatamente reconhecidos como outros resultados operacionais. Os valores acumulados no patrimônio líquido são levados ao resultado (na mesma linha de resultado afetada pela operação originalmente protegida) nos períodos em que se realizam as referidas exportações e/ou vendas referenciadas em preço LME (*London Metal Exchange*).

Quando um instrumento de *hedge* vence ou é vendido, ou quando um *hedge* não atende mais aos critérios de contabilização de *hedge*, todo ganho ou toda perda cumulativa existente no patrimônio naquele momento permanece no patrimônio e é reconhecida quando a operação prevista é finalmente reconhecida na demonstração do resultado. Quando não se espera mais a ocorrência de uma operação prevista, o ganho ou a perda cumulativa que havia sido apresentada no patrimônio é imediatamente transferido para a demonstração do resultado em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas".

A Companhia também adota a contabilidade de *hedge* para instrumentos derivativos de LIBOR. Esses *hedges* são executados com o objetivo de proteger a exposição ao risco de taxa de juros existente em empréstimos e financiamentos indexados à taxa LIBOR. A parcela efetiva das variações no valor justo desses derivativos é reconhecida no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial", e são levados ao resultado na amortização dos empréstimos e financiamentos.

(b) *Hedge* de valor justo

Com o objetivo de manter o fluxo de receitas operacionais das empresas que fazem parte do segmento de metais referenciado em preço LME, as empresas controladas contratam operações de *hedge* nas quais trocam de fixo para flutuante o preço definido nas transações comerciais com clientes interessados em comprar produtos a preço fixo. Essas controladas adotam a contabilidade de *hedge* para os instrumentos derivativos contratados com essa finalidade. As variações no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são reconhecidas no resultado operacional. Em contrapartida, é reconhecida no resultado operacional a variação do valor justo do objeto de *hedge*, no caso, o compromisso firme da venda a preço fixo ao cliente.

(c) *Hedge* de investimento líquido

A Companhia e sua controlada VCSA designaram alguns contratos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira como *hedge* de parte de seus investimentos no exterior. O objetivo desse procedimento é atenuar os impactos da volatilidade cambial nos resultados.

Periodicamente comprova-se a efetividade dessas operações de *hedge*. Nesse contexto, a parcela de variação cambial sobre os referidos contratos de empréstimos e financiamentos é acumulada no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial". Essa modalidade de contabilidade de *hedge* é utilizada para os investimentos no exterior mantidos nas empresas VCNA, Cajamarquilla, USZinc e VCEAA.

As operações de *hedge* de investimentos líquidos em operações no exterior são contabilizadas de modo semelhante às de *hedge* de fluxo de caixa.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 **Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Ganhos e perdas acumulados no patrimônio são transferidos para a demonstração do resultado quando a operação no exterior é integral ou parcialmente alienada ou vendida.

(d) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Certos instrumentos derivativos não são designados para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo que tenham como finalidade a proteção do resultado operacional desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas". Os instrumentos não designados para a contabilização de *hedge* que tenham como finalidade a proteção de exposições no resultado financeiro são classificados no "Resultado financeiro líquido".

(e) Instrumento financeiro – compromisso firme

A empresa controlada Votener - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. centraliza as transações de compra e venda de energia para atender as demandas das empresas da VID. Uma parte dessas transações assume a forma de contratos que foram celebrados e continuam a ser realizados com a finalidade de receber ou entregar a energia para uso próprio, de acordo com as demandas produtivas das Companhias da VID e, por isso, não atendem a definição de instrumento financeiro.

Outra parte dessas transações se refere às compras e vendas de excedente de energia, não empregados no processo produtivo da VID, sendo transacionados em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que eles são liquidados em energia, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o IAS 39 / CPC 38 e são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço.

O valor justo de desses derivativos é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda, (ii) margem de risco no fornecimento e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido.

2.7. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores referentes à venda de mercadorias ou à prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão de créditos de liquidação duvidosa. As contas a receber de clientes no mercado externo são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

2.8. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo é determinado pelo método do custo médio ponderado. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias primas, mão de obra direta e outros custos diretos e indiretos de produção. As matérias-primas provenientes de ativos biológicos são mensuradas ao valor justo, menos as despesas de vendas no ponto da colheita, quando são transferidas do ativo não circulante para o grupo de estoques. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e as despesas estimadas necessárias para efetuar a venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.9. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto e a contribuição social também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda e contribuição com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

2.10. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e quando possuírem provisão correspondente são apresentados de forma líquida em “provisões tributárias, cíveis, trabalhistas e outras”. Os depósitos judiciais que não possuem provisão correspondente são apresentados no ativo não circulante.

2.11. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção deduzido da depreciação. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição ou a construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando há probabilidade de benefícios econômicos futuros associados ao item e quando o custo do item pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerados os custos e os valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Edificações	25 - 56 anos
Máquinas e equipamentos	10 - 40 anos
Veículos	4 - 10 anos
Móveis e utensílios	4 - 16 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao fim de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios que a Companhia adota para determinar o valor recuperável.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.12. Arrendamento mercantil

Os arrendamentos do imobilizado, nos quais a Companhia e suas controladas detêm, substancialmente, todos os riscos e os benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte para amortização do passivo e parte aos encargos financeiros. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em outros passivos.

Os juros são debitados à demonstração do resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo em cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

2.13. Ativos biológicos

Os ativos biológicos da controlada VS estão representados pelas florestas de eucalipto em formação, as quais se encontram localizadas na região de Minas Gerais, com área total de 22.801 hectares, utilizadas no processo produtivo da Companhia, principalmente como combustível da transformação ferro-gusa, matéria-prima para produção de aços longos.

Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento do corte. Sua exaustão é calculada com base no corte das florestas.

2.14. Ativos classificados como mantidos para venda

Ativos (ou grupos de alienação) são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperado, principalmente por meio de venda e quando a venda for considerada altamente provável. Estes ativos são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, deduzidos os custos de venda.

2.15. Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. O ágio é testado anualmente para verificação de prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 **Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma**

(b) Direitos sobre recursos naturais

Quando da comprovação efetiva da viabilidade econômica da exploração comercial de determinada jazida, os correspondentes gastos com estudos e pesquisas minerais e os gastos de remoção de estéril incorridos, a partir dessa comprovação, são capitalizados como custo de formação da mina. Quando a mina estiver operacional, os custos acumulados capitalizados em relação aos direitos de exploração são reclassificados do “Ativo imobilizado” para o “Ativo intangível” e subsequentemente, são amortizados / incluídos no custo do produto. Os custos de construção capitalizados relacionados à planta são reclassificados para “equipamentos e instalações”.

Os custos com a aquisição de direitos de exploração de minas são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo das vidas úteis, ou, quando aplicável, com base na exaustão de minas.

Após o início da fase produtiva da mina, esses gastos são amortizados e tratados como custo de produção.

A exaustão de recursos minerais é calculada com base na extração, considerando-se as vidas úteis estimadas das reservas.

Nas operações de mineração relacionadas aos negócios de cimento e metais, é necessário remover obstáculos e outros resíduos para acessar o minério a partir do qual podem ser extraídos minerais. Esse processo é denominado decapagem ou remoção de estéril. Durante o desenvolvimento da mina, antes do início da produção, os custos de decapagem, quando aumentam o acesso ao minério, o componente do corpo de minério para as quais o acesso foi melhorado pode ser identificado e os custos podem ser medidos de forma confiável, são capitalizados como parte do investimento na construção da mina, apresentado como parte dos ativos intangíveis, e são posteriormente amortizados durante a vida útil da mina em base a unidades produzidas.

(c) Softwares

As licenças de software adquiridas são registradas no ativo intangível com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

(d) Uso do bem público

Corresponde aos valores estabelecidos nos contratos de concessão relacionados aos direitos de exploração do potencial de geração energia hidrelétrica (concessão onerosa), cujo contrato é assinado na modalidade de Uso do Bem Público (UBP).

O registro contábil é feito no momento da liberação da licença de operação, independentemente do cronograma de desembolsos estabelecido no contrato. O registro inicial desse passivo (obrigação) e do ativo intangível (direito de concessão) corresponde aos valores das obrigações futuras trazidos a valor presente (valor presente do fluxo de caixa dos pagamentos futuros).

A amortização do intangível é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente da concessão. O passivo financeiro é atualizado pelo índice contratual estabelecido e pelo ajuste a valor presente em decorrência da passagem do tempo e reduzido pelos pagamentos efetuados.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Cláusulas de relacionamento com clientes e acordos de não-concorrência

Cláusulas de relacionamento com clientes e acordos de não-concorrência adquiridos em combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição. As cláusulas de relacionamento com clientes e acordos de não concorrência têm vida útil finita e são mensuradas pelo custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear sobre a vida útil estimada apresentada a seguir:

Relação com clientes	15 anos
Acordos de não concorrência	5 anos

2.16. Combinação de negócios e ágio fundamentado pela expectativa de rentabilidade futura (“Goodwill”)

A Companhia utiliza o método de aquisição para contabilização de transações classificadas como combinação de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos em combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controladora no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição.

2.17. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar a necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Perda por *impairment* é reconhecida pelo montante excedente entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, serão revisados subsequentemente para a análise de possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.18. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante quando o pagamento é devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

2.19. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 **Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma**

financiamentos estejam em aberto, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que se tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.20. Provisões

(a) Provisões de natureza tributária, cível, trabalhistas, ambiental e ações judiciais

As provisões de natureza tributária, cível, trabalhistas, ambiental e ações judiciais são reconhecidas quando: (i) há obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável saída de recursos para liquidar a obrigação; (iii) o valor pode ser estimado com segurança. Não são reconhecidas provisões em relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las será determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que seja pequena a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(b) Obrigação com descomissionamento de ativo

As despesas relativas ao descomissionamento de minas são registradas como obrigações para desmobilização de ativos. As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões.

2.21. Benefícios a funcionários

A Companhia opera alguns tipos de benefícios pós-emprego, incluindo tanto planos de pensão de benefício definido e contribuição definida, quanto o plano de assistência médica pós-aposentadoria.

(a) Obrigações de aposentadoria

A Companhia, por meio das controladas no exterior (VCNA, VCEAA, Artigas e APDR) e no Brasil (VCNNE) participa de planos de pensão, administrados por entidade fechada de previdência privada, que provêm a seus empregados benefícios pós-emprego.

No Brasil, a Companhia e suas principais controladas são patrocinadoras de planos de benefício na modalidade contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia paga contribuições fixas para uma entidade separada. A Companhia não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva para pagar contribuições adicionais se o fundo não detiver ativos suficientes para pagar a todos os funcionários os benefícios relativos aos seus serviços, no período corrente ou anterior.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 **Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Para a VCNNE, bem como para as subsidiárias no exterior (VCNA, VCEAA, Artigas e APDR), a Companhia patrocina um plano de benefício definido, que é diferente de um plano de contribuição definida. Este plano de benefício definido estabelece um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo com relação aos planos de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, com o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando-se taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e têm prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. Em países, como o Brasil, onde não existe mercado ativo em tais obrigações, são utilizadas as taxas de mercado sobre títulos do governo.

Os ganhos e as perdas atuariais decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos em “Ajustes de avaliação patrimonial”, no período em que ocorrerem.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Para os planos de contribuição definida, a Companhia paga contribuições para os administradores dos planos de pensão em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. O grupo não tem mais obrigações de pagamento uma vez que as contribuições tiverem sido pagas. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a funcionários, quando são devidas. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

(b) Assistência médica (pós-aposentadoria)

A Companhia, por meio de suas controladas no exterior (VCNA, VCEAA e Artigas), oferece benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O benefício de assistência médica para aposentados é oferecido pela Companhia de acordo com política existente no passado. Essa política estabelecia a concessão vitalícia do benefício a um grupo predeterminado de empregados. Esse benefício está fechado para novos participantes e não existem empregados ativos elegíveis a ele. O passivo relacionado ao plano de assistência médica aos aposentados é registrado pelo valor presente da obrigação, menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado por ganhos e perdas atuariais e custos de serviços passados, de forma similar à metodologia contábil usada para os planos de benefício definido. A obrigação da assistência médica pós-aposentadoria é calculada anualmente por atuários independentes. O valor presente da obrigação de benefício de assistência médica pós-aposentadoria é determinado pela estimativa de saída futura de caixa. Os ganhos e as perdas atuariais decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos integralmente em “Ajustes de avaliação patrimonial”, no período em que ocorrerem.

(c) Participação dos empregados no resultado

São registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Essas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela Administração e contabilizadas no resultado como “Benefício a empregados”.

2.22. Capital social

É representado exclusivamente por ações ordinárias que são classificadas no patrimônio líquido.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.23. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas consolidadas.

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e suas controladas, conforme descrição a seguir. O valor da receita não será considerado mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia e suas controladas baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

O reconhecimento da receita baseia-se nos princípios a seguir:

(a) Venda de produtos

O reconhecimento da receita de vendas tanto no mercado interno como no mercado externo, é efetivado, em geral, quando os produtos são entregues e os riscos e benefícios são transferidos para o cliente.

(b) Venda de serviços

A Companhia por meio de suas controladas vende serviços de concretagem, de co-processamento, transporte de cargas e comércio dos produtos VOTORAÇO. Esses serviços são prestados com base no tempo e no material ou, como um contrato de preço fixo, e os termos do contrato, geralmente, variam entre menos de um e três anos. A receita de contratos de prestação de serviços de transporte por preço fixo é, em geral, reconhecida conforme o período do contrato.

Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas, custos ou extensão do prazo para conclusão, as estimativas iniciais serão revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas e/ou dos custos estimados e estão refletidas no resultado no período em que a Administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão.

(c) Venda de energia elétrica

As operações de compra e venda de energia realizadas pela Companhia e suas controladas que tenham como finalidade compra de energia para consumo próprio ou fornecimento de energia de geração própria não atendem a definição de instrumento financeiro. As demais operações de compra e venda de energia são reconhecidas contabilmente nas demonstrações financeiras da Companhia pelo seu valor justo.

(d) Receita financeira

A receita financeira decorrente de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é reconhecida conforme o prazo decorrido das operações, usando-se o método da taxa de juros efetiva.

2.24. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, 25% do lucro do exercício, somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas, em Assembleia Geral.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 **Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma**

2.25. Lucro por ação

O lucro por ação é calculado dividindo o lucro líquido atribuído aos acionistas controladores pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação para cada período. A média ponderada de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

2.26. Juros sobre capital próprio

Juros sobre o capital próprio estão sujeitos à taxa de imposto de renda na fonte de 15%, exceto para os acionistas da Companhia que forem declarados imunes ou isentos de impostos, nos termos da Lei 9249/95 e são calculados com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). Juros sobre capital próprio é uma forma de distribuição de lucros, que é dedutível para fins fiscais no Brasil e está incluído na distribuição de lucros para o ano, conforme estabelecido no estatuto da Companhia. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.27. Subvenção governamental

Subvenções governamentais são reconhecidas ao valor presente quando existe garantia razoável de que o subsídio será recebido e a Companhia cumprirá todas as condições.

Subvenções governamentais relacionadas aos custos são diferidas e reconhecidas no resultado durante o período necessário para conciliar com os custos que o subsídio tem a intenção de compensar.

2.28. Demonstração do fluxo de caixa

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa apresenta as mudanças de caixa e equivalentes de caixa durante o exercício nas atividades operacionais, de investimento e de financiamento. Caixa e equivalentes de caixa incluem investimentos altamente líquidos financeiros.

Os fluxos de caixa das atividades operacionais são apresentados pelo método indireto. O lucro líquido consolidado é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros, e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

Todas as receitas e despesas decorrentes de operações não monetárias, atribuíveis aos fluxos de caixa de investimento e de financiamento, são eliminadas. Juros recebidos ou pagos são classificados como fluxos de caixa operacionais.

2.29. Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”) foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

A apresentação da DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

3. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

(a) Adoção de novas normas, alterações e interpretações emitidas pelo CPC

As principais alterações nas práticas contábeis aplicadas na elaboração das informações contábeis intermediárias e das demonstrações financeiras, a partir das novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC, aplicáveis à Companhia, com vigência a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2014, foram as seguintes:

ICPC 19/IFRIC 21 - "Tributos" - (Levies)

Em maio de 2013, o IASB emitiu uma nova interpretação que trata do reconhecimento de obrigações impostas por agentes governamentais, relacionada ao reconhecimento de um passivo de impostos quando esse tiver origem em requerimento do IAS 37 – Provisões, passivos e ativos contingentes. A adoção dessa interpretação foi requerida a partir de 1º de janeiro de 2014. A Companhia analisou possíveis impactos referentes a esta atualização e concluiu que não existem efeitos relevantes de sua adoção em suas demonstrações financeiras.

CPC 01/IAS 36 - Redução ao valor recuperável de ativos

Esta alteração remove certas divulgações do valor recuperável da UGC que havia sido incluída no IAS 36 pela emissão do IFRS 13. A alteração é obrigatória para a Companhia a partir de 1º de janeiro de 2014. A adoção desta norma não impactou as divulgações das demonstrações financeiras consolidadas.

CPC 38 / IAS 39 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração

Esclarece que as substituições de contrapartes originais pelas contrapartes de compensação que vierem a ser exigidas por introdução ou mudança de leis e regulamentos não provocam expiração ou término do instrumento de hedge. Além disso, os efeitos da substituição da contraparte original devem ser refletidos na mensuração do instrumento de hedge e, portanto, na avaliação e mensuração da efetividade do hedge.

CPC 39 / IAS 32 - Instrumentos financeiros: Apresentação

Sobre compensação de ativos e passivos financeiros. Esta alteração esclarece que o direito de compensação não deve ser contingente em um evento futuro. Ele também deve ser legalmente aplicável para todas as contrapartes no curso normal do negócio, bem como no caso de inadimplência, insolvência ou falência. A alteração também considera os mecanismos de liquidação.

(b) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Algumas novas normas e interpretações são aplicadas para períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2015, e não foram aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas.

IFRS 9 - "Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração"

Essa nova norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Essa norma entra em vigor a partir de 2018, mas vem sendo revisada desde a sua emissão. A administração ainda não concluiu a avaliação dos impactos de sua adoção.

IAS 41 – "Agricultura"

IAS 41 – Agricultura (equivalente ao CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola) – Essa norma atualmente requer que ativos biológicos relacionados com atividades agrícolas sejam mensurados ao valor justo menos o custo para venda. Ao revisar a norma, o IASB decidiu que as chamadas plantas de

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

produção (*bearer plants*) devem ser contabilizadas tal como um ativo imobilizado (IAS 16/CPC 27), ou seja, ao custo menos depreciação ou *impairment*. Plantas de produção são definidas como aquelas usadas para produzir frutos por vários anos, mas a planta em si depois de formada, não sofre transformações relevantes. O seu único benefício econômico futuro vem da produção agrícola que ela gera. Como exemplo, temos os pés de maçã, laranja e as videiras. No caso de plantas onde as raízes são mantidas no solo para uma segunda colheita ou corte e no final a raiz em si não é vendida, a sua raiz atende a definição de plantas de produção, o que se aplica, portanto, às florestas que têm previsão de mais de um corte em sua gestão. As florestas das controladas têm previsão de mais de um corte em sua gestão. Portanto, a administração está avaliando os impactos de sua adoção. Essa revisão entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016.

IFRS 15 – “Receita de contratos com clientes”

Essa nova norma traz os princípios que a entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 2017 e substitui a IAS 11 – Contratos de construção, IAS 18 – Receitas e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Combinação de negócios

Em uma combinação de negócios, os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos são mensurados pelo valor justo na data de aquisição. As participações de não controladores na empresa adquirida são avaliadas ao valor justo ou na parte relevante do valor justo dos ativos identificáveis líquidos da empresa. A mensuração desses ativos e passivos, na data de aquisição, é sujeita a análise de recuperação, incluindo estimativa de fluxo de caixa futuro, valor justo, risco de crédito e outros, e pode ser significativamente diferente dos resultados atuais.

(b) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço (Nota 6.1.1).

(c) Obrigações para desmobilização e descomissionamento de ativos

A Companhia reconhece uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo intangível. A Companhia considera as estimativas contábeis relacionadas com a recuperação de áreas degradadas e os custos de encerramento de uma mina como prática contábil crítica por envolver valores expressivos de provisão e se tratar de estimativas que envolvem diversas premissas, como taxas de juros, inflação, vida útil do ativo considerando o estágio atual de exaustão, os custos envolvidos e as datas projetadas de exaustão de cada mina. Estas estimativas são revisadas anualmente pela Companhia.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia está sujeita ao imposto de renda em todos os países em que opera. A provisão para impostos de renda é calculada individualmente por entidade com base em alíquotas e regras fiscais em vigor na localidade da entidade. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado (Nota 24).

(e) Ativos não circulantes e revisão da vida útil do imobilizado e intangível

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia e suas controladas é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

(f) Provisões tributárias, cíveis, trabalhistas e outras ações judiciais

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, cíveis, trabalhistas e outras ações judiciais que se encontram em instâncias diversas. As provisões constituídas para fazer face às potenciais perdas decorrentes dos processos em curso são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

(g) Perda (*impairment*) de ágios e investimentos

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.5.4. Os valores recuperáveis de UGCs foram determinados com base em cálculos do valor em uso ou valor justo, efetuados com base em estimativas.

Para a apuração dos valores recuperáveis dos investimentos, a Companhia utiliza critérios similares aos utilizados para teste de *impairment* sobre *goodwill*.

Informações adicionais estão divulgadas na Nota 21 (c).

(h) Uso do bem público

O montante é originalmente reconhecido como um passivo financeiro (obrigação) e como um ativo intangível (direito de uso de um bem público), que corresponde ao montante das despesas totais anuais ao longo do período do contrato descontado a valor presente (valor presente dos fluxos de caixa futuros de pagamento).

(i) Reconhecimento para “créditos de liquidação duvidosa”

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas em sua realização. A política contábil para estabelecer a provisão requer a análise individual das faturas de clientes inadimplentes em relação às medidas de cobrança adotadas por departamento responsável e, de acordo com o estágio da cobrança, é estimado um montante de provisão a ser constituído.

5. Gestão de risco sócio ambiental

A Companhia, por meio de suas controladas e coligadas, atua em diversos segmentos e dessa forma, suas atividades estão sujeitas a inúmeras leis ambientais nacionais e internacionais, regulamentos,

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

tratados e convenções, incluindo aqueles que regulam a descarga de materiais para o ambiente, que obrigam à remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores a multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para investigação, tratamento e limpeza das localidades potencialmente impactadas.

A Companhia e suas controladas entendem estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis nos países nos quais conduzem operações.

6. Gestão de risco financeiro

6.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de mercado (moeda, preços de *commodities* e taxa de juros); (b) risco de crédito; e (c) risco de liquidez.

Parte significativa dos produtos vendidos pela Companhia e suas controladas, tais como alumínio, níquel e zinco, são *commodities*, cujos preços têm referência nas cotações internacionais e são denominados em dólares norte-americanos. Os custos, porém, são predominantemente denominados em reais, resultando em um descasamento de moedas entre receitas e custos. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem dívidas atreladas a indexadores e moedas distintos, que podem afetar seu fluxo de caixa.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco de mercado, a Companhia e suas controladas seguem a Política de Gestão de Riscos de Mercado, aprovada pelo Comitê de Finanças, com o objetivo de estabelecer a governança e suas macro-diretrizes no processo de gestão de riscos, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

Essa política é complementada por outras, que estabelecem diretrizes e normas para: (i) gestão de exposição cambial; (ii) gestão de exposição a taxa de juros; (iii) gestão de exposição a preço de *commodities*; (iv) gestão de riscos de emissores e contrapartes; e (v) gestão de liquidez e endividamento financeiro. As propostas feitas para atender a cada uma das políticas são discutidas e aprovadas pelo Comitê de Finanças, conforme a estrutura de governança descrita na Política de Gestão de Riscos de Mercado.

Os instrumentos financeiros que podem ser contratados para proteção financeira e gestão de riscos são: *swaps* convencionais, compra de opções de compra (*calls*), compra de opções de venda (*puts*), *collars*, contratos futuros de moedas e contratos a termo de moedas (NDF – *Non-Deliverable Forward*). As estratégias que contemplam compras e vendas de opções simultaneamente somente são autorizadas quando não resultam em posição líquida vendida em volatilidade do ativo-objeto. A Companhia não contrata instrumentos financeiros para fins especulativos.

(a) Risco de mercado

O processo de gestão de riscos de mercado tem por objetivo a proteção do fluxo de caixa da Companhia contra eventos adversos, tais como oscilações de taxas de câmbio, preços de *commodities* e taxas de juros. A governança e as macro-diretrizes desse processo estão definidas na Política de Gestão de Riscos de Mercado.

(b) Risco cambial

A Política de Gestão de Exposição Cambial destaca que as operações de derivativos têm como objetivos

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

diminuir a volatilidade no fluxo de caixa, proteger a exposição cambial e evitar o descasamento entre moedas da Companhia.

A Companhia tem certos investimentos em operações no exterior, cujos ativos líquidos estão expostos ao risco cambial. A exposição cambial decorrente da participação em operações no exterior da Companhia é protegida, principalmente, por meio de empréstimos e financiamentos na mesma moeda desses investimentos, sendo classificados como hedge de investimento líquido, conforme descrito na Nota 2.6. Apresentamos a seguir os saldos contábeis de ativos e passivos indexados à moeda estrangeira na data de encerramento dos balanços patrimoniais:

Nota	Circulante		Não Circulante	
	2014	2013	2014	2013
Ativos em moeda estrangeira				
Caixa e equivalentes de caixa	9	2.201	1.678	
Aplicações financeiras	10	339	258	491
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1	105	108	197
Contas a receber de clientes	11 (b)	1.429	1.254	
		4.074	3.298	491
Passivos em moeda estrangeira				
Empréstimos e financiamentos	22 (a)	586	653	13.930
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1	242	112	3
Fornecedores		2.035	1.606	19
		2.863	2.371	13.959
Exposição líquida		1.211	927	13.468

(c) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e financiamentos de longo prazo. Os empréstimos e financiamentos emitidos a taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos e financiamentos emitidos a taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A Política de Gestão de Exposição a Taxas de Juros estabelece diretrizes e normas para a proteção contra oscilações de taxas de juros que afetam o fluxo de caixa da Companhia e de suas Empresas. Com base nas exposições projetadas para cada indexador de taxa de juros (principalmente CDI, LIBOR e TJLP), o Comitê de Finanças aprova propostas para contratação de *hedge*.

(d) Risco do preço de *commodities*

Este risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço das *commodities* da Companhia, tais como alumínio, níquel, zinco e cobre. Os preços flutuam em virtude da demanda, da capacidade produtiva, do nível de estoque dos produtores, das estratégias comerciais dos grandes produtores e da disponibilidade de substitutos no mercado global.

A Política de Gestão de Exposição em *commodities* estabelece diretrizes para a proteção contra oscilações de preços de *commodities* que afetam os fluxos de caixa de suas subsidiárias operacionais.

As exposições de cada *commodity* consideram as projeções mensais de produção, de compras de insumos e os fluxos de vencimentos dos *hedges* a ela associados. Os *hedges* executados são classificados nas seguintes modalidades:

- Operações comerciais a preço fixo - operações de *hedge* que trocam de fixo para flutuante o preço contratado nas operações comerciais com clientes interessados em comprar produtos a preço fixo;
- *Hedge* para “Período cotacional” - tem por objetivo equalizar os “períodos cotacionais” entre as compras de determinados insumos (concentrado de metais) e as vendas de produtos

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

- provenientes do beneficiamento desses insumos;
- *Hedge* para “Custos de insumos” - tem por objetivo garantir a proteção contra oscilações de preços para exposições que afetem custos como petróleo e gás natural nas subsidiárias operacionais;
- *Hedge* de “Margem operacional” - visa a garantir a fixação da margem operacional para parte da produção de determinadas subsidiárias operacionais.

(e) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros derivativos, *timedeposits*, CDBs e operações compromissadas com lastro em debêntures e títulos públicos federais criam exposição a risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia tem como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de *rating*: Fitch, Moody's ou Standard & Poor's. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é “A+” (em escala local) ou “BBB-” (em escala global), ou equivalente. Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, são aplicados, como alternativa, critérios aprovados pelo Comitê de Finanças.

A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 8. Os *ratings* divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

A metodologia utilizada para avaliar os riscos de contraparte nas operações de instrumentos derivativos é o risco de pré-liquidação (*pre-settlement risk*). Tal metodologia consiste na determinação, por meio de simulações de “Monte Carlo”, do valor em risco associado ao não cumprimento dos compromissos financeiros definidos em contrato para cada contraparte. A utilização da metodologia foi aprovada pelo Comitê de Finanças.

No caso do risco de crédito decorrente de exposições a clientes, a Companhia avalia a qualidade do crédito do cliente levando em consideração, principalmente, o histórico de relacionamento e indicadores financeiros. Com isso, definem-se limites individuais, os quais são regularmente monitorados. A Companhia reconhece provisão para perda sempre que julgar necessário.

A provisão é registrada em quantia considerada suficiente para cobrir todas as perdas prováveis no momento da execução das contas a receber e é incluída nas despesas de vendas.

São realizadas análises de crédito iniciais dos clientes e, quando necessário, são obtidas cauções ou cartas de crédito para proteger os interesses da Companhia. Além disso, a maior parte das vendas por exportação, para Estados Unidos, Europa e Ásia, está protegida por cartas de crédito e seguro de crédito.

(f) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado de acordo com a Política de Gestão de Liquidez e Endividamento, visando a garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia no prazo e sem custo adicional. O principal instrumento de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas comparáveis fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global para riscos de crédito BBB estável ou equivalente.

A tabela a seguir apresenta os principais passivos financeiros não derivativos da Companhia e os principais ativos e passivos financeiros derivativos a serem liquidados pela Companhia por faixas de vencimento (período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento). Os passivos financeiros derivativos são incluídos na análise quando seus vencimentos contratuais são essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa temporários. Os valores divulgados na tabela são

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

os fluxos de caixa futuros, que incluem os juros a incorrer, motivo pelo qual esses valores não podem ser conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos, uso do bem público.

	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2014					
Empréstimos e financiamentos - principal	1.161	6.061	6.876	9.536	23.634
Empréstimos e financiamentos - juros	1.579	2.904	1.936	5.935	12.354
Instrumentos financeiros derivativos	242	3			245
Fornecedores	3.242				3.242
Contas a pagar - <i>Trading</i>	116				116
Dividendos a pagar	389				389
Partes relacionadas		895			895
Uso do bem público - UBP	66	144	163	2.546	2.919
	<u>6.795</u>	<u>10.007</u>	<u>8.975</u>	<u>18.017</u>	<u>43.794</u>
Em 31 de dezembro de 2013					
Empréstimos e financiamentos - principal	1.166	4.034	7.348	10.531	23.079
Empréstimos e financiamentos - juros	1.535	2.909	2.416	5.803	12.663
Instrumentos financeiros derivativos	116	8	4		128
Fornecedores	2.807				2.807
Contas a pagar - <i>Trading</i>	112				112
Dividendos a pagar	151				151
Partes relacionadas		916			916
Uso do bem público - UBP	60	132	148	2.557	2.897
	<u>5.947</u>	<u>7.999</u>	<u>9.916</u>	<u>18.891</u>	<u>42.753</u>

6.1.1. Instrumentos financeiros derivativos

Todas as operações de instrumentos financeiros derivativos foram realizadas em mercados de balcão.

Programa de proteção de taxa de juros em US\$ – instrumentos financeiros derivativos contratados com o objetivo de adequar a exposição à LIBOR (gerada por dívidas em US\$ indexadas em taxas flutuantes em LIBOR) aos parâmetros estabelecidos pela política. A proteção é realizada por meio de *swaps*.

Programa de venda de níquel, zinco e alumínio a preço fixo – operação de *hedge* que troca de fixo para flutuante o preço contratado nas operações comerciais com clientes interessados em comprar produtos a preço fixo, a fim de manter o fluxo de receitas operacionais da controlada atrelado aos preços LME. As operações usualmente realizadas são compras de níquel, zinco e alumínio para liquidação futura no mercado de balcão.

Programa de proteção para descasamento de período cotacional – tem como objetivo equalizar os “períodos cotacionais” entre as compras de determinados insumos (concentrado de metais) e as vendas de produtos provenientes do beneficiamento desses insumos. As operações usualmente realizadas são compras e vendas de níquel, zinco e alumínio para liquidação futura no mercado de balcão.

Programa de proteção de margem operacional dos metais – instrumentos financeiros derivativos contratados com o objetivo de reduzir a volatilidade do resultado das operações de zinco, níquel e alumínio. De modo a garantir a fixação de margem operacional em reais para parte da produção dos metais, a proteção é realizada por meio da venda a termo de cada *commodity* em conjunto com a venda a termo de dólar americano. Adicionalmente a esse programa a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de reduzir a volatilidade do resultado de suas operações de zinco, cobre e prata no Peru.

Programa de proteção da exposição cambial – instrumentos de proteção financeira contratados

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

com o objetivo de ajustar a exposição cambial de acordo com os limites definidos pelo Comitê de Finanças. A proteção é realizada por meio de compra a termo de dólar americano e euro.

Instrumentos de proteção de dívida em reais - instrumentos financeiros derivativos contratados com o objetivo de transformar taxas fixas de dívidas contratadas em reais para flutuantes em CDI. A proteção é realizada por meio de *swaps*, com a variação do valor justo registrada no resultado.

Programa de proteção de dívida tomada em moeda estrangeira – instrumentos de proteção financeira contratados com o objetivo de proteção do fluxo de caixa na investida do exterior em moeda local. A proteção é realizada por meio de *cross currency swaps*.

A seguir é apresentado um quadro resumido dos instrumentos financeiros derivativos e do objeto protegido pelos mesmos:

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais

Detalhamento dos principais programas de derivativos

Programa	Valor principal		Unidade	Compra/ Venda	Taxa FWD média	Prazo médio (dias)	Valor justo		Ganho (perda) realizado	Valor justo por vencimento			
	2014	2013					2014	2013		2014	2015	2016	2017
Proteção de taxas de juros em USD													
Swaps taxa flutuante em LIBOR vs. taxa fixa em USD	10	126	USD MM		2,18% % Pre	2			(3,6)				
									(3,6)				
Venda de níquel, zinco e alumínio a preço fixo													
Termo de níquel	606	751	ton	C		77			(0,8)				
Termo de zinco	1.663	4.002	ton	C		46	(0,2)	0,5	1,3		(0,2)		
Termo de alumínio	2.500		ton	C		53	(0,6)		0,6		(0,6)		
							(0,8)	0,5	1,1		(0,8)		
Proteção para exercício cotacional													
Termo de níquel	3.719	780	ton	C/N		22	2,9	(0,4)	(3,0)		2,9		
Termo de zinco	371.386	214.006	ton	C/N		26	0,9	(20,1)	(27,4)		0,9		
Termo de prata	366	727	k oz	C		29	1,6	2,8	1,8		1,6		
Termo de alumínio	17.881		ton	C/N		29	0,9		(1,0)		0,9		
							6,3	(17,7)	(29,6)		6,3		
Proteção do resultado operacional de metais													
Termo de níquel	815	351	ton	V	15.182 US\$/ton	1	(1,6)	3,1	4,7		(1,6)		
Termo de zinco	10.730	10.350	ton	V	2.108 US\$/ton	1	(1,8)	1,9	3,7		(1,8)		
Termo de alumínio	5.400	10.135	ton	V	1.911 US\$/ton	1		8,9	8,9				
Termo de cobre	160	457	ton	V	7.097 US\$/ton	1	0,3	0,9	0,6		0,3		
Termo de prata	56	51	k oz	V	21 US\$/oz	1	0,7	1,6	0,8		0,7		
Termo de dólar americano	34	45	USD MM	V	2,47 R\$/US\$	1	(5,9)	(5,3)	0,8		(5,9)		
							(8,3)	11,1	19,5		(8,3)		
Proteção da exposição cambial													
Termo de dólar americano		610	USD MM					7,3	(104,5)				
Termo de euro		59	EUR MM					8,2	(1,1)				
								15,5	(105,6)				
Proteção de dívida													
Swaps taxa fixa em reais vs. taxa flutuante em CDI	230	730	BRL MM		87,66% % CDI	627	(9,0)	(15,0)	(9,1)		(5,9)	(2,4)	(0,7)
Swaps taxa flutuante em LIBOR vs. taxa flutuante em CDI	484		USD MM		0,91% / 102,00% LIBOR + / % CDI	801	50,6		(28,7)		(118,1)	27,2	83,4
							41,6	(15,0)	(37,8)		(124,0)	24,8	82,7
												58,1	

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais

Detalhamento dos principais programas de derivativos

Programa	Valor principal		Unidade	Compra/ Venda	Taxa FWD média	Prazo médio (dias)	Valor justo		Ganho (perda) realizado 2014	Valor justo por vencimento				
	2014	2013					2014	2013		2015	2016	2017	2018	2019+
Hedge accounting - Cash flow hedge														
Proteção do resultado operacional de metais														
Termo de níquel	3.990	635	ton	V	19.499 US\$/ton	195	45,6	0,7	(38,6)	45,6				
Termo de zinco	70.005	91.545	ton	V	2.185 US\$/ton	120	1,1	(14,9)	(35,3)	1,1				
Termo de alumínio	42.200	75.300	ton	V	1.947 US\$/ton	150	8,8	24,7	20,6	8,8				
Termo de cobre	1.097	2.354	ton	V	7.033 US\$/ton	135	2,1	1,7	3,9	2,1				
Termo de prata	217	571	k oz	V	21 US\$/oz	110	2,9	6,8	7,5	2,9				
Termo de dólar americano	245	292	USD MM	V	2,47 R\$/US\$	158	(58,7)	(30,2)	7,6	(58,7)				
							1,8	(11,2)	(34,3)	1,8				
Proteção para exercício cotacional														
Termo de zinco	100.355	64.493	ton	C/V		51	(0,3)	(2,3)	10,4	(0,3)				
Termo de alumínio	10.025		ton	C/V		55	1,5		(1,9)	1,5				
Termo de prata	400		k oz	C		76	1,2		3,4	1,2				
							2,4	(2,3)	11,9	2,4				
Proteção de taxas de juros em USD														
Swaps taxa flutuante em LIBOR vs. taxa fixa em USD	600	149	USD MM		2,56%	1.408	14,6	(2,2)	(2,1)	(13,9)	0,7	12,9	11,2	3,8
							14,6	(2,2)	(2,1)	(13,9)	0,7	12,9	11,2	3,8
Hedge accounting - fair value hedge														
Venda de níquel, zinco e alumínio a preço fixo														
Termo de níquel		364	ton						(0,2)					
Termo de zinco	4.563	1.448	ton	C	2.177	174	(0,1)	0,5	1,6	(0,1)				
							(0,1)	0,5	1,4	(0,1)				
Proteção para período cotacional														
Termo de zinco			ton						(12,6)					
Termo de níquel			ton						(1,1)					
									(13,7)					
Total (líquido entre ativo e passivo)							57,5	(20,8)	(192,8)	(136,6)	25,5	95,6	69,3	3,8

As operações dos instrumentos financeiros derivativos reconhecidas no resultado do exercício totalizam R\$ 37, e R\$ 20 reconhecidas em ajustes de avaliação patrimonial.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais

6.1.2. Estimativa do valor justo

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como as premissas para sua valorização:

- Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e outros ativos circulantes - considerando-se a natureza e os prazos, os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.
- Passivos financeiros - estão sujeitos a juros com taxas usuais de mercado. O valor de mercado foi calculado tendo por base o valor presente do desembolso futuro de caixa, usando-se taxas de juros atualmente disponíveis para emissão de débitos com vencimentos e termos similares.
- Instrumentos financeiros derivativos – os métodos de apuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos utilizados pela Companhia para as operações de proteção pautaram-se por procedimentos comumente aplicados no mercado e condizentes com embasamentos teóricos amplamente testados.

A diferença entre o valor justo e o valor contábil dos empréstimos e financiamentos é de R\$ 320 (2013 - R\$ 351), estando o valor contábil maior que o valor justo (Nota 22 (j)).

A Companhia divulga as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis) (nível 3).

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os ativos financeiros mensurados ao valor justo e passivos financeiros divulgados ao valor justo foram classificados no nível 1 e 2 de hierarquia do valor justo, vide classificação abaixo.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais

Valor justo medido com base em				2014
Nota	Preços cotados em	Técnica de valoração		Valor justo
	mercado ativo	suportada por preços		
	(Nível 1)	Observáveis (Nível 2)		
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa (i)	9		3.436	3.436
Aplicações financeiras	10	2.472	1.393	3.865
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1		302	302
Instrumento financeiro - compromisso firme	1 (i)		1.294	1.294
		2.472	6.425	8.897
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	22 (j)	10.184	13.499	23.683
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1		245	245
		10.184	13.744	23.928

Valor justo medido com base em				2013
Nota	Preços cotados em	Técnica de valoração		Valor justo
	mercado ativo	suportada por preços		
	(Nível 1)	Observáveis (Nível 2)		
Ativos				
Caixa e equivalente de caixa (i)	9		2.469	2.469
Aplicações financeiras	10	2.155	978	3.133
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1		108	108
Opção de compra de ações			127	127
		2.155	3.682	5.837
Passivos				
Empréstimos e financiamentos		10.332	13.457	23.789
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1		128	128
		10.332	13.585	23.917

(i) A diferença para o total apresentado na Nota 9 é o montante de caixa em reais.

6.1.3. Demonstrativo da análise de sensibilidade

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para os principais fatores de risco que impactam a precificação dos instrumentos financeiros em aberto de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos. Os principais fatores de risco são a exposição à flutuação do Dólar e do Euro, das taxas de juros LIBOR e CDI e dos preços de *commodities*. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas, seguindo a governança da Companhia.

Os cenários em 31 de dezembro de 2014 estão descritos abaixo:

- Cenário I: Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2014, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2015.
- Cenário II: considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2014;
- Cenário III: considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2014.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais

Fatores de Risco	Saldos patrimoniais		Principal de instrumentos financeiros derivativos	Unidade	Choque nas curvas de 2014	Resultados do cenário I	Impactos no resultado				Impactos no resultado abrangente					
	Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	Empréstimos e financiamentos					Cenário I		Cenários II & III		Cenário I		Cenários II & III			
							-25%	-50%	25%	50%	-25%	-50%	25%	50%		
Câmbio																
USD	3.231	11.401 (**)	1.373	USD milhões	2%	(28)	312	623	(312)	(623)	(145)	1.590	3.179	(1.590)	(3.179)	
EUR	70	3.445		EUR milhões	4%	(3)	21	43	(21)	(43)	(140)	859	1.718	(859)	(1.718)	
COP		47									(1)	12	24	(12)	(24)	
Taxas de Juros																
BRL - CDI	3.943	6.007	2.256	BRL milhões	+47 bps	(8)	67	136	(67)	(132)		6	13	(6)	(12)	
LIBOR		3.981	2.608	USD milhões	-4 bps		(6)	(13)	6	13	(2)	(23)	(47)	23	45	
Preço - Commodities																
Níquel			9.130	ton	10%	(8)	20	40	(20)	(40)	(17)	40	80	(40)	(80)	
Zinco			558.702	ton	2%	(10)	160	320	(160)	(320)	(4)	68	136	(68)	(136)	
Alumínio			78.006	ton	3%	(1)	2	4	(2)	(4)	(14)	55	110	(55)	(110)	
Cobre			1.257	ton	4%						(1)	5	9	(5)	(9)	
Prata			1.038	k oz(*) milhares	8%	(1)	2	5	(2)	(5)	(1)	6	13	(6)	13	
Compromisso firme - Energia elétrica																
Contrato de compra			4.991	BRL milhões			(189)	(391)	178	345						
Contrato de venda			5.949	BRL milhões			225	466	(212)	(411)						
Contratos de compra e venda - valor justo			222	BRL milhões			219	216	225	228						

(*) oz – Onças troy

(**) Considera cesta de moedas

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

6.1.4. Hedge de investimentos líquido em entidades no exterior

A Companhia adota contabilidade de *hedge* para uma parcela dos investimentos no exterior (Nota 2.6 (c)).

A Companhia e suas controladas designaram como objeto de *hedge* os investimentos nas controladas VCEAA, VCNA, Cajamarquilla e USZinc, e como instrumento de *hedge* uma parcela de sua dívida denominada em euros e em dólar, no valor total equivalente a EUR 943 milhões (R\$ 3.042) (2013: EUR 750 milhões – R\$ 2.420), e US\$ 3.853 milhões (R\$ 10.235) (2013: US\$ 3.179 milhões – R\$ 7.447).

A Companhia documenta essa correlação e avalia a efetividade das operações de *hedge* de investimento líquido, tanto prospectivamente quanto retrospectivamente, em base trimestral.

A perda em variação cambial na conversão das dívidas reconhecida como ajustes de avaliação patrimonial em 2014 foi de R\$ 1.338 (Em 2013, perda de R\$ 1.352).

6.1.5. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de oferecer, de maneira consistente, retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter estrutura de capital ideal para reduzir seus custos.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode propor para aprovação do Conselho de Administração, a revisão do valor dos dividendos a serem pagos, a devolução do capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou a venda de ativos.

Um dos importantes indicadores pelo qual a Companhia monitora o capital baseia-se no índice de alavancagem financeira, apurado através da divisão entre a dívida líquida pelo *EBITDA* ajustado. A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, subtraído ou adicionado o valor justo de contratos de derivativos. O *EBITDA* ajustado é calculado a partir do lucro líquido adicionando-se o resultado com equivalência patrimonial, a realização dos resultados abrangentes na baixa de investimentos, o resultado financeiro líquido, o imposto de renda e contribuição social, mais depreciação, amortização e exaustão e os dividendos recebidos de investidas. São excluídos ainda da apuração do *EBITDA* ajustado os itens excepcionais considerados pela Administração.

Os índices de dívida líquida em 2014 e 2013 são apresentados da seguinte forma:

	Nota	2014	2013
Empréstimos e financiamentos	22	24.003	23.435
Caixa e equivalentes de caixa	9	(3.564)	(2.498)
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1	(57)	20
Aplicações financeiras	10	(3.865)	(4.133)
Dívida líquida (A)		16.517	16.824
EBITDA anualizado ajustado (B)	39 (iv)	7.105	5.388
Índice de alavancagem financeira - (A/B)		2,32	3,12

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

7. Instrumentos financeiros por categoria

							2014
	Nota	Empréstimos e recebíveis	Ativos mantidos para negociação	Ativos disponíveis para venda	Ativos mantidos até o vencimento	Derivativos usados para hedge	Total
Ativos, conforme o balanço patrimonial							
Caixa e equivalentes de caixa	9	3.564					3.564
Aplicações financeiras	10		3.110	709	46		3.865
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1		191			111	302
Contas a receber de clientes	11	2.466					2.466
Partes relacionadas	15	2.482					2.482
Instrumentos financeiros - compromisso firme			1.294				1.294
		8.512	4.595	709	46	111	13.973
							2014
		Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Derivativos usados para hedge	Outros passivos financeiros			Total
Passivo, conforme o balanço patrimonial							
Empréstimos e financiamentos	22			24.003	24.003		
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1	142	103		245		
Fornecedores				3.242	3.242		
Partes relacionadas	15			895	895		
Contas a pagar - Trading	23			116	116		
Uso do bem público	29			1.018	1.018		
		142	103	29.274	29.519		
							2013
	Nota	Empréstimos e recebíveis	Ativos mantidos para negociação	Ativos disponíveis para venda	Ativos mantidos até o vencimento	Derivativos usados para hedge	Total
Ativos, conforme o balanço patrimonial							
Caixa e equivalentes de caixa	9	2.498					2.498
Aplicações financeiras	10		3.602	491	40		4.133
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1		38			70	108
Contas a receber de clientes	11	2.346					2.346
Partes relacionadas	15	1.977					1.977
		6.821	3.640	491	40	70	11.062
							2013
		Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Derivativos usados para hedge	Outros passivos financeiros			Total
Passivo, conforme o balanço patrimonial							
Empréstimos e financiamentos	22			23.435	23.435		
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1	56	72		128		
Fornecedores				2.807	2.807		
Partes relacionadas	15			916	916		
Contas a pagar - Trading	23			112	112		
Uso do bem público	29			995	995		
		56	72	28.265	28.393		

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

8. Qualidade dos créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas, nas aplicações financeiras e em derivativos:

	2014			2013		
	Rating local	Rating global	Total	Rating local	Rating global	Total
Caixa e equivalentes de caixa						
AAA	1.308		1.308	815		815
AA+	8		8		64	64
AA-		4	4		2	2
A+		364	364		144	144
A		285	285		307	307
A-	1	293	294	1	149	150
BBB+		500	500		21	21
BBB		399	399		419	419
BBB-		130	130		436	436
BB+		41	41			
BB		10	10		37	37
BB-					2	2
B+					16	16
CCC+					1	1
CCC		3	3			
CCC-		11	11			
Sem rating	46	161	207	4	80	84
	<u>1.363</u>	<u>2.201</u>	<u>3.564</u>	<u>820</u>	<u>1.678</u>	<u>2.498</u>
Aplicações financeiras						
AAA	2.113	66	2.179	2.574		2.574
AA+	450		450	668		668
AA-				16		16
A+		159	159		30	30
A	17	270	287		130	130
A-	1		1		163	163
BBB+		74	74			
BBB		2	2		303	303
BBB-		274	274		100	100
BB+				1		1
CCC+					23	23
CCC		99	99			
CCC-		27	27			
Sem rating	236	77	313	125		125
	<u>2.817</u>	<u>1.048</u>	<u>3.865</u>	<u>3.384</u>	<u>749</u>	<u>4.133</u>
Instrumentos financeiros derivativos						
AAA	143		143	40		40
A+		9	9		2	2
A		5	5		24	24
A-		122	122		7	7
BBB		22	22		35	35
BBB-		1	1			
	<u>143</u>	<u>159</u>	<u>302</u>	<u>40</u>	<u>68</u>	<u>108</u>
	<u>4.323</u>	<u>3.408</u>	<u>7.731</u>	<u>4.244</u>	<u>2.495</u>	<u>6.739</u>

Os ratings decorrentes de classificação interna e externa foram extraídos de agências de *rating* (Standard&Poor's, Moody's e Fitch). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura da Standard&Poor's e Fitch.

Rating local: Os *ratings* nas escalas nacionais são *ratings* de propósito específico que se aplicam somente a créditos em um determinado país ou região. São avaliações da qualidade de crédito relativa ao *rating* do “melhor” risco de crédito dentro de um país ou região. O “melhor” risco será geralmente, embora nem sempre, atribuído para todos os compromissos financeiros emitidos ou garantidos pelo Estado soberano.

Rating global: Os *ratings* internacionais de crédito estão relacionados a compromissos em moeda estrangeira ou em moeda local e, em ambos os casos, avaliam a capacidade de honrar estes compromissos, utilizando escala aplicável globalmente. Assim sendo, tanto o *rating* em moeda estrangeira quanto em moeda local são avaliações internacionalmente comparáveis.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Moeda nacional		
Caixa e bancos	128	29
Operações compromissadas	709	282
Certificado de Depósito Bancário - CDB's	526	509
	<u>1.363</u>	<u>820</u>
Moeda estrangeira		
Caixa e bancos	1.279	671
Certificados de depósitos	922	1.007
	<u>2.201</u>	<u>1.678</u>
	<u>3.564</u>	<u>2.498</u>

As aplicações financeiras em certificados de depósitos e operações compromissadas possuem alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas à insignificante risco de mudança no valor justo caso seja requerido resgate antecipado.

Em 31 de dezembro de 2014, o rendimento médio da carteira foi de 100,79% do CDI (2013 – 100,78% do CDI).

10. Aplicações financeiras

Incluem ativos financeiros classificados como mantidos para negociação, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento, conforme discriminado a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Mantidos para negociação		
Operações compromissadas	1.680	2.545
Letras Financeiras do Tesouro - LFT's	562	402
Aplicações denominadas em moeda estrangeira	339	258
Fundos de Investimento de Direitos Creditórios - FIDC	269	155
Letras do Tesouro Nacional - LTN's	230	208
Certificados de Depósito Bancário - CDB's	23	25
Quotas de fundos de investimento	2	5
Outras aplicações	5	4
	<u>3.110</u>	<u>3.602</u>
Disponíveis para venda		
Aplicações denominadas em moeda estrangeira	709	491
	<u>709</u>	<u>491</u>
Mantidos até o vencimento		
Quotas de fundos de investimento	34	26
Certificados de Depósito Bancário - CDB's	12	14
	<u>46</u>	<u>40</u>
	3.865	4.133
Circulante	<u>(3.846)</u>	<u>(4.092)</u>
Não circulante	<u>19</u>	<u>41</u>

As aplicações financeiras possuem, em sua maioria, liquidez imediata. Em 31 de dezembro de 2014 o rendimento médio da carteira foi de 100,42% do CDI (2013 – 100,13% do CDI).

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

11. Contas a receber de clientes

(a) Composição

	<u>Nota</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Clientes estrangeiros		1.508	1.269
Clientes nacionais		976	1.056
Partes relacionadas	15	96	111
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(114)	(90)
		<u>2.466</u>	<u>2.346</u>

(b) Composição por moeda

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Reais	1.037	1.092
Dólar Americano	720	547
Dólar Canadense	169	170
Euro	128	143
Pesos Colombianos	87	87
Pesos Argentinos	83	64
Outras	242	243
	<u>2.466</u>	<u>2.346</u>

(c) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Saldo no início do exercício	(90)	(34)
Adições líquidas das reversões	(56)	(62)
Contas a receber de clientes baixados durante o exercício como incobráveis	33	29
Variação cambial	(1)	(23)
Saldo no final do exercício	<u>(114)</u>	<u>(90)</u>

(d) Vencimentos de contas a receber

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
A vencer	2.225	1.927
Vencidos até 3 meses	256	287
Vencidos entre 3 a 6 meses	14	49
Vencidos há mais de 6 meses	85	173
	<u>2.580</u>	<u>2.436</u>

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. Estoques

(a) Composição

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Produtos semi acabados	1.498	1.512
Materiais auxiliares e de consumo	885	863
Produtos acabados	660	551
Matérias-primas	597	595
Importações em andamento	173	187
Outros	101	71
Provisão para perdas (i)	(441)	(377)
	<u>3.473</u>	<u>3.402</u>

(i) A provisão para perdas em estoque refere-se substancialmente a materiais obsoletos e de baixo giro. Não há estoques dados como penhor de garantias de passivos.

(b) Movimentação da provisão para perdas de estoques

						<u>2014</u>	<u>2013</u>
	<u>Produtos acabados</u>	<u>Produtos semi acabados</u>	<u>Matérias-primas</u>	<u>Materiais auxiliares e de consumo</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Saldo no início do exercício	(12)	(48)	(193)	(122)	(2)	(377)	(182)
Adições	(16)	(57)	(11)	(32)	(3)	(119)	(232)
Reversões	15	25	1	56	1	98	45
Variação cambial	(8)	(8)	36	(52)	(19)	(43)	(8)
Saldo no final do exercício	<u>(13)</u>	<u>(88)</u>	<u>(167)</u>	<u>(150)</u>	<u>(23)</u>	<u>(441)</u>	<u>(377)</u>

13. Tributos a recuperar

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - IRPJ e CSLL (i)	633	585
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	577	563
Contribuição para o Financiamento da Seguridade social - COFINS	461	493
IRPJ/CSLL - Plano verão (ii)	266	267
VAT - Imposto sobre Valor Adicionado (empresas no exterior)	234	245
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS sobre ativo imobilizado (iii)	132	165
Programa de Integração Social - PIS	117	109
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	37	52
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	19	2
Outros	134	185
	<u>2.610</u>	<u>2.666</u>
Circulante	<u>(1.086)</u>	<u>(1.048)</u>
Não circulante	<u>1.524</u>	<u>1.618</u>

(i) Os créditos de IRPJ e CSLL referem-se a antecipações que serão compensadas, sem prazos prescricionais, com os mesmos tributos e contribuições incidentes sobre os resultados futuros num prazo estimado de até cinco anos.

(ii) Ao final de 2013, suportada por parecer e opinião de consultores jurídicos externos e internos os quais entre outros fatores, tomaram como base os efeitos do instituto da repercussão geral, manifestado pelo Supremo Tribunal Federal, em julgamento ocorrido em processo da mesma natureza, a controlada CBA registrou o crédito, decorrente de imposto de renda e contribuição social recolhidos a maior em virtude da não adoção dos expurgos inflacionários “correção monetária complementar sobre o Plano Verão”, apurados sobre o lucro do período-base de 1989, o qual vem

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

sendo atualizado monetariamente. Os créditos estarão disponíveis para utilização após o devido processo de habilitação dos mesmos perante a Receita Federal do Brasil.

(iii) Os créditos de ICMS são resultantes da compra de ativo imobilizado (com prazo de realização de 48 parcelas mensais) e da aquisição de produtos consumíveis. Sua realização decorre da própria operação das controladas.

14. Ativos classificados e passivos relacionados a ativos mantidos para venda

(a) Ativos mantidos para venda

	VCEAA/China		Imobilizado Baraúna		Total	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Estoques	52	48			52	48
Outros ativos	35	152			35	152
IR e CS diferido	115				115	
Imobilizado	264	215	45	45	309	260
Intangível	58	48			58	48
Ágio	280	280			280	280
	<u>804</u>	<u>743</u>	<u>45</u>	<u>45</u>	<u>849</u>	<u>788</u>

(b) Passivos relacionados a ativos mantidos para venda

	VCEAA/China	
	2014	2013
Contas a pagar	40	311
Provisões	33	32
IR e CS diferido	61	
Empréstimos e financiamentos	311	
Outros passivos	16	47
	<u>461</u>	<u>390</u>

(c) Resultado das operações descontinuadas

VCEAA/China	2014	2013
Receita líquida dos produtos vendidos e dos serviços prestados	261	185
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(273)	(210)
Prejuízo bruto	(12)	(25)
Resultado financeiro líquido	34	(25)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	22	(50)
Imposto de renda e contribuição social	(6)	1
Lucro (prejuízo) das operações descontinuadas	<u>16</u>	<u>(49)</u>

(d) Operações da China

A controlada VCSA não tem intenção de continuar suas operações na China, as quais foram adquiridas como parte da troca de ativos da Cimpor, consequentemente, esta operação foi classificada como mantida para venda desde 21 de dezembro de 2012. A VCSA continua a apresentar estas operações separadamente nesta categoria e está totalmente comprometida para comercialização da operação e fechamento da venda. O principal fator que contribui para o atraso da venda planejada é de natureza regulamentar.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Ativos Baraúna

A controlada VCNNE decidiu vender certos ativos (equipamentos industriais) que possui na cidade de Baraúna, Estado do Rio Grande do Norte, os quais estão sendo negociados com a investida Mizú S.A., conseqüentemente esses ativos foram classificados como mantidos para venda desde 30 de setembro de 2013. A controlada continua a apresentar estes ativos separadamente nesta categoria e está totalmente comprometida para comercialização da operação e fechamento da venda. O andamento desse processo durante o ano de 2014 indica que será alcançada uma resolução favorável.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

15. Partes relacionadas

	Contas a receber de clientes		Dividendos a receber		Ativo não circulante	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Sociedade controladora						
Votorantim Participações S.A. (i)	2				598	364
Sociedades coligadas ou controladas em conjunto						
St. Helen Holding II B.V. (ii)					699	596
Citrovita Orange Juice GmbH (iii)					516	445
Citrosuco S.A. Agroindústria (iv)					374	330
Citrosuco GmbH					167	148
Suwannee American Cement LLC					80	62
Hailstone Limited					14	12
SOPACIM, SARL					10	
Ibar Administração e Participações Ltda.					5	5
Sumter Cement Co LLC	1	1			3	3
Fibria Celulose S.A.	1	5	11		1	1
Cementos Especiales de las Islas, S.A. (CEISA)	1	10				
Cia de Cimento Itambé	2	14				
Maré Cimento Ltda.	6	9	4	3		
Mineração Rio do Norte S.A.			3	4		
Mizú S.A.	8	6	2	1		
Polimix Concreto Ltda.	11	15	8	7		
Sitrel Siderúrgia Três Lagoas Ltda. (v)	20	18				
Sirama Participações, Administração e Transportes Ltda.			3	4		
Superior Materials Holdings, LLC	10	9				
Supermix Concreto S.A.	25	22				
Verona Participações Ltda.			11	9		
Outras	9	2	3		15	11
	96	111	45	28	2.482	1.977
Circulante	(96)	(111)	(45)	(28)		
Não circulante					2.482	1.977

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Fornecedores		Dividendos a pagar		Passivo não circulante	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Sociedade controladora						
Votorantim Participações S.A. (vi)			379	104	433	360
Sociedades coligadas ou controladas em conjunto						
Hailstone Limited (vii)					382	332
St. Helen Holding II B.V.					27	24
Votorantim Finanças S.A.					3	3
Alunorte - Alumina do Norte do Brasil S.A.		25				
Fibria Celulose S.A.	36					
LIT Mining Coöperatief U.A (viii)						153
LIT Tele Ltda.						44
Sitrel Siderúrgia Três Lagoas Ltda. (v)	23	18				
Suwannee American Cement LLC	19	13				
Outras	2	5			50	
	80	61	379	104	895	916
Total acionistas não controladores			10	47		
Circulante	80	61	389	151		
Não circulante					895	916

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Receita (despesa) financeira		Compras		Vendas	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Sociedade controladora						
Votorantim Participações S.A.	(22)	(19)				
Sociedades coligadas ou controladas em conjunto						
Supermix Concreto S.A. (ix)					390	306
Sitrel Siderúrgia Três Lagoas Ltda. (v)			226	152	292	252
Polimix Concreto Ltda. (ix)				1	141	169
Maré Cimento Ltda.					80	66
Mizú S.A.					69	75
Fibria Celulose S.A.					31	37
Superior Materials Holdings,LLC					30	27
Cia de Cimento Itambé					21	1
Citrosuco S.A. Agroindústria	11	11			8	7
Somix Concreto Ltda					6	6
Alunorte Alumina do Norte do Brasil S.A.				16		
Citrovita Orange Juice GmbH	10	11				
Hailstone Limited	(5)	(5)				
Interávia Taxi Aéreos Ltda.			8			
Lit Tele LLC		(2)				
St. Helen Holding II B.V.	22	20				
Outras				2	1	2
	<u>16</u>	<u>16</u>	<u>234</u>	<u>171</u>	<u>1.069</u>	<u>948</u>

- (i) Refere-se substancialmente a contas a receber originada pela venda de tributo diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa para a controladora VPAR. Este tributo foi utilizado pela VPAR para pagamento do REFIS instituído pela Lei 12.865/2013.
- (ii) Refere-se a créditos da VGmbH, detidos junto à sociedade ST. Helen Holding II B.V.. A operação é atualizada a taxa de 6% ao ano.
- (iii) Saldo a receber da Citrovita Orange Juice GmbH. A operação é atualizada à LIBOR anual e spread de 2% ao ano.
- (iv) Refere-se a operações de pré-pagamento. A operação é atualizada à LIBOR semestral e spread de 2,75% ao ano.
- (v) Refere-se a operações comerciais entre a Sitrel Siderúrgica Três Lagoas Ltda. ("Sitrel") e VS, relacionados substancialmente ao processo de laminação de vergalhões na planta da Sitrel, que entrou em operação em dezembro de 2012, utilizando como principal matéria prima, tarugos provenientes da Usina de Resende (RJ) da VS.
- (vi) Dívida da VGmbH, junto a sociedade VPAR. A operação é atualizada à taxa de 6% ao ano
- (vii) Dívida da VGmbH, junto a sociedade Hailstone Limited.. A operação é atualizada à LIBOR mensal e spread de 1,5% ao ano.
- (viii) Dívida da VGmbH, junto a sociedade LIT Mining Coöperatief U.A.. A operação é atualizada à LIBOR anual e spread de 0,5% ao ano.
- (ix) As operações de vendas com a Supermix Concreto S.A. e Polimix Concreto Ltda. referem-se a vendas de cimento e agregados.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

16. Opção de compra de ações

Em Assembleia Geral Extraordinária da VID, realizada em 27 de outubro de 2014, e reunião de Diretoria da BNDESPAR realizada em 28 de outubro de 2014, que, dentre outros termos e condições, prorrogou o prazo de vigência do Acordo de Acionistas “Fibria” pelo período de cinco anos. Além disso, foi extinta a opção de compra de ações a qual não havia sido exercida pela Companhia.

17. Outros ativos

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Adiantamentos a fornecedores	185	201
Créditos fiscais	173	158
Despesas pagas antecipadamente	147	150
Crédito com venda de participações societárias	65	139
Adiantamentos a funcionários	43	75
Créditos previdenciários	28	36
Contrato fiduciário	15	14
Crédito na venda de ativo imobilizado	14	31
Cheques a compensar	9	17
Notas a receber	7	10
Benefício a empregados	2	1
Outros créditos	76	64
	<u>764</u>	<u>864</u>
Circulante	<u>(467)</u>	<u>(509)</u>
Não circulante	<u>297</u>	<u>355</u>

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

18. Investimentos

(a) Composição

	Informações das investidas em 31 de dezembro de 2014			Resultado de equivalência patrimonial		Saldo	
	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Percentual de participação (%)	2014	2013	2014	2013
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial							
Sirama Participações Administração e Transportes Ltda.	973	210	38,26	80	74	372	328
Cementos Avellaneda S.A. (i)	411	88	49,00	43	42	267	247
Cementos Bio Bio S.A. (ii)	922	77	16,70	13	(13)	154	153
Maré Cimento Ltda. (iii)	261	65	51,00	26	26	133	108
Alunorte - Alumina do Norte S.A. (ii)	4.075	(275)	3,03	(8)	(17)	124	132
Polimix Concreto Ltda. (iii)	325	34	27,57	6	(4)	90	85
Mineração Rio do Norte S.A. (ii)	607	43	10,00	4	6	61	61
Cimento Portland S.A.	243	5	29,50	1		72	66
Supermix Concreto S.A.	209	13	25,00	3	7	52	54
Mizu S.A. (iii)	99	33	51,00	12	1	50	39
Verona Participações Ltda. (iii)	109	70	25,00	9	(3)	27	20
Polimix Cimento Ltda. (iii)	30		51,00			15	15
Outros investimentos				5	5	274	181
<i>Joint ventures</i>							
Fibria Celulose S.A. (iv)	14.564	156	29,42	46	(208)	4.285	4.250
Suwannee American Cement LLC (i)	212	(21)	50,00	(11)	(13)	177	166
Sitrel Siderúrgica Três Lagoas Ltda.	234	58	50,00	29	23	117	88
				<u>258</u>	<u>(74)</u>	<u>6.270</u>	<u>5.993</u>

(i) Os investimentos Cementos Avellaneda S.A. e Suwannee American Cement LLC consideram, em 31 de dezembro de 2014, os montantes de R\$ 66 e R\$ 71, respectivamente, referentes aos ágios pagos na aquisição dos investimentos.

(ii) Referem-se a investidas nas quais a participação é menor que 20%, porém a Companhia exerce influência significativa sobre as atividades por meio de acordos estabelecidos entre acionistas.

(iii) Referem-se ao valor de investidas da controlada Silcar Empreendimentos Comércio e Participações Ltda.. Conforme termo de acordo de acionistas, a Companhia por meio da controlada VCSA. participa apenas de certas decisões financeiras e operacionais definidas no que diz respeito a determinadas matérias e de algumas atividades das investidas e, como tal, a Companhia não controla as entidades. Os dividendos são distribuídos em quantidades desproporcionais ao percentual de participação.

(iv) Em 2 de junho de 2014, a Fibria obteve da Receita Federal do Brasil a aprovação para uso do crédito no valor de R\$ 861 (R\$ 568 líquido dos efeitos fiscais), referente ao Crédito-Prêmio de IPI das exportações realizadas durante a vigência do Programa BEFIEEX.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Informações sobre as empresas investidas

Apresentamos a seguir, um resumo das informações financeiras selecionadas de nossas principais coligadas e *joint ventures* em 31 de dezembro de 2014:

	% Participação total e votante	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Outros Resultados abrangentes	Patrimônio líquido (j)	Receita líquida	Resultado operacional	Receitas (despesas) financeiras	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial											
Sirama Participações Administração e Transportes Ltda.	38,26	105	889	3	18	17	973			(1)	210
Cementos Avellaneda S.A.	49,00	361	245	189	6	(32)	411	872	144	3	88
Cementos Bio Bio S.A.	16,70	479	1.676	322	911	(47)	922	1.241	110	(39)	77
Alunorte - Alumina do Norte S.A.	3,03	967	6.701	2.166	1.427		4.075	3.772	6	(400)	(275)
Maré Cimento Ltda.	51,00	340	356	123	312		261	695	87	(7)	65
Polimix Concreto Ltda.	27,57	271	296	195	47		325	816	44	(1)	34
Mineração Rio do Norte S.A.	10,00	254	1.753	474	926		607	995	196	(131)	43
Cimento Portland S.A.	29,50	176	80	3	10	14	243		3	10	5
Supermix Concreto S.A.	25,00	276	217	188	96		209	1.891	32	(10)	13
Mizu S.A.	51,00	51	92	35	9		99	182	16	32	33
Verona Participações Ltda.	25,00	56	65	12			109			4	70
Polimix Cimento Ltda.	51,00		30				30				
Joint ventures											
Fibria Celulose S.A.	29,42	3.859	21.892	2.576	8.611	(1)	14.564	7.084	1.650	(1.635)	156
Suwannee American Cement LLC	50,00	54	200	15	27	26	212	119	(23)		(21)
Sitrel Siderúrgica Três Lagoas Ltda.	50,00	164	273	52	151		234	363	88	(14)	58

(i) O patrimônio líquido contempla o saldo do resultado abrangente apresentado.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais

(c) Movimentação dos investimentos

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Saldo no início do exercício	5.993	6.241
Equivalência patrimonial	258	(74)
Aumento de capital		20
Alienação de investimentos		(113)
Variação cambial de investimentos no exterior	(2)	17
Efeito de controladas incluídas na consolidação (i)	80	
Dividendos	(66)	(88)
Outros	7	(10)
	<u>6.270</u>	<u>5.993</u>
Saldo no final do exercício	<u>6.270</u>	<u>5.993</u>

(i) Conforme Nota 1 (i), a VPAR transferiu para VID sua participação acionária detida na VNN que possui alguns investimentos avaliados pelo método de custo que não são consolidados.

(d) Investimentos em coligadas com ações cotadas em bolsas de valores

	<u>2014</u>		<u>2013</u>	
	<u>Valor Patrimonial</u>	<u>Valor de mercado</u>	<u>Valor Patrimonial</u>	<u>Valor de mercado</u>
Cementos Bio Bio S.A. (*)	154	99	153	108
Fibria Celulose S.A. (*)	4.285	5.298	4.250	4.506

(*) Calculado de forma proporcional à participação detida pela Companhia.

(e) Participação de acionistas não controladores

A participação total dos não controladores em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 3.489, dos quais R\$ 2.059 referem-se a Cajamarquilha, R\$ 908 da Milpo, R\$ 215 da VCEAA, R\$ 189 da Artigas e R\$ 118 de outros.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

19. Imobilizado

(a) Composição e movimentação

	2014								2013	
	Terras, terrenos e benfeitorias	Edifícios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Outros	Total	Total
Saldo inicial										
Custo	1.618	9.287	28.581	1.253	177	3.149	401	417	44.883	42.904
Depreciação acumulada	(42)	(2.972)	(14.000)	(896)	(124)		(180)	(355)	(18.569)	(16.941)
Saldo líquido no início do exercício	1.576	6.315	14.581	357	53	3.149	221	62	26.314	25.963
Adições	9	36	211	7	2	2.234		6	2.505	2.394
Baixas	(12)	(44)	(157)	(4)	(1)	(16)	(2)	(12)	(248)	(173)
Depreciação	(11)	(235)	(1.428)	(109)	(11)		(16)	(6)	(1.816)	(1.687)
Varição cambial	28	(56)	102	12		13	11	1	111	710
Efeito de controladas incluídas na consolidação	5								5	22
Provisão para perda do valor recuperável (i)		(109)	(117)	(2)		(317)			(545)	(403)
Reclassificação para ativos mantidos para venda (Nota 14)										105
Transferências para tributos a recuperar (ii) (Nota 13 (i))						(80)			(80)	(513)
Transferências	94	183	1.352	69	12	(2.028)	27	82	(209)	(104)
Saldo no final do exercício	1.689	6.090	14.544	330	55	2.955	241	133	26.037	26.314
Custo	1.736	9.293	30.369	1.315	191	2.955	446	491	46.796	44.883
Depreciação acumulada	(47)	(3.203)	(15.825)	(985)	(136)		(205)	(358)	(20.759)	(18.569)
Saldo líquido no final do exercício	1.689	6.090	14.544	330	55	2.955	241	133	26.037	26.314
Taxas médias anuais de depreciação - %	2	3	6	18	11		9	10		

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia não tem ativos de longo prazo que espera descontinuar ou alienar e que exigiriam a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos. O montante consolidado relativo aos ativos dados em garantia de empréstimos está descrito na Nota 22 (f).

(i) Em 31 de dezembro de 2014 foram provisionados adicionalmente R\$ 544 de *impairment*, sendo que para R\$ 231, a Administração entendeu que o valor contábil do ativo excedia seu valor recuperável e R\$ 313 foi devido a descontinuidade de projetos. As principais variações ocorreram nas empresas: CBA R\$ 358, sendo substancialmente R\$ 168 das Salas Fornos I e III, R\$ 80 de Forno de Calcinação, R\$ 25 da Sala Fornos VIII e R\$ 19 de Bombas de Barragem; VMZ R\$ 84 referente aos projetos Polimetálicos I e Polimetálicos II; e VMSA R\$ 81 referente ao projeto Ferro Níquel.

(ii) Referem-se a créditos fiscais de ICMS concedidos pelo Estado de Santa Catarina, para a controlada VCSA, como contrapartida a gastos incorridos na recuperação de estradas naquela Unidade da Federação (especialmente relativas aos trechos de acesso à Fábrica Vidal Ramos). Este montante foi integralmente compensado no primeiro semestre de 2014. Embora a Companhia acredite que a classificação anterior como "Imobilizado" não era a mais adequada, não foram reclassificados os períodos comparativos apresentados, pois o valor da reclassificação dentro de ativos não é relevante para os períodos comparativos apresentados.

(b) Obras em andamento

O saldo é composto principalmente de projetos de expansão e otimização das empresas industriais, conforme descrito a seguir:

	2014	2013
Segmentos		
Cimentos	1.770	1.420
Metais	654	1.093
Siderurgia	397	468
Mineração Peru	131	164
Outros	3	4
	<u>2.955</u>	<u>3.149</u>

Apresentamos abaixo os principais projetos em andamento por segmento de negócio:

	2014	2013
Principais projetos em andamento - Cimentos		
Nova unidade em Edealina - GO	492	264
Nova unidade em Primavera - PA	327	148
Nova unidade em Yacuses - Santa Cruz/Bolívia	124	
Nova unidade em Xambioá - TO	78	5
Novas linhas de coprocessamento	51	38
Nova unidade em Ituaçu - BA	45	45
Reforma em equipamentos - Cimentos	44	11
Remoção de estéril - Cimentos	39	72
Nova unidade em Cuiabá - MT	17	100
Nova unidade de argamassa em Camaçari - BA	15	
Remoção de estéril - Agregados	11	9
Nova unidade em Sobral - CE	8	3
Outros	518	725
	<u>1.770</u>	<u>1.420</u>
Principais projetos em andamento - Metais		
Ferro Níquel	81	160
Alumina Rondon	78	60
Reforma sala fornos	77	48
Projeto Expansão Vazante 200 Kta / Projeto Extremo Norte	76	80
Extensão da Vida Útil da Mina de Vazante	31	5
Polimetálicos	21	119
Bombas da Barragem	13	32
Forno de calcinação	12	88
Outros	266	501
	<u>654</u>	<u>1.093</u>

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Principais projetos em andamento - Siderurgia	2014	2013
Projeto operação subterrânea mecanizada e semi-mecanizada de carvão metalúrgico	127	122
Projeto substituição regenerador de alto forno	36	28
Projeto expansão Resende	20	79
Expansão Barras Mansa	18	41
Modernização de equipamentos de operação da planta	15	11
Projeto zona franca	13	14
Projeto martelo triturador de sucata	9	10
Outros	159	161
	<u>397</u>	<u>468</u>

Principais projetos em andamento - Mineração Peru	2014	2013
Expansão depósito de resíduos	28	
Central Hidroelétrica "Pucurhuay"	25	32
Moinho de bolas	13	22
Projeto Pique Santa Barbara	11	10
Cerro Lindo fase III	8	29
Outros	46	71
	<u>131</u>	<u>164</u>

20. Ativos biológicos

Os ativos biológicos da Companhia estão representados pelas florestas em formação, as quais se encontram localizadas, substancialmente, na região de Minas Gerais.

A conciliação dos saldos contábeis no início e no final do exercício é a seguinte:

	2014	2013
Saldo no início do exercício	109	151
Adições	34	26
Exaustão	(41)	(34)
Alteração no valor justo (i)	32	(34)
Saldo no final do exercício	<u>134</u>	<u>109</u>

(i) Na determinação do valor justo dos ativos biológicos, as projeções estão baseadas em um único cenário projetivo, com produtividade e área de plantio.

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2014 são as que seguem:

- O período dos fluxos de caixa foi projetado de acordo com o ciclo de produtividade das áreas objeto de avaliação.
- O volume de produção de “madeira em pé” de eucalipto a ser cortada foi estimado considerando a produtividade média por metro cúbico de madeira de cada plantação por hectare na idade de corte. A produtividade média varia em função do material genético, condições edafo-climáticas (clima e solo) e dos tratamentos silviculturais.
- O preço líquido médio de venda foi projetado com base no preço estimado para eucalipto no mercado local, preço praticado em contratos, ajustado para refletir o preço da “madeira em pé” por região.
- Considerando que o modelo de precificação considera os fluxos de caixa líquidos, após a dedução dos tributos sobre o lucro, a taxa de desconto utilizada também considera os benefícios tributários.
- O custo padrão médio estimado contempla gastos com as atividades de roçada, controle químico de mato competição, combate e formigas e outras pragas, adubamento, manutenção de estradas, insumos e serviços de mão de obra. Foram também considerados os efeitos tributários com base nas alíquotas vigentes, bem como os ativos que contribuem, tais como o ativo imobilizado e terras próprias, considerando taxa média de remuneração de 4,2% a.a. (taxa média de depreciação de 4,2%). Para taxa de desconto foi considerado 10,10% (2013 – 9,40%).

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

21. Intangível

(a) Composição e movimentação

	2014							2013	
	Ágios (i)	Direitos sobre recursos naturais	Direitos sobre marcas e patentes	Software	Uso do Bem Público - UBP (Nota 29)	Contratos e relação com clientes e acordos	Outros	Total	Total
Saldo inicial									
Custo	4.718	6.613	242	340	538	331	831	13.613	13.026
Amortização e exaustão acumulada		(865)	(181)	(244)	(102)	(154)	(383)	(1.929)	(1.681)
Saldo líquido no início do exercício	4.718	5.748	61	96	436	177	448	11.684	11.345
Adições		66		1			15	82	114
Baixas		(22)						(22)	(48)
Amortização e exaustão		(321)	(25)	(25)	(19)	(19)	(25)	(434)	(505)
Variação cambial	584	432		10		21	37	1.084	1.129
Efeito de controladas incluídas na consolidação									62
Provisão para perda do valor recuperável	(51)							(51)	(383)
Reavaliação das premissas do fluxo de caixa (Nota 28)		(36)			2			(34)	(119)
Transferências (ii)		205	(1)	25			(20)	209	89
Saldo no final do exercício	5.251	6.072	35	107	419	179	455	12.518	11.684
Custo	5.251	7.740	251	424	541	375	768	15.350	13.613
Amortização e exaustão acumulada		(1.668)	(216)	(317)	(122)	(196)	(313)	(2.832)	(1.929)
Saldo líquido no final do exercício	5.251	6.072	35	107	419	179	455	12.518	11.684
Taxas médias anuais de amortização e exaustão - %		6	7	7	5	7	10		

(i) O ágio está líquido dos valores alocados para as operações na China, incluído no balanço patrimonial em “ativos classificados como mantido para venda” (Nota 14).

(ii) As transferências de ativos intangíveis estão relacionadas a reclassificação de “obras em andamento” no grupo do imobilizado para “softwares” e “direitos sobre recursos naturais” no grupo do intangível.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais

(b) Ágios decorrentes de aquisições

<u>Descrição</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Alumínio		
Campos Novos Energia S.A.	57	57
Metalex Ltda.	49	49
Rio Verdinho Energia S.A.	29	29
Machadinho Energética S.A.	15	15
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	7	7
	<u>157</u>	<u>157</u>
Cimentos		
Seguimento Europeu		
Votorantim Cimentos EAA Inversiones, S.L.	925	849
Segmento Norte Americano		
Votorantim Investimentos Internacionais S.A.	774	774
Prairie Material Sales Inc	532	469
St. Marys Cement Inc.	314	289
Prestige Gunit Inc.	79	164
Prestige Materials	146	97
Segmento Brasileiro		
Companhia de Cimento Ribeirão Grande	206	206
Engemix S.A.	76	76
Mineração Potilider Ltda.	36	71
CJ Mineração Ltda.	16	16
Pedreira Pedra Negra Ltda.	12	12
Petrolina Zeta Mineração Ltda.		14
Outros	2	4
Outros segmentos América do sul		
Cementos Artigas S.A.	11	11
	<u>3.129</u>	<u>3.052</u>
Siderurgia		
Acergroup S.A.	149	149
Acerholding S.A.	28	32
Acerbrag S.A.	6	7
	<u>183</u>	<u>188</u>
Zinco		
Compañía Minera Milpo S.A.	1.536	1.068
US Zinc Corporation	24	20
Votorantim Metais - Cajamarquilla S.A.	206	217
	<u>1.766</u>	<u>1.305</u>
Holdings e outras		
Votorantim Andina S.A.	16	16
	<u>16</u>	<u>16</u>
	<u>5.251</u>	<u>4.718</u>

(c) Teste do ágio para verificação de *impairment*

Ao fim do exercício de 2014, a Companhia e suas controladas avaliaram a recuperação do valor contábil dos ágios, com base em seu valor em uso ou valor justo, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado para cada segmento de negócio. O processo de avaliação do valor em uso e valor justo envolve a utilização de premissas, julgamentos e projeções sobre os fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa da Administração.

Conforme demonstrado na Nota 21 (b), os ágios são alocados às empresas identificadas de acordo com o segmento operacional.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014

Em milhões de reais

Os cálculos do valor em uso têm como premissas as projeções de fluxo de caixa, antes do cálculo do imposto de renda e da contribuição social, e como base os orçamentos financeiros aprovados pela Administração para o período projetado para os próximos cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa, para o período excedente aos cinco anos, foram extrapolados com base nas taxas estimadas de crescimento. A taxa de crescimento não ultrapassa a média de longo prazo para o setor de atuação de cada segmento.

A Companhia determinou a margem bruta orçada com base no desempenho passado e em suas expectativas para o crescimento de cada negócio. As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios de cada setor. As taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas antes dos impostos e refletem riscos específicos em relação aos segmentos operacionais relevantes.

Os cálculos do valor justo foram baseados no modelo de fluxo de caixa descontado, e têm como base premissas de mercado.

Em 31 de dezembro de 2014, a controlada VCSA registrou perdas decorrentes de *impairment* em ágio no montante de R\$ 51 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 28) referente às investidas Mineração Potilíder Ltda. (R\$ 36), Petrolina Zeta Mineração Ltda. (R\$ 14) e Lidermarc Indústria e Comércio Ltda. (R\$ 1).

(i) Mineração Potilíder Ltda.

O valor recuperável do investimento na Mineração Potilíder Ltda. foi apurado com base no cálculo do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa baseado nos orçamentos financeiros aprovados pelo Conselho de Administração para um período de cinco anos.

Como resultado do cálculo, o valor recuperável foi inferior ao valor contábil do investimento em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, foi reconhecido contabilmente *impairment* no valor de R\$ 36. Devido a renegociação do contrato do *earn-out* houve uma correspondente reversão do passivo, o qual compensou o impacto do *impairment* no resultado do exercício na rubrica "Outras receitas operacionais, líquidas".

(ii) Petrolina Zeta Mineração Ltda.

A Companhia Petrolina Zeta Ltda., não está atualmente em operação em virtude de processo judicial para devolução da empresa ao seu antigo proprietário. O distrato foi solicitado pela Companhia em fevereiro de 2013 e encontra-se em fase de litígio. Todo o montante reconhecido como ágio R\$ 14 está sendo considerado como *impairment* na rubrica "Outras receitas operacionais, líquidas".

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

22. Empréstimos e financiamentos

(a) Composição

Modalidade	Encargos anuais médios (i)	Circulante		Não Circulante		Total	
		2014	2013	2014	2013	2014	2013
Moeda nacional							
BNDDES	4,54% Pré BRL / TJLP + 2,65% / SELIC + 2,40%	714	692	1.786	2.224	2.500	2.916
FINAME	4,68% Pré BRL / TJLP + 2,60%	29	24	163	126	192	150
Debêntures	110,13% CDI/CDI+1,26%	176	126	5.832	5.341	6.008	5.467
Nota de crédito exportação (ii)	8,00% Pré BRL	1	1	230	230	231	231
Agência de fomento	8,30% Pré BRL / TJLP + 3,50%	7	5	67	53	74	58
Outros		17	16	19	14	36	30
		944	864	8.097	7.988	9.041	8.852
Moeda estrangeira							
BNDDES	UMBNDDES + 2,39%	169	132	400	430	569	562
Agência de fomento	LIBOR USD + 1,38%	21	19	128	130	149	149
Eurobonds - USD	6,61% Pré USD	87	116	6.738	7.526	6.825	7.642
Eurobonds - EUR	3,89% Pré EUR	76	86	3.047	2.424	3.123	2.510
Empréstimos sindicalizados/Bilaterais (iii)	LIBOR USD + 1,01% / Euribor + 0,90% / 3,54% Pré USD / 3,54% Pré TND	5	82	1.863	831	1.868	913
Créditos de exportação (pré-pagamento) (iv)	LIBOR USD + 1,31%	126	140	2.170	2.547	2.296	2.687
Capital de giro	10,65% Pré INR / DTF + 2,21%	84	51			84	51
Outros		18	27	30	42	48	69
		586	653	14.376	13.930	14.962	14.583
		1.530	1.517	22.473	21.918	24.003	23.435
Juros sobre empréstimos e financiamentos		369	351				
Parcela circulante dos empréstimos e financiamentos captados a longo prazo		1.114	1.116				
Empréstimos e financiamentos captados a curto prazo		47	50				
		1.530	1.517				

- (i) Os encargos anuais médios são apresentados de acordo com a representatividade dos contratos sobre o montante total da dívida.
- (ii) As Notas de crédito de Exportação firmadas pela controlada CBA possuem swaps atrelados que resultaram em um custo final ponderado de 88% a.a. do CDI
- (iii) As operações firmadas pela VID e pela controlada VCSA, de acordo com a Lei nº4131, possuem swaps atrelados que resultaram em um custo final ponderado de 102,00% a.a. do CDI.
- (iv) O Pré Pagamento de Exportação de US\$ 600 milhões firmado pela controlada VGmbH possui swap atrelado que resultou em um custo final de taxa pré-fixada em USD de 2,56% a.a.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social

BRL – Moeda Nacional (Real)

CDI – Certificado de Depósito Interbancário

DTF – Taxa de depósito a prazo

EUR – Moeda da União Europeia (Euro)

EURIBOR – *Euro Interbank Offered Rate*

FINAME – Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais

INR – Rupia indiana

LIBOR – *London Interbank Offered Rate*

TJLP – Taxa de juros de longo prazo, fixada pelo Conselho Monetário Nacional. É o custo básico de financiamentos do BNDES

TND – Dinar da Tunísia

UMBNDDES – Unidade monetária do BNDES. É cesta de moedas que representa a composição das obrigações em moeda estrangeira do BNDES. Em 31 de dezembro de 2014, o dólar norte-americano representou 99,14% dessa composição.

USD – Dólar norte-americano

(b) Vencimento

O perfil dos vencimentos das parcelas de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2014 é demonstrado a seguir:

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Acima de 2025	Total
Moeda nacional												
BNDES	714	610	466	344	186	47	39	30	17	17	30	2.500
FINAME	29	32	27	21	20	19	18	16	8	2		192
Debêntures	176	504	1.002	2.274	1.154	643	243	3	3	3	3	6.008
Nota de crédito exportação	1	130	100									231
Agência de fomento	7	8	7	7	8	8	8	8	8	5		74
Outros	17	7	8	2	2							36
	944	1.291	1.610	2.648	1.370	717	308	57	36	27	33	9.041
%	10,44	14,28	17,81	29,29	15,15	7,93	3,41	0,63	0,40	0,30	0,37	
Moeda estrangeira												
BNDES	169	152	118	82	40	7	1					569
Agência de fomento	21	20	20	20	21	20	14	9	4			149
Eurobonds - USD (i)	87	(3)	(3)	(3)	548	255	636	(2)	928	1.062	3.320	6.825
Eurobonds - EUR (i)	76	(6)	975	(6)	(6)	(6)	2.096					3.123
Empréstimos sindicalizados/Bilaterais	5	549	826	238	250							1.868
Créditos de exportação (pré-pagamento)	126	181	314	949	726							2.296
Capital de giro	84											84
Outros	18	14	3	2	1	1	1	1	1	5	1	48
	586	907	2.253	1.282	1.580	277	2.748	8	933	1.067	3.321	14.962
%	3,92	6,06	15,06	8,57	10,56	1,85	18,37	0,05	6,24	7,13	22,20	
Total	1.530	2.198	3.863	3.930	2.950	994	3.056	65	969	1.094	3.354	24.003
%	6,37	9,16	16,09	16,37	12,29	4,14	12,73	0,27	4,04	4,56	13,97	

(i) Os saldos apresentados como negativos referem-se a custos de captação que são amortizados linearmente.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Movimentação

	2014	2013
Saldo no início do exercício	23.435	22.291
Captações	8.302	3.442
Juros	1.578	1.346
Varição cambial	1.317	2.180
Pagamentos - principal	(9.066)	(4.390)
Pagamentos - juros	(1.563)	(1.417)
Realização de valor justo de combinação de negócios		(17)
Saldo no final do exercício	24.003	23.435

(d) Composição por moeda

	Circulante		Não Circulante		Total	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Real	944	864	8.097	7.988	9.041	8.852
Dólar Norte Americano	283	394	10.683	11.139	10.966	11.533
Euro	76	86	3.369	2.424	3.445	2.510
Cestas de moedas	137	116	298	338	435	454
Outras	90	57	26	29	116	86
	1.530	1.517	22.473	21.918	24.003	23.435

(e) Composição por indexador

	Circulante		Não Circulante		Total	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Moeda nacional						
CDI	176	127	5.832	5.340	6.008	5.467
TJLP	668	648	1.689	2.086	2.357	2.734
Taxa pré-fixada	100	89	571	562	671	651
SELIC			5		5	
	944	864	8.097	7.988	9.041	8.852
Moeda estrangeira						
LIBOR	149	222	3.832	3.499	3.981	3.721
UMBNDES	169	132	400	430	569	562
Taxa pré-fixada	221	242	9.822	9.999	10.043	10.241
EURIBOR			322		322	
Outras	47	57		2	47	59
	586	653	14.376	13.930	14.962	14.583
	1.530	1.517	22.473	21.918	24.003	23.435

(f) Garantias

Em 31 de dezembro de 2014, R\$ 7.879 (2013 – R\$ 10.034) de saldo de empréstimos e financiamentos estavam garantidos por notas promissórias e avais da Companhia, enquanto R\$ 192 (2013 – R\$ 150) estavam garantidos por bens do ativo imobilizado em função de alienação fiduciária.

(g) Obrigações contratuais / Índices financeiros

Determinados contratos de empréstimos e financiamentos estão sujeitos ao cumprimento de certos índices financeiros (“covenants”), como (i) Índice de Alavancagem Financeira (Dívida Líquida/ Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização - “EBITDA Ajustado”); (ii) Índice de Capitalização (Dívida Total/(Dívida Total + Patrimônio Líquido) ou Patrimônio Líquido/ Ativo Total); (iii) Índice de Cobertura de Juros ((Caixa + EBITDA Ajustado)/(Juros + Dívida de Curto Prazo)).

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Quando aplicáveis, tais obrigações são padronizadas para todos os contratos de empréstimos e financiamentos.

A Companhia e suas controladas atenderam a todas as condições estabelecidas nas cláusulas contratuais de empréstimos e financiamentos, quando aplicáveis.

(h) Captações

Por meio de captações e pagamentos antecipados de certas dívidas, a Companhia busca alongar o prazo médio dos vencimentos bem como equilibrar a exposição a diferentes moedas dos empréstimos e financiamentos a sua geração de caixa nestas moedas.

As principais captações efetuadas foram as seguintes:

(i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, as controladas da Companhia contrataram operações com o BNDES no valor de R\$ 411 (31 de dezembro de 2013 – R\$ 578) para financiar seus projetos de expansão e modernização, incluindo compra de máquinas e equipamentos, ao custo principal médio de TJLP + 2,76% a.a. (31 de dezembro de 2013 – TJLP + 2,75% a.a.)

(ii) Em outubro de 2014, a controlada VCSA efetuou sua sétima emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em três séries, da espécie quirografária, sem garantia real ou fidejussória. As debêntures foram distribuídas com esforços restritos de colocação e com dispensa de registro na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), nos termos do artigo 6º da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009. A 1ª série no valor de R\$ 150 tem remuneração de 108,8% do CDI a.a. e vencimento final em setembro de 2018, a 2ª série no valor de R\$ 300 tem remuneração de 107,91% do CDI a.a. e vencimento final em setembro de 2019 e a 3ª série no valor de R\$ 150 tem remuneração de 109,4% do CDI a.a. e vencimento final em setembro de 2019. Parte dos recursos desta emissão foi utilizada para amortização da 1ª série da quarta emissão pública de debêntures da controlada VCSA no valor de R\$ 500 e liquidação do swap atrelado a esta operação.

(iii) Em outubro de 2014, a controlada VCSA firmou contratos de empréstimo no montante total de US\$ 300 milhões com vencimento final em outubro de 2017 e outubro de 2018. Estas operações, após realização de swaps, resultaram em um custo final de 103,3% do CDI. Parte dos recursos desta emissão foram utilizados para o resgate antecipado da 2ª série da primeira emissão pública de debêntures da controlada VCSA no valor de R\$ 500.000.

(iv) Em outubro de 2014, a VGmbH firmou contrato de pré-pagamento de exportação no montante total de US\$ 600 milhões ao custo de Libor + 1,25% a.a. e com vencimento em 2019. Esta operação possui garantia da VID e está vinculada a um *swap* com o objetivo de alteração da taxa flutuante para fixa, sendo o custo final de 2,56% a.a.. Os recursos desta captação foram utilizados para liquidação parcial antecipada do pré-pagamento de exportação contratado em 2011.

(v) Em setembro de 2014, a controlada VCEAA contratou um empréstimo no valor de EUR 100 milhões, com custo de Euribor + 0,90% a.a. e vencimento em março de 2017. Os recursos desta operação foram utilizados para o pagamento antecipado de dívida.

(vi) Em junho de 2014, a controlada CBA emitiu *bonds* em dólar no montante de US\$ 400 milhões, vencimento em 2024 e cupom semestral de 4,75% a.a.. A emissão possui garantia da VID e *ratings* BBB, Baa3 e BBB pelas agências S&P, Moody's e Fitch, respectivamente.

(vii) Em junho de 2014, a controlada CBA renegociou as condições contratuais de um de seus contratos de Notas de Crédito de Exportação, no valor de R\$ 100, estendendo o prazo final de vencimento para 2017 e reduzindo o custo do *swap* vinculado a operação. Em 31 de dezembro de 2014, a CBA possuía um montante total de R\$ 230 de contratos de Notas de Crédito de Exportação, com incidência de juros de 8% a.a. e vencimentos em 2016 e 2017. Estas operações estão vinculadas a swaps com o objetivo de alterar a taxa fixa para taxa flutuante, sendo o custo final de 88% do CDI.

(viii) Em abril de 2014, a controlada VCSA emitiu *bonds* no valor de EUR 650 milhões com

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

vencimento em 2021 e cupom anual de 3,25% a.a.. A nova emissão foi a primeira no mercado internacional sem garantias e possui *ratings* BBB, Baa3 e BBB pelas agências S&P, Moody's e Fitch, respectivamente.

(ix) Em abril de 2014, a VCNA firmou um aditivo à sua linha de crédito rotativa (“revolver”) contratada em 28 de outubro de 2010, aumentando seu valor de US\$ 125 milhões para US\$ 300 milhões, e alongando o prazo de vencimento para 2019. Adicionalmente, liquidou antecipadamente o empréstimo sindicalizado. Nos meses de agosto a dezembro de 2014, a controlada VCNA liquidou antecipadamente US\$ 90 milhões referentes a esta linha de crédito rotativa (“revolver”). Por se tratar de uma linha rotativa, este montante continua disponível para a empresa.

(x) Em março de 2014, a controlada VS efetuou sua primeira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória da Companhia. As debêntures foram distribuídas com esforços restritos de colocação e com dispensa de registro na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009. A emissão no valor de R\$ 450, com vencimento em março de 2017, tem remuneração de 107% do CDI.

(xi) Em fevereiro de 2014, a Companhia efetuou sua segunda emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, sem garantia real ou fidejussória. As debêntures foram distribuídas com esforços restritos de colocação e com dispensa de registro na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009. A emissão no valor de R\$ 450, com vencimento em fevereiro de 2017, tem remuneração de 107,95% do CDI.

(xii) Em fevereiro de 2014, a Companhia firmou contratos de acordo com a Lei nº 4131 no montante total de US\$ 184 milhões com vencimento em fevereiro de 2016. Estas operações, após realização de *swaps*, resultaram em um custo final de 99,8% do CDI.

(i) Valor justo dos empréstimos e financiamentos

Os valores a seguir foram calculados de acordo com os critérios da Nota 6.1.2.

	2014	
	Valor Contábil	Valor justo
Moeda nacional		
BNDDES	2.500	2.129
FINAME	192	144
Debêntures	6.008	5.807
Nota de crédito exportação	231	202
Agência de fomento	74	63
Outros	36	19
	<u>9.041</u>	<u>8.364</u>
Moeda estrangeira		
BNDDES	569	597
Agência de fomento	149	146
Eurobonds - USD	6.825	7.034
Eurobonds - EUR	3.123	3.150
Empréstimos sindicalizados/Bilaterais	1.868	1.866
Créditos de exportação (pré-pagamento)	2.296	2.389
Capital de giro	84	84
Outros	48	53
	<u>14.962</u>	<u>15.319</u>
	<u>24.003</u>	<u>23.683</u>

23. Contas a pagar - Trading

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Refere-se a compras de determinadas matérias-primas efetuadas por meio de empresas de *trading* que apresentam prazos de pagamento de até 360 dias, com comissão calculada e acertada entre as partes, antes ou no momento de cada transação comercial, sobre o valor total das compras efetuadas.

24. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A Companhia e suas controladas utilizam a sistemática do lucro real e calcularam, registrando seu imposto de renda e sua contribuição social com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras. Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas e de diferenças temporárias referentes substancialmente (a) ao efeito da variação cambial apurada (sistemática de apuração do imposto de renda e contribuição social pelo regime de caixa - efeitos cambiais); (b) a ajuste a valor justo dos instrumentos financeiros derivativos; (c) a provisões não dedutíveis até o momento da sua efetiva realização; (d) a investimentos na atividade rural; (e) a diferenças temporárias surgidas na aplicação dos CPCs.

(a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas em vigor sobre o lucro tributado, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões.

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal brasileira:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.005	443
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(682)	(151)
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos		
Equivalência patrimonial	88	(25)
Constituição (não constituição) do diferido sobre prejuízo fiscal	207	(84)
Constituição (não constituição) do diferido sobre base negativa	75	(26)
Reversão de IRPJ e CSLL diferidos	(92)	
Reversão (provisão) de <i>impairment</i> do IRPJ diferido	(6)	269
Reversão (provisão) de <i>impairment</i> do CSLL diferido	(1)	98
Imposto de renda diferido sobre provisão de <i>impairment</i> de ágio		(130)
Diferencial de alíquota de empresas no exterior	124	76
Reconhecimento crédito fiscal Plano Verão		69
REFIS (Nota 26)		(240)
Outras exclusões líquidas	(53)	(12)
IRPJ e CSLL apurados	<u>(340)</u>	<u>(156)</u>
Correntes	(492)	(963)
Diferidos	152	807
IRPJ e CSLL no resultado	<u>(340)</u>	<u>(156)</u>

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição dos saldos de impostos diferidos

A origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos é apresentada a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	2.173	2.055
Créditos tributários sobre diferenças temporárias		
Variação cambial	829	390
Provisões	695	715
Provisão para perdas em investimentos	339	218
Uso do bem público - UBP	189	181
Passivos ambientais	51	38
CPC 29 - ativo biológico	43	54
Benefício fiscal sobre ágio	54	24
Derivativos Lei nº 11.051/04	9	12
Provisão para baixa de ativo	7	23
Débitos tributários sobre diferenças temporárias		
CPC 25 – Descomissionamento	(11)	(11)
Custo de captação de empréstimos	(18)	
Diferimento de ganhos em contrato de derivativos	(26)	(5)
CPC 12 - Ajuste a valor presente	(46)	(45)
CPC 20 - Juros capitalizados	(137)	(129)
Amortização de ágio	(326)	(310)
Mais valia de ativos incorporados ao custo do imobilizado	(1.300)	(1.477)
Depreciação acelerada e ajuste vida útil	(1.668)	(1.459)
Outros	(165)	244
Líquido	<u>692</u>	<u>518</u>
Saldo de impostos diferidos ativos líquidos de mesma entidade jurídica	<u>(2.205)</u>	<u>(1.910)</u>
Saldo de impostos diferidos passivos líquidos de mesma entidade jurídica	<u>1.513</u>	<u>1.392</u>

A Companhia decidiu aprimorar a apresentação das demonstrações financeiras, apresentando o imposto de renda e a contribuição social diferidos de mesma entidade jurídica, líquidos entre o saldo ativo e passivo no balanço patrimonial, quando compensáveis entre si. Dessa forma, o valor em 31 de dezembro de 2013, de R\$ 4.056, anteriormente apresentado como imposto de renda diferido ativo e o valor de R\$ 3.538 anteriormente como imposto de renda diferido passivo estão sendo apresentado nessas demonstrações financeiras, líquido por entidade jurídica, pelo montante de R\$ 1.910 e R\$ 1.392 como imposto de renda diferido ativo e passivo, respectivamente.

(c) Efeito do imposto de renda e da contribuição social no resultado do exercício e no resultado abrangente

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Saldo no início do exercício	518	191
Efeitos no resultado do exercício		
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	152	807
Parcela do tributo diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa vendida para a controladora VPAR	(562)	(167)
Reclassificações antecipação de IRPJ/CSLL		(174)
IRPJ/CSLL diferido sobre <i>hedge accounting</i>	(2)	(177)
Efeitos da variação cambial	452	189
Outros	12	(75)
Saldo no final do exercício	<u>122</u>	<u>(76)</u>
	<u>692</u>	<u>518</u>

(d) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

A expectativa de realização dos créditos relativos ao prejuízo fiscal e à base negativa da contribuição social ocorrerá de acordo com o cronograma a seguir:

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2014	Percentual
Em 2015	400	18%
Em 2016	104	5%
Em 2017	238	11%
Em 2018	342	16%
2019 em diante	1.089	50%
	<u>2.173</u>	<u>100%</u>

25. Outros passivos

	2014	2013
Receita diferida - obrigação por performance (i)	905	
Contas a pagar para aquisição de participações	249	232
Provisão para serviços	210	179
Obrigações ambientais	150	121
Fornecedores de longo prazo	112	122
REFIS - Programa de Recuperação Fiscal (Nota 27)	48	240
Provisão para utilidades - água, energia elétrica e gás	46	18
Provisão para fretes	50	46
Adiantamento de clientes	23	139
Provisão para manutenção	21	13
Tributos a recolher de longo prazo	15	97
Prêmios a apropriar	11	11
Outras exigibilidades	94	18
	<u>1.934</u>	<u>1.236</u>
Circulante	<u>(624)</u>	<u>(539)</u>
Não circulante	<u>1.310</u>	<u>697</u>

(i) Em dezembro de 2014, a Companhia, através de sua controlada Votener, cedeu a uma instituição financeira os direitos creditórios até dezembro de 2019 decorrentes de alguns Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado ("CCEAR") equivalentes a R\$ 1.253, sem qualquer direito de regresso e/ou tipo de coobrigação da Companhia. Pela cessão dos direitos creditórios a Companhia recebeu o valor total de R\$ 905, sendo que os juros a apropriar da operação serão reconhecidos *pró-rata* ao resultado durante o prazo do contrato.

26. Regime Tributário de Transição ("RTT")

Em 13 de maio de 2014 a Medida Provisória n.º 627 foi convertida na Lei n.º 12.973/14, confirmando a revogação do RTT a partir de 2015, com opção de antecipar seus efeitos para 2014.

A Companhia decidiu optar para as empresas VCSA, VCNNE e VS pela antecipação dos efeitos da revogação do RTT para o ano calendário de 2014, conforme previsto na Lei n.º 12.973/14. Tal opção seria obrigatória para o ano calendário de 2015. A companhia analisou possíveis impactos referentes a esta adoção e decidiu pela opção da aplicação das disposições contidas nos art. 1º e 2º e 4º a 7º.

As demais empresas da companhia não optaram pela antecipação, sendo aplicável a partir de 2015.

27. Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)

Em 10 de outubro de 2013, foi publicada a Lei 12.865/2013 (conversão da MP 615/2013), com alterações da MP 627/2013, que dentre outras disposições, instituiu programa de pagamento incentivado de débitos fiscais federais com redução de percentual da multa e juros devidos.

A Companhia e algumas de suas controladas aderiram em 28 de novembro de 2013 a esse programa de pagamento e parcelamento de débitos fiscais relativos ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), decorrentes da aplicação do art. 74 da Medida Provisória 2.158-35/01.

Em 2014, de acordo com a Lei 12.865/13, as companhias quitaram o débito anteriormente parcelado, parte com créditos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e parte com desembolso efetivo de caixa.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

28. Provisões

A movimentação nas provisões para desmobilização de ativos e processos judiciais é conforme segue:

	2014						Total
	ARO	Reestruturação	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Outros	
Saldo no início do exercício	876	43	844	112	88	57	2.020
Ajuste a valor presente	27						27
Adições	5		91	74	64	6	240
Reversões		(24)	(234)	(55)	(21)	(5)	(339)
Depósitos judiciais, líquidos das baixas			(13)	17	(12)		(8)
Liquidações	(12)		(102)	(42)	(17)		(173)
Atualização monetária	14		132	19	34		199
Variação cambial	34		1				35
Reavaliação do fluxo de caixa	(79)						(79)
Saldo no final do exercício	865	19	719	125	136	58	1.922

	2013						Total
	ARO	Reestruturação	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Outros	
Saldo no início do exercício	933	87	1.134	129	85	29	2.397
Ajuste a valor presente	11						11
Adições	13		378	66	27	41	525
Reversões		(2)	(561)	(24)	(31)	(13)	(631)
Depósitos judiciais, líquidos das baixas			30	(53)	1		(22)
Liquidações	(18)	(59)	(171)	(21)	(6)	(3)	(278)
Atualização monetária			29	16	12	3	60
Variação cambial	56	17	5	(1)			77
Reavaliação do fluxo de caixa	(119)						(119)
Saldo no final do exercício	876	43	844	112	88	57	2.020

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais

(a) ARO – "Asset retirement obligation" (obrigação para desmobilização de ativos)

A mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/ recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

Por serem obrigações de longo prazo são ajustadas a valor presente, pela taxa real de juros e atualizadas periodicamente pela inflação. A taxa de juros utilizada em 2014 foi de 4,23% a.a. (2013 2%a.a.). O passivo constituído é atualizado periodicamente tendo como base nessas taxas de desconto acrescido da inflação do período de referência.

Em 31 de dezembro de 2014, a taxa de juros para 2015 foi reavaliada para 6,685%, ocasionando alteração no passivo de R\$ 79, cujo valor foi reconhecido em contrapartida do ativo.

(b) Provisões tributárias, cíveis, trabalhistas e outras ações judiciais

A VID e suas controladas são partes envolvidas em processos tributários, trabalhistas, cíveis e outras ações judiciais em andamento, e estão discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais.

As provisões para as perdas decorrentes de passivos contingentes classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente, as perdas classificadas como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude da visibilidade do processo, a Companhia considere sua divulgação justificada.

Os montantes envolvidos nas contingências são estimados e atualizados periodicamente. A classificação das perdas entre possíveis, prováveis e remotas baseia-se na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos.

As provisões e os correspondentes depósitos judiciais são apresentados a seguir:

	2014			2013		
	Depósitos judiciais	Montante provisionado	Total líquido	Depósitos judiciais	Montante provisionado	Total líquido
Tributárias	(489)	1.208	719	(476)	1.320	844
Trabalhistas	(64)	189	125	(81)	193	112
Cíveis	(28)	164	136	(16)	104	88
Outras		58	58		57	57
	(581)	1.619	1.038	(573)	1.674	1.101

(c) Depósitos judiciais remanescentes

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2014 depositados judicialmente em processos classificados pela Administração seguindo as indicações dos consultores jurídicos da Companhia como de perda remota ou possível, portanto, sem respectiva provisão, o montante demonstrado a seguir:

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais

	2014	2013
Tributárias	262	283
Trabalhistas	42	41
Cíveis	109	88
Outras	20	2
	<u>433</u>	<u>414</u>

(d) Comentários sobre as provisões com probabilidade de perda provável

(i) Provisões tributárias

Os processos tributários com probabilidade de perda provável estão representados por discussões relacionadas a tributos federais, estaduais e municipais. No que se refere aos processos judiciais de contestação de legalidade ou constitucionalidade de obrigação tributária, eles têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento.

(ii) Provisões trabalhistas

A VID e suas subsidiárias tem um total de 6.337 processos trabalhistas, movidos por ex-empregados, terceiros e sindicatos, cujos pleitos consistem, em sua maioria, em pagamento de verbas rescisórias, adicionais de insalubridade e periculosidade, horas extras, horas *in itinere*, bem como pedidos de indenização de ex-empregados ou terceiros por supostas doenças ocupacionais, acidentes de trabalho, danos materiais e morais, derivados da Justiça Comum por força da Emenda Constitucional nº 45 e cumprimento de cláusulas normativas.

(iii) Provisões cíveis

A Companhia e suas subsidiárias são parte em processos cíveis de natureza administrativa e jurisdicional. As referidas contingências são originárias de processos com distintas naturezas jurídicas, ressaltando-se ações de indenização por dano material e dano moral, ações de cobranças, execuções e pedidos administrativos.

(iv) Provisões ambientais

A Companhia e suas subsidiárias estão sujeitas a leis e regulamentos nos diversos países em que operam. A Companhia estabeleceu políticas e procedimentos ambientais voltados ao cumprimento de leis ambientais e outras. A Administração conduz análises regulares para identificar riscos ambientais e para garantir que os sistemas em funcionamento sejam adequados para gerenciar esses riscos.

O contencioso ambiental judicial da Companhia e de suas subsidiárias refere-se, basicamente, a ações civis públicas e ações populares, que têm como finalidade obstar o andamento de licenciamento ambiental de novos projetos, a recuperação de pretensas áreas de preservação permanente, dentre outras.

(e) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

A composição por natureza dos processos com probabilidade de perda avaliada como possível nos quais a VID e suas controladas estão envolvidas, para os quais não há qualquer provisão contabilizada é demonstrada a seguir:

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais

	2014	2013
Tributárias	4.130	3.564
Trabalhistas e previdenciárias	243	278
Cíveis	6.066	4.736
Ambientais	404	381
	<u>10.843</u>	<u>8.959</u>

(e.1) Comentários sobre passivos contingentes tributários e de direito público com probabilidade de perda possível

A seguir são comentados os passivos contingentes relacionados à processos tributários em andamento com probabilidade de perda possível, para os quais não há qualquer provisão contabilizada. No quadro abaixo apresentamos análise da relevância desses processos:

Natureza	2014	2013
(i) CFEM	586	437
(ii) Auto de Infração - IRPJ/CSLL	189	173
(iii) Glosa créditos de PIS/COFINS	297	296
(iv) Compensação prejuízo fiscal - trava 30% (incorporação)	230	214
(v) ICMS - Custo de transferência	200	185
(vi) Exigência de ICMS sobre TUSD	169	150
(vii) Glosa saldo negativo IRPJ	112	102
(viii) IRPJ/CSLL - Lucros no exterior	140	127
Demais processos de valores individuais inferiores à R\$ 100	2.207	1.880
	<u>4.130</u>	<u>3.564</u>

(i) Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM

As controladas VCSA, VMSA, VMZ e CBA, possuem diversas autuações lavradas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral por suposta falta de pagamento ou recolhimento a menor de CFEM, dos períodos de 1991 a 2012, janeiro de 1991 a dezembro de 2000, janeiro de 1991 a dezembro de 2006 e 1991 a 2003 e 2013, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2014, o valor em controvérsia dessas ações totaliza o montante de R\$ 586, classificados com prognóstico de perda possível. Atualmente os processos se encontram em fase administrativa ou judicial.

(ii) Auto de Infração – IRPJ/CSLL

Em dezembro de 2011, a controlada VCSA, foi autuada pela Receita Federal do Brasil no valor de R\$ 184 por suposta ausência de recolhimento ou pagamento a menor de IRPJ e CSLL relativos ao período entre 2006 e 2010, em função de: (i) amortização do ágio supostamente incorreta; (ii) uso do prejuízo fiscal acima do limite de 30% permitido pela regulamentação tributária (incorporação); e (iii) falta de pagamento das obrigações de IRPJ e CSLL devidos por estimativas mensais. Em 31 de dezembro de 2014, do valor atualizado autuado de R\$ 235, a controlada entende que a melhor estimativa de contingência possível é de apenas R\$ 140. No julgamento de primeira instância, os julgadores decidiram pela redução de aproximadamente R\$ 50 do valor autuado. Atualmente, a controlada aguarda o julgamento do recurso de ofício e do recurso voluntário interposto junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

Em dezembro de 2011, a controlada VCSA, foi autuada pela Receita Federal do Brasil no valor de R\$ 448, a fim de cobrar valores referentes à suposta falta de pagamento de IRPJ e CSLL no ano calendário de 2006 e pela glosa de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL no ano calendário de 2007, em razão do aporte de bens das empresas Cimento Tocantins, Cimento Rio Branco e Companhia de Cimento Portland Itáú na Votorantim Cimentos Brasil S.A. (“VCB”), empresa incorporada pela controlada VCSA, optante pelo regime de tributação com base no lucro presumido. Em 31 de dezembro de 2014, do valor atualizado autuado, qual seja, R\$ 570, a controlada entende que a melhor estimativa de contingências possível é de apenas R\$ 49. A Delegacia da Receita Federal de Julgamento julgou o auto

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais

de infração parcialmente procedente, reduzindo o auto de infração em aproximadamente 50% do valor autuado. Nesse momento, a controlada aguarda o julgamento do recurso de ofício e do recurso voluntário interposto junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

(iii) Glosas de crédito de PIS/COFINS

As controladas VMSA e CBA receberam diversos despachos decisórios, relativos à glosa de créditos de PIS e COFINS relativos a itens aplicados no processo produtivo, que no entendimento da Receita Federal do Brasil, não gerariam direito ao crédito das referidas contribuições. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2014 corresponde a R\$ 297. Atualmente, os processos aguardam decisão na esfera administrativa.

(iv) Compensação prejuízo fiscal – trava 30% (incorporação)

A controlada VE, foi autuada pela Receita Federal do Brasil, na qualidade de sucessora da empresa VBC Participações S.A., em razão de compensação supostamente indevida de prejuízo fiscal e base negativa, sem a observância da trava de 30% (incorporação). O processo encontra-se aguardando julgamento de recurso voluntário pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. O valor envolvido em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 230.

(v) ICMS – Custo de transferência

A controlada VMSA foi autuada por suposta falta de recolhimento de ICMS decorrente das operações de transferência de Carbonato de Níquel para sua filial localizada no Estado de São Paulo, referente aos períodos de janeiro de 2003 a dezembro de 2003, abril de 2004 a março de 2005, abril de 2005 a março de 2006, abril de 2006 a março de 2007 e abril de 2007 a março de 2008. Referidas autuações, em 31 de dezembro de 2014, perfazem a quantia de R\$ 200. Atualmente os casos aguardam decisão na esfera administrativa.

(vi) Exigência de ICMS sobre TUSD

As controladas VMZ, CBA e VS receberam cobranças de supostos débitos de ICMS incidentes sobre a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD. O valor total atualizado dessas discussões em 31 de dezembro de 2014 corresponde a R\$ 169. Atualmente, o processo da VMZ aguarda julgamento pelo Conselho de Contribuintes de Minas Gerais, o caso da CBA, já foi julgado favoravelmente à empresa, sendo cabível a interposição de recurso por parte da Fazenda Estadual, na VS, dois processos tiveram decisão de 1ª instância judicial favorável, aguardando julgamento do recurso da Fazenda do Estado de MG e um processo aguarda decisão de 1ª instância.

(vii) Glosa saldo negativo IRPJ

A Companhia, sua controlada CBA e a Cia. Nitroquímica Brasileira Ltda.-("CNQB"), alienada pela Companhia a terceiros, receberam despachos decisórios relativos à glosa de saldo negativo de IRPJ dos anos-calendário de 2006 (VID), 2003, 2004, 2006 (CNQB) e 2008 (CBA), totalizando um montante atualizado de R\$ 112 em 31 de dezembro de 2014. Atualmente, aguarda-se julgamento das manifestações de inconformidade apresentadas pelas empresas. A responsabilidade sobre eventual passivo da CNQB, conforme contrato de compra e venda, é da Companhia.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais

(viii) IRPJ e CSLL – Lucros no Exterior

Em novembro de 2013, a Companhia foi autuada por autoridades da Receita Federal do Brasil (RFB) por suposta falta de recolhimento de IRPJ e CSLL, sobre lucros auferidos no exterior no ano-calendário de 2011. O valor envolvido em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 20, cuja probabilidade de perda é classificada como possível.

Em outubro de 2013, a VCSA foi autuada pela Receita Federal do Brasil no valor de R\$ 107, por suposta falta de recolhimento de IRPJ e CSLL, sobre lucros auferidos no exterior nos anos calendário de 2008 a 2010, por meio de suas controladas e coligadas. No julgamento de primeira instância, os julgadores decidiram pela procedência do auto de infração. Atualmente, a controlada aguarda o julgamento do recurso voluntário interposto junto ao Conselho Administrativo de recursos fiscais. Em 31 de dezembro de 2014, o montante em controvérsia era de R\$ 120, cuja probabilidade de perda é possível.

(e.2) Comentários sobre passivos contingentes trabalhistas com probabilidade de perda possível

As reclamações trabalhistas com probabilidade de perda possível são aquelas ajuizadas por ex-empregados, terceiros e sindicatos, cujos pleitos consistem em sua maioria em pagamento de verbas rescisórias, adicionais de insalubridade e periculosidade, horas extras, horas *in itinere*, bem como pedidos de indenização de ex-empregados ou terceiros por supostas doenças ocupacionais, acidentes de trabalho.

(e.3) Comentários sobre passivos contingentes cíveis com probabilidade de perda possível

A seguir são comentados os passivos contingentes relacionados aos processos cíveis em andamento com probabilidade de perda possível, para os quais não há qualquer provisão contabilizada. No quadro abaixo apresentamos análise da relevância desses processos:

Natureza	2014	2013
(i) Ação Civil Pública – Infração à Ordem Econômica	3.013	2.800
(ii) Investigações administrativas pela SDE (Secretaria de Direito Econômico)	666	604
(iii) Ações de indenização	507	384
(iv) Arbitragem - Operação de Agregados Petrolina	285	
(v) Litígio com empresa transportadora de São Paulo	166	158
(vi) Litígio com a empresa de transpostres do Nordeste	86	80
(vii) Litígio em Brasília	43	28
Demais processos	1.300	682
	<u>6.066</u>	<u>4.736</u>

(i) Ação Civil Pública – Infração à Ordem Econômica

O Ministério Público do Rio Grande do Norte ajuizou uma ação civil pública contra a VCSA e contra oito outras empresas acusadas, incluindo várias das maiores fabricantes brasileiras de cimento, relativas à formação de cartel. A ação civil pública demanda o pagamento de indenização, de forma solidária, por danos morais e coletivos, e pagamento de multa de acordo com as regras brasileiras de proteção à concorrência. Como o valor da demanda é de R\$ 5.600 e a ação civil pública alega responsabilidade solidária, a Companhia estima que, com base em sua participação de mercado, sua eventual responsabilidade, caso fosse condenada, seria de aproximadamente R\$ 2.400. No entanto, não há garantia de que essa divisão entre as partes prevaleceria ou que a Companhia não seria responsabilizada por um valor maior, ou pelo valor total da demanda. Em Julho de 2012 a empresa apresentou sua defesa. O Ministério Público, por sua vez, apresentou sua réplica às defesas apresentadas em Outubro de 2012. Em setembro de 2014 ocorreu o transito em julgado da decisão preferida em sede de recurso que decretou o sigilo de justiça aos documentos alcançados pelo sigilo

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais

fiscal e empresarial. Desde então, não houve nenhuma decisão relevante no processo. A expectativa para perda é considerada como possível e a Companhia não registrou provisão. Em 31 de dezembro de 2014, o valor atualizado em controvérsia é de R\$ 3.013.

(ii) Investigações administrativas pela Secretaria de Direito Econômico (“SDE”)

(a) O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) é responsável por julgar os processos encaminhados pela Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça (atual Superintendência-Geral). O CADE julga atos de concentração e processos de conduta, inclusive casos de cartel. O quórum mínimo para o Conselho decidir é de cinco integrantes.

No âmbito administrativo, uma empresa condenada pelo CADE por prática de cartel poderá ser condenada a pagar multa de 0,1% a 20% do valor do faturamento bruto da empresa, grupo ou conglomerado, no último exercício anterior à instauração do processo administrativo, no ramo de atividade empresarial em que ocorreu a infração.

A legislação prevê a possibilidade de imposição de outras penas acessórias como, por exemplo, a proibição de contratar com instituições financeiras oficiais, a cisão de sociedade, transferência de controle societário, venda de ativos ou cessação parcial de atividade e de parcelar débitos fiscais, bem como de participar de licitações promovidas pela Administração Pública Federal, Estadual e Municipal por prazo não inferior a cinco anos, além de outras sanções não pecuniárias, quando tais sanções forem consideradas necessárias para coibir a conduta ou corrigir práticas anticoncorrenciais do mercado.

Em 2006, a então SDE, instaurou processo administrativo envolvendo o Sindicato da Indústria do Cimento, algumas associações do setor (cimento e concreto), as maiores empresas fabricantes de cimento no Brasil, incluindo a Votorantim Cimentos e alguns executivos. Esse processo alega práticas anticompetitivas das diversas empresas e associações, incluindo a acusação de formação de cartel.

Em 22 de janeiro de 2014, o CADE deu início ao julgamento do processo e, em 28 de maio de 2014, após suspender a primeira sessão de julgamento, proferiu a sua decisão final no processo administrativo, impondo as seguintes penalidades à Votorantim Cimentos: (i) pagamento de multa no valor de R\$1,6 bilhões; (ii) alienação de 20% dos ativos da Companhia de prestação de serviços de concretagem no Brasil, os quais deverão ser vendidos em mercados relevantes em que haja mais de uma concreiteira de propriedade ou de posse da empresa; (iii) venda de todas as participações, minoritárias ou não, em outras empresas atuantes nos mercados de cimento ou de prestação de serviços de concretagem; (iv) proibição de contratar com instituições financeiras oficiais, até a data da alienação dos ativos, a contar da data da publicação da sentença final do julgamento; (v) recomendação à Receita Federal e aos demais órgãos competentes para que não seja concedido parcelamento de tributos federais devidos ou para que sejam cancelados, no todo ou em parte, incentivos fiscais ou subsídios públicos; (vi) descruzamento de quaisquer participações acionárias entre as empresas condenadas porventura existentes nos mercados de cimento e de prestação de serviços de concretagem, de forma direta ou por participações minoritárias em outras empresas que não compõem o grupo econômico das condenadas; (vii) proibição de realizar concentração entre as condenadas no mercado de cimento, por qualquer meio, pelo período de 5 (cinco) anos, a contar da data da publicação do julgamento; (viii) proibição de realizar qualquer concentração no mercado de concreto, por qualquer meio, pelo período de 5 (cinco) anos, a contar da data da publicação do julgamento; (ix) proibição de realizar qualquer associação para greenfield, por qualquer meio, nos setores de cimento, de concreto e de escória, pelo período de 05 (cinco) anos, a contar da data da publicação do julgamento, com qualquer dos condenados; (x) outras sanções não-monetárias, dentre elas: (a) a publicação do extrato do julgamento em jornais; (b) inscrição no Cadastro Nacional de Defesa do Consumidor; e (c) obrigação de informar ao Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência – SBDC qualquer operação realizada nos setores de cimento e concreto, pelo período de 5 (cinco) anos a contar da data da publicação do julgamento; (xi) a venda de um ativo específico de cimento. Em 1.º de julho de 2014, foi publicada a certidão de julgamento e os votos dos Conselheiros, com as versões confidenciais disponibilizadas para as sentenciadas no dia seguinte. Dessa forma, em 14 de julho, a VCSA apresentou Embargos de Declaração (recursos administrativos) para dirimir

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais

contradições, omissões e obscuridades da decisão do CADE. Aguarda-se a inclusão do recurso em pauta de julgamento, não havendo prazo legal para isso. Até o julgamento deste recurso administrativo, a decisão do CADE não estará concluída no âmbito administrativo e, portanto, não surtirá efeitos legais sobre as partes.

A VCSA não concorda com nenhuma das acusações que lhe foram feitas e pretende recorrer da decisão do CADE também na esfera judicial no momento oportuno, por entender que não houve infração à ordem econômica, razão pela qual não deveria estar sujeita a quaisquer sanções ou penalidades.

A VCSA classificou a probabilidade de perda nesse processo no judiciário como possível. Em 31 de dezembro de 2014, o valor atualizado em controvérsia é de R\$ 666.

(b) Anteriormente, em 2003, a SDE, atual Superintendência Geral do CADE, iniciou outro processo administrativo envolvendo empresas produtoras de cimento no Brasil, incluindo a Votorantim. Esse processo diz respeito a alegações de certas produtoras de concreto de que as grandes empresas de cimento teriam violado a legislação brasileira de concorrência, não lhes vendendo certos tipos de cimento. A fase instrutória desse processo foi encerrada em abril de 2012 e, até o momento, não há indícios de que a Superintendência Geral do CADE pretenda encaminhar qualquer recomendação ao Tribunal do CADE, conduzindo investigações futuras sobre esse assunto. Se a Companhia for considerada culpada por violação da legislação, pode estar sujeita a sanções penais e administrativas, incluindo multa administrativa que pode variar de 0,1% a 20,0% (se a nova legislação antitruste for aplicada) do faturamento bruto da atividade, relativo ao exercício social imediatamente anterior ao ano em que o processo administrativo foi iniciado. Na opinião da companhia e na opinião de seus consultores jurídicos, a Votorantim não estará sujeita a quaisquer penalidades administrativas e/ou criminais. A probabilidade de perda nesse processo é considerada remota.

(iii) Ações de indenização

Ação de indenização movida em face da controlada VMZ, objetivando, dentre outros, pedido de condenação em danos materiais e morais. A sentença de primeira instância julgou a ação improcedente, sendo que se aguarda o julgamento de recurso. Valor envolvido atualizado em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 65.

Ações de indenização por supostos danos materiais e morais, promovida em face controlada VMZ, que apresentou defesa e aguarda julgamento. Valor envolvido atualizado em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 60.

Processo movido em face da controlada VMZ, em fase de realização de perícias para avaliação do pleito das partes. A demanda discute diferenças relativas à prestação de serviços. Valor envolvido atualizado em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 14.

Ação de indenização movida contra a controlada VMSA pleiteando indenização por suposta quebra de contrato. Os autos se encontram em fase de instrução. Valor envolvido atualizado em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 269.

Processo movido contra a controlada VMSA que discute suposta quebra contratual e que se encontra em fase inicial. Valor envolvido atualizado em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 56.

Processo movido contra a controlada VMSA que atualmente encontra-se em fase inicial, decorrente de discussão sobre suposta quebra contratual. Em razão da fase processual e dos elementos trazidos até então, não é possível estimar o valor da discussão (dezembro de 2014).

Ação de indenização promovida em face da controlada CBA decorrente de relação contratual. Recebida a inicial, a CBA apresentou defesa, refutando totalmente a pretensão. Os autos se encontram em fase de instrução pericial. O processo, em 31 de dezembro de 2014, soma o montante R\$ 29.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais

(iv) Arbitragem – Operação de agregados Petrolina

Trata-se de procedimento arbitral que tramita perante a Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da CIESP/FIESP, iniciado em janeiro de 2014, no qual se discute a venda de quotas das sociedades São Francisco Zeta e Petrolina Zeta para a Pedreira Pedra Negra, bem com a obrigação dos vendedores de desenvolver um novo negócio em Palmas (TO), que seria posteriormente alienado à Pedra Negra. Os Requerentes pleiteiam (i) a rescisão do negócio jurídico firmado entre as partes, ainda que parcialmente; (ii) a condenação da Pedra Negra ao pagamento de indenização à título de danos materiais e morais. A Pedra Negra, por sua vez, pleiteia: (i) a condenação dos vendedores à recompra das quotas sociais da P-z e SF-z e ao pagamento dos valores acordados com a Requerida no Acordo de Operações de Aquisição de Quotas das sociedades São Francisco Zeta e Petrolina Zeta, ou, subsidiariamente, (ii) resolução dos instrumentos por culpa exclusiva dos vendedores, com a condenação deles à devolução dos valores desembolsados pela Pedra Negra em tais contratos, devidamente atualizados; e (iii) a condenação dos vendedores ao pagamento das demais perdas e danos relativas ao inadimplemento dos contratos celebrados entre as partes. A expectativa para perda é considerada como possível e a Petrolina não registrou provisão. Em 31 de dezembro de 2014, o valor atualizado em controvérsia é de R\$ 285.

(v) Litígio com empresa transportadora de São Paulo

Em setembro de 2003, uma empresa de transporte apresentou reclamação contra a Votorantim Cimentos Brasil S.A. – (“VCB” empresa incorporada pela controlada VCSA) buscando compensação por danos materiais no valor de R\$ 84, e danos morais em um valor não especificado, alegando que a VCB não cumpriu suas obrigações sob dois contratos verbais firmados. A empresa de transporte argumenta que essas falhas resultaram no término das atividades de seu departamento de vendas e perdas significativas para a sua área de transportes. A VCB apresentou sua resposta em setembro de 2009, argumentando que: (1) o direito da transportadora prescreveu; (2) a VCB não alterou as condições gerais do acordo (3) a empresa de transporte foi incapaz de fornecer os serviços contratados, o que resultou em sua insolvência. Em agosto de 2011, o tribunal negou o argumento referente à prescrição e determinou a realização de perícia, conforme solicitado pelas partes. A perícia foi concluída e o laudo apresentado. As partes apresentaram suas impugnações ao laudo e o processo foi remetido ao expert para manifestar-se a respeito. Em junho de 2014, esclarecimentos apresentados pelo perito. Em 24 de junho de 2014, apresentada impugnação da VCSA. Em dezembro de 2014 foi disponibilizada decisão declarando encerrada a instrução processual e intimando as partes a se manifestarem acerca do interesse na realização de audiência de tentativa de conciliação. A Administração considera a possibilidade de perda de parte dos danos materiais, estimada em R\$ 166, como possível.

(vi) Litígio com empresa de transportes do Nordeste

Em agosto de 2010, uma empresa de transporte entrou com ação indenizatória contra a sociedade controlada VCNNE buscando compensação por danos no valor de R\$ 124, alegando que VCNNE não cumpriu com o volume mínimo estabelecido no contrato de transporte de cimento firmado entre as partes. A VCNNE foi citada desta ação em março de 2011 e apresentou a sua resposta, alegando em suma, incompetência relativa do Juízo e no mérito que não havia nenhum pacto escrito com relação ao volume mínimo pleiteado, bem como que a quebra e eventuais prejuízos suportados pela transportadora decorreram de má gestão e não possuem qualquer relação com a VCNNE. A transportadora apresentou sua réplica. Em 22 de janeiro de 2013, o tribunal publicou a sua decisão de aceitar o apelo da Companhia e transferir o caso para o tribunal civil, na cidade de Recife. Em novembro de 2013 o Tribunal deu provimento ao recurso da transportadora para confirmar que o Juízo de São Luís - MA era competente para julgar a causa. A VCNNE recorreu da decisão. Em Abril de 2014, o Recurso foi admitido, e, contra o despacho em questão, foi oposto Embargos de Declaração pela Transportadora, o qual foi impugnado pela VCNNE. Em 17 de junho de 2014, proferida decisão rejeitando os embargos de declaração. Em setembro de 2014 foi realizada audiência de instrução e julgamento. Em novembro de 2014 foi proferida decisão acolhendo os embargos de declaração opostos, para suprir a omissão apontada e, apreciando o pedido de produção de prova pericial contábil, para indeferi-lo. Em dezembro de 2014 foi interposto agravo retido contra a decisão que

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais

indeferiu o pedido de produção de prova pericial contábil. Com base na opinião de seus assessores jurídicos externos, a VCNNE acredita que a probabilidade de perda com relação aos danos materiais no valor de R\$ 86 é possível e por isso não registrou nenhuma provisão referente a este processo.

(vii) Litígio em Brasília

Em 2005, a controlada VS foi multada em processo administrativo perante a Secretaria de Direito Econômico. Diante da convicção quanto à inconsistência da condenação e da multa aplicada, a controlada ajuizou demanda anulatória, em trâmite em Brasília. Por orientação dos assessores legais externos, a possibilidade de perda da demanda é classificada como possível. Caso perca a ação, a controlada haverá, além de cumprir as determinações de publicação de extrato da decisão do CADE e de abstenção de condutas lá especificadas, de pagar a multa aplicada, que, atualizada até 31 de dezembro de 2014, é de R\$ 43. O valor originário da multa, de R\$ 23, está garantido por fiança bancária apresentada em 2006, atualizável monetariamente e com prazo indeterminado. No momento, aguarda-se a deliberação do Juízo sobre o pedido de produção de provas.

(viii) Ação Popular – Tocantins

Em agosto de 2007, foi promovida Ação Popular contra a controlada VCNNE, buscando a anulação da licitação que transferiu os direitos minerários relativos ao Processo DNPM nº 860.933/1982 à VCNNE devido a supostas falhas nos procedimentos licitatórios. O autor também pleiteou a concessão de liminar para suspender todos os efeitos da licitação, o que ainda não foi apreciado pela vara. Em maio de 2008, a VCNNE apresentou sua defesa argumentando que tal ação é conexa a outra ação popular e, assim, deve ser a ela reunida e arquivada, bem como o que o procedimento licitatório foi promovido dentro da lei. Em abril de 2009, o Promotor de Justiça concordou com a existência de conexão entre as ações e que ambas deveriam ser julgadas em conjunto. Em março de 2013 o Juiz de Direito determinou que os processos fossem reunidos, em razão da conexão, ordenando que o processo fosse remetido à 3ª Vara da Fazenda e Registros Públicos, por ser preventa. A Administração considera a possibilidade de perda possível e o processo não envolve pagamento de pecúnia, mas pode ter implicações operacionais caso a concessão seja suspensa.

(e.4) Comentários sobre passivos contingentes ambientais com probabilidade de perda possível

A seguir são comentados os passivos contingentes relacionados a processos ambientais em andamento com probabilidade de perda possível, para os quais não há qualquer provisão contabilizada.

(i) O contencioso ambiental judicial da Companhia e de suas controladas refere-se, basicamente, a ações civis públicas, ações populares e ações indenizatórias, que tem como finalidade: obstar licenças ambientais de novos projetos, a recuperação de pretensas áreas de preservação permanente, alegada descontaminação de terrenos, dentre outras. Em caso de eventual condenação, estima-se o custo da elaboração de novos estudos ambientais e o custo de recuperação das áreas de propriedade da Companhia e suas controladas. Os gastos com os referidos custos são registrados como despesa no resultado do exercício, a medida de sua ocorrência. O valor restante das demandas possíveis é representado basicamente por ações indenizatórias. A companhia apresentou defesa nos autos dos processos, a refutar integralmente as pretensões. Todos os processos ambientais com valores relevantes e classificados como possíveis estão em fase de instrução.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014

Em milhões de reais

(f) Compromissos

(i) As controladas VCSA, e a St. Marys Cement Inc. têm contratos de fornecimento com usinas siderúrgicas para a compra de escória, os quais vencem em 2023.

(ii) A VID e suas controladas possuem concessões de usinas hidroelétricas de geração de energia própria e consorciadas, cujo desembolso futuro esperado pela Administração é de cerca de R\$ 2,9 bilhões.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

29. Uso do bem público

A Companhia possui ou participa de empresas que detêm contratos de concessão do setor de energia elétrica. Esses contratos preveem, em sua grande maioria, pagamentos anuais a partir do início da operação e reajuste pelo IGPM a título de uso do bem público (UBP).

Os contratos apresentam prazo de duração média de 35 anos, e os valores a serem pagos anualmente estão demonstrados a seguir:

Usinas / Empresas	Investidora	Data início da Concessão	Data fim da Concessão	Data início pagamento	2014			2013		
					Participação	Ativo intangível (Nota 21)	Passivo	Participação	Ativo intangível (Nota 21)	Passivo
Salto Pilão	Companhia Brasileira de Alumínio	nov-01	dez-36	jan-10	60%	224	437	60%	235	428
Enercan - Campos Novos	Companhia Brasileira de Alumínio	abr-00	mai-35	jun-06	33%	5		33%	4	8
Salto do Rio Verdinho	Companhia Brasileira de Alumínio	ago-02	set-37	out-10	100%	9	17	100%	9	16
Itapararanga	Companhia Brasileira de Alumínio	nov-03	dez-23	jan-04	100%	1	2	100%	1	2
Piraju	Companhia Brasileira de Alumínio	dez-98	jan-34	fev-03	100%	1	6	100%	1	6
Ourinhos	Companhia Brasileira de Alumínio	jul-00	ago-35	set-05	100%	1	4	100%	2	4
Baesa - Energética Barra Grande	Companhia Brasileira de Alumínio	jun-01	mai-36	jun-07	15%	16	38	15%	17	38
Capim Branco I e Capim Branco II	Votorantim Metais Zinco S.A.	ago-01	set-36	out-07	13%	3	9	13%	3	9
Picada	Votorantim Metais Zinco S.A.	mai-01	jun-36	jul-06	100%	21	59	100%	22	58
Enercan - Campos Novos	Votorantim Metais S.A.	abr-00	mai-35	jun-06	12%		11	12%	1	3
Pedra do Cavalo	Votorantim Cimentos N/NE S.A.	mar-02	abr-37	abr-06	100%	138	435	100%	141	423
						419	1.018		436	995
Circulante							(64)			(60)
Não circulante						419	954		436	935

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

30. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 20.363 (2013 – R\$ 20.167), é composto por 17.814.608 (2013 – 17.532.872) milhares de ações ordinárias nominativas.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2014, a VPAR aumentou em R\$196 o capital social da VID por meio da transferência de sua participação acionária detida na Votorantim Novos Negócios Ltda. e de outros ativos não circulantes pelo valor contábil, com a emissão de 127.028.930 novas ações ordinárias nominativas.

(b) Dividendos

Os dividendos são calculados com base em 25% do lucro líquido do exercício deduzido de reserva legal, de acordo com o estatuto da Companhia.

Dessa forma, o cálculo dos dividendos em 31 de dezembro pode ser assim demonstrado:

	2014	2013
Lucro líquido do exercício - atribuído aos acionistas controladores	1.594	433
Reserva legal	(80)	(22)
Reserva de incentivos fiscais		(1)
Base de cálculo dos dividendos	<u>1.514</u>	<u>410</u>
Dividendos	(379)	(102)
Dividendos distribuídos complementares	(402)	(176)
	<u>(781)</u>	<u>(278)</u>
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	<u>52%</u>	<u>68%</u>

Durante o ano de 2014, a VID pagou R\$ 504 à sua controladora VPAR, correspondendo R\$ 102 a dividendos obrigatórios referentes ao exercício de 2013 deliberados em Assembleia Geral Ordinária “AGO” (na data de 30 de abril de 2014), e R\$ 402 a dividendos de exercícios anteriores deliberados em Assembleias Gerais Extraordinárias “AGE” (nas datas de 17 de janeiro de 2014 e 26 de novembro de 2014).

(c) Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social, podendo ser utilizada somente para aumento de capital ou absorção de prejuízos acumulados.

A reserva de retenção foi constituída para registrar a retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender principalmente ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia.

(d) Reserva para incentivos fiscais

Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (emendado pela Lei 11.638/07). Essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais, reconhecidos no resultado do exercício e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados. Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Ajustes de avaliação patrimonial

A Companhia reconhece nesta rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas detidas de forma direta ou indireta no exterior. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou perda do investimento.

Também são consideradas nesta rubrica: a variação cambial sobre as dívidas e derivativos designados para mitigar riscos cambiais, preços de *commodities* e taxa de juros (contabilidade de *hedge*), ganhos e perdas atuariais dos planos de pensão, e a parcela de valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda.

(f) Títulos conversíveis em ações

Em dezembro de 2013, a Companhia efetuou sua terceira emissão privada de debêntures, emitindo 90.000 (noventa mil) debêntures conversíveis em ações, em série única, da espécie subordinada. As debêntures foram emitidas com dispensa de registro na CVM ou em quaisquer outros órgãos reguladores, tendo em vista terem sido objeto de colocação privada, não sujeita aos termos da Lei nº 6.385/76, Instrução CVM nº 400/03 ou da Instrução CVM nº 476/09. A emissão no valor de R\$ 900, com vencimento em dezembro de 2023, tem remuneração de 100% do CDI, acrescida de *spread* de 1% ao ano, com amortização de juros semestrais. Tais debêntures, integralmente subscritas por Votorantim Finanças, são obrigatoriamente conversíveis em ações na data de vencimento, e as amortizações semestrais de juros poderão ser postergadas a critério exclusivo da Companhia.

Os debenturistas têm, a partir do 12º mês após a emissão, a opção de converter, total ou parcialmente, as debêntures, bem como os juros acumulados até a data de conversão, em ações, sendo que a conversão total é obrigatória na data de vencimento. Por sua vez, o emissor tem o direito de diferir os pagamentos de juros, e também o de resgatar debêntures à vista a qualquer tempo. Para fins de conversão, cada debênture será convertida em um lote fixo de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Emissora. Em caso de postergação do pagamento de juros, a escritura prevê a conversão pelo mesmo fator utilizado para a fixação da relação de conversão das ações. Com base em tais características, as debêntures foram contabilizadas como um instrumento patrimonial.

O valor da remuneração do período de R\$ 68 está incluído no patrimônio líquido em lucros acumulados, líquido de impostos de renda e contribuição social.

No dia 20 de junho de 2014, de acordo com as cláusulas contratuais acima, a VID efetuou o primeiro pagamento de juros à Votorantim Finanças, no montante de R\$ 49, sendo R\$ 10 o efeito do Imposto de Renda Retido na Fonte. No dia 20 de dezembro de 2014, o segundo pagamento foi efetivado no montante de R\$ 54, sendo R\$ 10 o efeito do Imposto de Renda Retido na Fonte.

(g) Reclassificação de não controladores para reserva de lucros

Durante 2014, a controlada VCSA reclassificou o montante de R\$ 43 da participação de “não controladores” para “reservas de lucros”, referente ao valor justo dos ativos não reconhecidos na controladora quando da aquisição de 30% da participação de não controladores da investida Cimpor Macau – Companhia de Investimentos S.A. (“Macau”) realizada em 16 de abril de 2013.

No terceiro trimestre de 2014, a Companhia reclassificou o montante de R\$ 251 de reservas de lucros para participação de não-controladores, referente à depreciação e amortização da mais valia da controlada Milpo, não reconhecidos em participação de não-controladores em anos anteriores.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

31. Receita

(a) Reconciliação das receitas

Demonstramos a seguir a reconciliação da receita bruta e a receita líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014.

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receita bruta		
Vendas de produtos no mercado interno	18.731	18.046
Vendas de produtos no mercado externo	11.003	10.549
Fornecimento e suprimento de energia elétrica (i)	2.508	1.162
Venda de serviços	1.186	1.364
	<u>33.428</u>	<u>31.121</u>
Impostos sobre vendas, serviços e outras deduções	(5.369)	(4.877)
Receita líquida	<u>28.059</u>	<u>26.244</u>

(i) Durante 2014, as receitas de comercialização de energia elétrica sofreram elevação em razão do aumento verificado no Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) nas operações de curto prazo, este preço é determinado semanalmente para cada patamar de carga com base no custo marginal de operação e é utilizado para valorarizar a compra ou a venda de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP).

(b) Informações sobre áreas geográficas

A abertura da receita líquida por destino é baseada na localização dos clientes. As receitas líquidas da Companhia classificadas por destino e por moeda são demonstradas como segue:

(i) Receita por país de destino

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Brasil	17.195	16.032
Estados Unidos	2.514	2.191
Peru	1.684	1.444
Colômbia	913	779
Canadá	787	802
Argentina	754	706
Turquia	614	583
Espanha	389	370
Suíça	318	791
Marrocos	298	299
Uruguai	287	276
Luxemburgo	275	286
Tunísia	244	221
Japão	202	150
Holanda	200	14
Índia	167	127
Cingapura	143	261
Bélgica	119	80
China	114	90
Chile	100	119
Coréia do Sul	84	36
Outros países	658	587
	<u>28.059</u>	<u>26.244</u>

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Receita por moeda

	2014	2013
Reais	17.025	15.852
Dólar Norte Americano	6.805	6.335
Peso Colombiano	795	686
Dólar Canadense	783	797
Peso Argentino	698	644
Nova Lira	559	531
Euro	405	414
Dirham	298	290
Pesos Uruguaios	296	273
Dinar	243	228
Outras moedas	152	194
	28.059	26.244

32. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2014	2013
Instrumento financeiro - compromisso firme (Nota 1 (ii))	1.294	
Receita de co-processamento	24	15
Recuperação de tributos	21	43
Ganho na venda de sucata	11	17
Ganho na venda de imobilizado	1	18
Ganho (perda) na venda de investimentos	(1)	37
Provisões de ativos obsoletos e com baixo giro	(7)	2
<i>Impairment</i> - ágio (Nota 21)	(51)	(383)
Gastos com pesquisa	(20)	(98)
Provisão de <i>impairment</i> - adiantamento a fornecedores	(25)	(5)
Provisões Judiciais	(35)	(11)
Despesas com obrigações ambientais	(41)	(41)
Outros impostos	(51)	(98)
Marcação a mercado de derivativo embutido - opção Fibria (Nota 16)	(126)	(30)
<i>Impairment</i> de ativo imobilizado e intangível (Nota 19)	(545)	(403)
Valor justo do ativo biológico	32	(34)
Provisão <i>Impairment</i> - estoque (Nota 12)		(137)
Outras despesas líquidas	(152)	40
	329	(1.068)

33. Resultado financeiro líquido

	2014	2013
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.584)	(1.341)
Capitalização de juros sobre empréstimos – CPC 20	33	73
Prêmio pago na recompra de Bonds (Nota 22 (i))	(527)	(78)
Atualização monetária sobre provisões	(225)	
IR sobre remessas de juros ao exterior	(156)	(88)
Instrumentos financeiros derivativos (i)	(107)	(17)
Descontos concedidos	(129)	(57)
Juros e atualização monetária UBP	(85)	(101)
Juros sobre impostos a pagar	(51)	(115)
Juros sobre operações com partes relacionadas	(30)	(27)
Outras despesas financeiras	(165)	(258)
	(3.026)	(2.009)
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	374	313
Juros sobre ativos financeiros	131	328
Atualização monetária sobre ativos	85	99
Descontos obtidos	66	22
Juros sobre operações com partes relacionadas	46	43
Atualização de depósitos judiciais	32	4
Outras receitas financeiras	48	102
	782	911
Variações cambiais e monetárias, líquidas	(85)	(514)
Resultado financeiro líquido	(2.329)	(1.612)

(i) Refere-se substancialmente a transação para proteção cambial de recompra de *bonds* (*tender offer* – Nota 22 (i)).

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

34. Abertura do resultado por natureza

A abertura por natureza do custo dos produtos vendidos e as despesas de vendas e administrativas para os exercícios findos em 31 de dezembro é demonstrada a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Matérias-primas, insumos e materiais de consumo	14.933	14.193
Despesa de benefícios a empregados	3.770	3.604
Depreciação, amortização e exaustão	2.291	2.226
Despesas de transporte	1.353	1.233
Serviços de terceiros	1.217	1.334
Outras despesas	748	457
Custo total das vendas, despesas de vendas e administrativas	<u>24.312</u>	<u>23.047</u>
Reconciliação		
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	20.202	19.127
Despesas com vendas	1.846	1.676
Despesas gerais e administrativas	2.264	2.244
Custo total das vendas, despesas de vendas e administrativas	<u>24.312</u>	<u>23.047</u>

35. Despesas de benefícios a empregados

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Salários e adicionais	2.337	2.202
Encargos sociais	979	981
Benefícios sociais	454	421
	<u>3.770</u>	<u>3.604</u>

36. Benefícios de plano de pensão e saúde pós-emprego

As controladas da Companhia possuem planos de contribuição definido para seus empregados. Algumas subsidiárias, no entanto, possuem plano de benefício definido.

A tabela abaixo demonstra onde estão alocados os saldos e atividades referentes ao benefício pós-emprego na demonstração financeira consolidada.

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Obrigações registradas no balanço patrimonial com:		
Benefícios de plano de pensão	172	253
Benefícios de plano de pensão suplementares	27	36
Benefícios de saúde pós-emprego	104	85
Passivo registrado no balanço patrimonial	<u>303</u>	<u>374</u>
Despesas reconhecidas no resultado do exercício com:		
Benefícios de plano de pensão	27	24
Benefícios de plano de pensão suplementares		1
Benefícios de saúde pós-emprego	8	7
	<u>35</u>	<u>32</u>
Remensurações com:		
Benefícios de plano de pensão - valor bruto	(31)	(6)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	30
Benefícios de plano de pensão - valor líquido	<u>(18)</u>	<u>24</u>

(a) Plano de contribuição previdenciária definida

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de pensão previdenciários privados que são administrados pela Fundação Senador José Ermírio de Moraes (FUNSEJEM), um fundo de pensão privado e sem fins lucrativos, que está disponível para todos os empregados. De acordo com o regulamento do fundo, as contribuições dos empregados à FUNSEJEM são definidas de acordo com sua remuneração. Para empregados que possuam remuneração menor do que os limites estabelecidos pelo regulamento, a contribuição definida é de até 1,5% de sua remuneração mensal. Para empregados que possuam remuneração superior aos limites, a contribuição definida é de até 6% da sua remuneração mensal. Podem ser feitas também contribuições voluntárias à FUNSEJEM. Após terem sido efetuadas as contribuições ao plano, nenhum pagamento adicional é exigido pela Companhia.

(b) Plano de benefício previdenciário definido

A Companhia possui controladas com planos de benefícios previdenciários definidos na América do Norte, América do Sul e Europa, que seguem padrões regulatórios similares. Os planos de benefícios previdenciários definidos oferecem também assistência médica e seguro de vida, entre outros. O custo dos benefícios por aposentadoria e outros benefícios desses planos, concedidos à empregados elegíveis, é determinado através do método do benefício projetado “pro rata”, tomando como base a melhor estimativa da Administração para o retorno dos ativos do plano, reajuste de salários, tendências de custos e as taxa de mortalidade e idade média de aposentadoria dos empregados.

Os montantes reconhecidos no balanço patrimonial estão demonstrados a seguir:

	2014	2013
Valor presente de obrigações financiadas	839	880
Valor justo de ativos do plano	(701)	(613)
Déficit de planos financiados	138	267
Valor presente de obrigações não-financiadas	160	102
Déficit total de planos de benefícios previdenciários	298	369
Impacto do requerimento mínimo do fundo / máximo dos ativos	5	5
Passivos registrados no balanço patrimonial	303	374

A movimentação da obrigação do benefício definido e do valor justo dos ativos do plano durante o exercício é demonstrada a seguir:

	Valor presente das obrigações financiadas e não financiadas	Valor justo dos ativos do plano	Total	Impacto no requerimento mínimo dos fundos/limite do ativo	Total 2014	Total 2013
Saldo no início do exercício	982	(613)	369	5	374	360
Custo do serviço corrente	6		6		6	7
Despesa (receita) financeira	57	(30)	27		27	25
Custo do serviço passado e reduções nos benefícios						(1)
	63	(30)	33		33	31
Remensurações:						
Retorno dos ativos, excluindo a quantia incluída como receita financeira		(42)	(42)		(42)	(32)
Ganhos decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	(52)		(52)		(52)	63
Perdas decorrentes de mudanças das premissas financeiras	62		62		62	
Perdas decorrentes da experiência	3		3		3	(10)
Mudanças no limite do ativo, excluindo a quantia incluída como despesa financeira				(1)	(1)	3
	13	(42)	(29)	(1)	(30)	24
Variações cambiais	(5)	(4)	(9)		(9)	33
Contribuições:						
Empregador	19	(51)	(32)		(32)	(32)
Pagamentos dos planos:						
Pagamento de benefícios	(72)	39	(33)		(33)	(37)
Assumidos/(adquiridos) em combinação de negócios						(5)
Saldo no final do exercício	1.000	(701)	299	4	303	374

A obrigação de benefício definido e ativos do plano estão compostos, por país, conforme abaixo:

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2014						Percentual 2013				
	América do		América do		Colômbia	Total	América do				
	Brasil	Europa	Norte	Sul			Brasil	Europa	Norte	Colômbia	Total
Valor presente da obrigação	59	45	631	2	262	999	42	40	546	354	982
Valor justo de ativos do plano	(64)	(3)	(521)		(113)	(701)	(46)	(3)	(443)	(121)	(613)
	(5)	42	110	2	149	298	(4)	37	103	233	369
Impacto do requerimento mínimo do fundo/máximo dos ativos	5					5	4	1			5
		42	110	2	149	303		38	103	233	374

As premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	2014						2013				
	Brasil	Europa	América do Norte	América do Sul	Colômbia	Total	Brasil	Europa	América do Norte	Colômbia	Total
Taxa de desconto	11,2%	8,5%	4,0%	10,0%	7,0%	8,1%	11,0%	8,0%	5,0%	5,4%	7,3%
Taxa de inflação	5,2%	2,4%	2,0%	7,6%	3,0%	4,0%	5,0%	7,0%	2,0%	3,0%	4,3%
Aumentos salariais futuros	6,3%	5,9%	2,5%	3,0%	0,0%	3,5%	6,0%	5,0%	3,0%		4,7%
Aumentos de planos de pensão futuros	5,2%				3,0%	4,1%	5,0%			3,0%	4,0%

As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em opinião de atuários, de acordo com as estatísticas publicadas e a experiência em cada território. As premissas de mortalidade para os países mais importantes baseiam-se nas seguintes tábuas de mortalidade pós-aposentadoria: (i) Brasil AT-2000 Basic segregada por sexo e tábua de entrada em invalidez RRB-1994, modificada e agravada em 15%, segregada por sexo; (ii) Europa: CSO80 com um período de projeção de 10-15 anos; (iii) América do Norte: RP- 2000 segregada por sexo com um período de projeção de 8 anos e (IV) Colômbia: Baseia-se na tabela RV8, regulamentado pela resolução 115-2010, sem prazo de prescrição.

A sensibilidade da obrigação de benefício definido às mudanças nas principais premissas ponderadas é:

	Impacto na obrigação de benefício definido		
	Mudança nas premissas	Aumento nas premissas	Redução nas premissas
Taxa de desconto	0,50%	Redução de 5,62%	Aumento de 6,33%
Taxa de aumento de salário	0,50%	Aumento de 10,19%	Redução de 12,80%
Taxa de aumento da pensão	0,25%	Aumento de 4,59%	Redução de 5,05%
		Aumento de 1 ano na premissa	Redução de 1 ano na premissa
Expectativa de vida		Aumento de 2,3%	Redução de 2,3%

As análises de sensibilidade acima se baseiam em mudança na premissa enquanto são mantidas constantes todas as outras premissas. Na prática, não é provável que isso ocorra, sendo que as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas. No cálculo da sensibilidade da obrigação de benefício definido em relação às premissas atuariais significativas foi aplicado o mesmo método (valor presente da obrigação de benefício definido calculado com base no método da unidade de crédito projetada na data do balanço), como no cálculo da obrigação dos planos de pensão reconhecida no balanço patrimonial.

Os métodos e tipos de premissas usados na preparação da análise de sensibilidade não sofreram alteração na comparação com o período anterior.

(c) Benefícios pós-emprego (planos de pensão e saúde)

A Companhia opera planos de benefícios de saúde pós-emprego através de sua subsidiária na América

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 **Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma**

do Norte, VCNA, e na Europa, VCEAA. O método de contabilização, as premissas e a frequência das avaliações são semelhantes àquelas usadas para os planos de pensão de benefício definido. A maioria desses planos não é financiada.

As obrigações referentes a estes planos estão incluídas na movimentação das obrigações de benefício definido, apresentada anteriormente.

37. Benefícios fiscais

A Controlada VCSA e suas subsidiárias possuem incentivos fiscais, em destaque os mais significativos, relacionados a:

(a) FDI - Fundo de Desenvolvimento Industrial - Sobral e Pecém - CE

O Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará (Lei Estadual n.º 10.367 de 7 de dezembro de 1979, e Decreto Estadual n.º 29.183, de 8 de fevereiro de 2008), ou Programa de FDI, é um programa criado pelo Estado do Ceará, a fim de promover o desenvolvimento de atividades industriais no Estado por meio de impostos e benefícios financeiros. O Programa de FDI busca o desenvolvimento, expansão, modernização, diversificação ou recuperação de empresas, através de incentivos fiscais e financeiros. No âmbito deste programa, somos detentores dos seguintes benefícios fiscais até setembro de 2016 e julho de 2020, respectivamente: (i) o diferimento de ICMS sobre a importação de ativos fixos e matéria-prima; e (ii) o financiamento de 75% e 64% do ICMS sobre as vendas de produtos fabricados, com o pagamento de 25% deste montante inicial após 36 meses.

(b) PSDI – Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial - Laranjeiras - SE

O Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (Lei Estadual n.º 3.140 de 23 de dezembro, 1991), ou PSDI, foi criado para promover o desenvolvimento social e econômico do Estado de Sergipe através de benefícios fiscais e financeiros. Em conexão com este programa, possui os seguintes benefícios fiscais até junho de 2016: (i) o diferimento de ICMS sobre a importação de matéria-prima para ser utilizada exclusivamente em nosso processo de fabricação e (ii) o pagamento de apenas 8% do ICMS incremental imposto sobre as vendas adicionais de produção de bens manufaturados.

(c) Pro-Indústria - Programa de Desenvolvimento Industrial do Tocantins - Xambioá - TO

O Programa de Desenvolvimento Industrial do Tocantins (Lei Estadual n.º 1.385 de 09 de julho de 2003), ou Pro-Indústria, é um programa criado pelo Estado do Tocantins, a fim de promover o desenvolvimento das atividades industriais no Estado, por meio de benefícios fiscais e financeiros. Em conexão com este programa, solicitou e obteve em 16 de abril de 2008, a aplicação de um Regime Especial sob a qual beneficiam dos seguintes incentivos fiscais até fevereiro de 2023:

- carga tributária efetiva de 2,0% de ICMS sobre as vendas de produtos manufaturados; isenção da substituição tributária do ICMS sobre os bens ou serviços a serem utilizados no processo de produção, transformação ou manipulação;
- isenção do ICMS sobre a importação de matéria-prima (incluindo produtos e produtos semiacabados ou acabados para embalagem) e do ativo imobilizado, sem similar no mercado do Estado para ser utilizado exclusivamente em nosso processo de fabricação, e;
- isenção do ICMS sobre a aquisição interestadual de ativo imobilizado.

(d) PRODIC – Programa de Desenvolvimento Industrial, Comercial e Mineral do Estado de Rondônia Porto Velho - RO

O Programa de Desenvolvimento Industrial, Comercial e Mineral do Estado de Rondônia (Lei Estadual n.º 61, de 21 de julho de 1992 e Lei Estadual n.º 1.558, de 26 de dezembro de 2005), ou PRODIC, foi criado para promover o desenvolvimento, expansão e modernização do Estado de Rondônia através de

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

benefícios fiscais e financeiros. No âmbito deste programa, temos os seguintes incentivos fiscais até maio de 2018: (i) crédito presumido de 85% do ICMS; (ii) diferimento do ICMS sobre a importação de matéria-prima sem um material similar no mercado nacional; e (iii) redução de 50,0% na base de cálculo do ICMS na aquisição de energia elétrica e serviços de transportes e comunicações interestaduais.

(e) PRODEIC - Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial de Mato Grosso – Nobres e Cuiabá - MT

O Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Mato Grosso (Lei Estadual n.º 7.958, de 25 de setembro de 2003 e Decreto Estadual n.º 1.432, de 29 de setembro de 2003), ou Programa PRODEIC, é um programa criado pelo Estado do Mato Grosso, a fim de definir o plano de desenvolvimento de atividades industriais e comerciais no Estado por meio de impostos e benefícios financeiros. O PRODEIC busca a expansão, modernização e diversificação das atividades econômicas, estimulando a realização de investimentos, a renovação tecnológica das estruturas produtivas e o aumento da competitividade estadual, com ênfase na geração de emprego e renda e na redução das desigualdades sociais e regionais. No âmbito deste programa, somos detentores dos seguintes benefícios fiscais até agosto de 2021 e maio de 2023, respectivamente: (i) o diferimento de ICMS sobre a importação de ativos fixos e matéria-prima; (ii) o diferimento de ICMS referente o diferencial de alíquota sobre as aquisições interestaduais de ativos fixos; e (iii) redução de base de cálculo / crédito presumido de 85,88% e 90% do ICMS sobre as vendas dos produtos fabricados.

(f) Programa Paraná Competitivo - Rio Branco do Sul - PR

- O Programa Paraná Competitivo (Decreto Estadual n.º 630, de 24 de fevereiro de 2011) foi criado para promover o desenvolvimento industrial do Estado do Paraná, por meio de benefícios fiscais e financeiros. Em conexão com este programa, solicitou e obteve em 5 de dezembro de 2011, a aplicação de um regime especial em que beneficiam dos seguintes benefícios fiscais:
- pagamento do ICMS incremental sobre as vendas de bens manufaturados em duas parcelas: 10% no mês subsequente, após a ocorrência do fato gerador e 90%, após oito anos, com correção monetária;
- diferimento do ICMS sobre as aquisições de energia elétrica por oito anos ou limite definido;
- suspensão do pagamento do ICMS sobre a importação de aquisição de imobilizado;
- suspensão do pagamento do ICMS sobre a aquisição interestadual de ativo imobilizado;
- suspensão do ICMS sobre a importação de matéria-prima, material intermediário e material de embalagem até que a saída de produtos industrializados;
- possibilidade de transferência e recebimento de créditos de ICMS acumulados de contribuinte inscrito no Estado do Paraná.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

38. Seguros

De acordo com a Política de Gestão de Seguros da Companhia e suas controladas, são contratados diferentes tipos de apólices de seguros, tais como seguros de riscos operacionais e responsabilidade civil, proporcionando proteção relacionada a possíveis perdas com interrupção na produção, danos a terceiros e patrimônio.

A Companhia e suas controladas mantêm seguros de responsabilidade civil para suas operações e seus administradores, com coberturas e condições consideradas pela Administração adequadas aos riscos inerentes.

A cobertura de seguro operacional vigente em 31 de dezembro de 2014 é a seguinte:

Ativo	Tipo de cobertura	Importância segurada
Instalações, equipamentos e produtos em estoque	Danos materiais	46.367
	Lucros cessantes	9.807

39. Informações suplementares – Segmentos de negócio

A fim de proporcionar um maior nível de informações, a Companhia optou por divulgar informações financeiras por segmentos de negócio. As informações a seguir referem-se à abertura da VID por segmentos de negócio e consideram as eliminações de saldos e transações entre as empresas, antes: (i) das eliminações entre os segmentos de negócio; (ii) das eliminações dos investimentos mantidos pelas empresas *holdings*. Adicionalmente, são destacadas as eliminações e reclassificações entre as empresas, de forma que o resultado líquido corresponda às informações financeiras consolidadas da VID, divulgadas como informações suplementares. Essas informações suplementares não objetivam estar de acordo e não são requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS.

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Balanço Patrimonial – Segmentos de negócio

									2014	
	Cimentos	Alumínio	Níquel	Zinco	Mineração Peru	Metais outros	Siderurgia	Holdings e outras	Eliminações e reclassificações	Total Consolidado
Ativo										
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos	2.594	1.618	342	231	1.172	27	683	848		7.515
Contas a receber de clientes	1.171	237	175	323	278	46	401	270	(435)	2.466
Estoques	1.302	549	173	686	165		598			3.473
Tributos a recuperar	276	58	203	245	42	7	142	113		1.086
Dividendos a receber	31	20	6					211	(223)	45
Instrumentos financeiros - compromisso firme		172						233		405
Outros ativos	233	43	17	39	52	1	73	771	(762)	467
	<u>5.607</u>	<u>2.697</u>	<u>916</u>	<u>1.524</u>	<u>1.709</u>	<u>81</u>	<u>1.897</u>	<u>2.446</u>	<u>(1.420)</u>	<u>15.457</u>
Ativos classificados como mantidos para venda	1.286								(437)	849
Não circulante										
Realizável a longo prazo										
Aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos	106		14	16		19		61		216
Tributos a recuperar	247	517	490	229		2	36	3		1.524
Partes relacionadas	177	209	669	102			10	2.367	(1.052)	2.482
Imposto de renda e contribuição social diferidos	442	176	237	419	63	4	32	736	96	2.205
Depósitos judiciais	196	86	12	48		22	68	1		433
Instrumentos financeiros - compromisso firme		569						320		889
Outros ativos	148	29	12	18	6	5	5	74		297
	<u>1.316</u>	<u>1.586</u>	<u>1.434</u>	<u>832</u>	<u>69</u>	<u>52</u>	<u>151</u>	<u>3.562</u>	<u>(956)</u>	<u>8.046</u>
Investimentos	1.677	1.026	109	786	141		117	25.856	(23.442)	6.270
Imobilizado e ativo biológico intangível	10.647	4.666	1.115	4.103	1.084	688	3.337	191	340	26.171
	<u>5.267</u>	<u>610</u>	<u>181</u>	<u>5.556</u>	<u>452</u>	<u>36</u>	<u>274</u>	<u>142</u>		<u>12.518</u>
	<u>18.907</u>	<u>7.888</u>	<u>2.839</u>	<u>11.277</u>	<u>1.746</u>	<u>776</u>	<u>3.879</u>	<u>29.751</u>	<u>(24.058)</u>	<u>53.005</u>
Total do ativo	<u>25.800</u>	<u>10.585</u>	<u>3.755</u>	<u>12.801</u>	<u>3.455</u>	<u>857</u>	<u>5.776</u>	<u>32.197</u>	<u>(25.915)</u>	<u>69.311</u>

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2014									
	Cimentos	Alumínio	Níquel	Zinco	Mineração Peru	Metais outros	Siderurgia	Holding e outras	Eliminações e reclassificações	Total Consolidado
Passivo e patrimônio líquido										
Circulante										
Empréstimos e financiamentos	772	171	16	231	26	53	217	44		1.530
Fornecedores	1.337	290	129	946	281	2	413	279	(435)	3.242
Contas a pagar - <i>Trading</i>	116									116
Salários e encargos sociais	317	97	64	65	84	1	93	70		791
Imposto de renda e contribuição social	12	12		5	18		61			108
Tributos a recolher	225	23	4	24	16	2	70	21		385
Dividendos a pagar	122	13	68	3	3	23	1	379	(223)	389
Adiantamento de clientes	26	778	99	4			103	2	(762)	250
Contas a pagar e outros passivos	346	87	39	76	44	9	51	278		930
	<u>3.273</u>	<u>1.471</u>	<u>419</u>	<u>1.354</u>	<u>472</u>	<u>90</u>	<u>1.009</u>	<u>1.073</u>	<u>(1.420)</u>	<u>7.741</u>
Passivos relacionados a ativos mantidos para venda	895								(434)	461
Não circulante										
Empréstimos e financiamentos	13.652	2.463	847	1.559	941	177	847	1.987		22.473
Partes relacionadas	71	65	73	127	48		480	1.083	(1.052)	895
Imposto de renda e contribuição social diferidos	511			876			26	100		1.513
Provisões	775	287	143	301	269	10	97	40		1.922
Contas a pagar e outros passivos	399	492	33	147		53	259	746	441	2.570
	<u>15.408</u>	<u>3.307</u>	<u>1.096</u>	<u>3.010</u>	<u>1.258</u>	<u>240</u>	<u>1.709</u>	<u>3.956</u>	<u>(611)</u>	<u>29.373</u>
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	5.781	5.807	2.240	6.382	1.633	527	3.058	27.168	(24.349)	28.247
Participação dos acionistas não controladores	443			2.055	92				899	3.489
Total do patrimônio líquido	<u>6.224</u>	<u>5.807</u>	<u>2.240</u>	<u>8.437</u>	<u>1.725</u>	<u>527</u>	<u>3.058</u>	<u>27.168</u>	<u>(23.450)</u>	<u>31.736</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>25.800</u>	<u>10.585</u>	<u>3.755</u>	<u>12.801</u>	<u>3.455</u>	<u>857</u>	<u>5.776</u>	<u>32.197</u>	<u>(25.915)</u>	<u>69.311</u>

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Demonstração de resultado – Segmentos de negócio

									2014	
	Cimentos	Alumínio	Níquel	Zinco	Mineração Peru	Metais outros	Siderurgia	Holding e outras	Eliminações e reclassificações	Total Consolidado
Receita líquida de produtos vendidos e serviços prestados	13.046	3.625	965	4.358	1.782	297	3.959	2.488 (*)	(2.461)	28.059
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(8.551)	(2.792)	(850)	(3.546)	(1.137)	(146)	(3.150)	(2.491) (*)	2.461	(20.202)
Lucro bruto	4.495	833	115	812	645	151	809	(3)		7.857
Receitas (despesas) operacionais										
Com vendas	(1.178)	(81)	(19)	(162)	(65)	(8)	(328)	(5)		(1.846)
Gerais e administrativas	(889)	(231)	(120)	(339)	(77)	(34)	(301)	(273)		(2.264)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	235	191	(100)	(283)	(108)	(49)	60	465	(82)	329
	(1.832)	(121)	(239)	(784)	(250)	(91)	(569)	187	(82)	(3.781)
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	2.663	712	(124)	28	395	60	240	184	(82)	4.076
Resultado de participações societárias										
Equivalência patrimonial	188	29	(5)	103		21	29	1.131	(1.238)	258
Resultado financeiro líquido										
Despesas financeiras	(1.679)	(479)	(44)	(114)	(46)	(37)	(178)	(480)	31	(3.026)
Receitas financeiras	321	172	39	20	7	28	68	158	(31)	782
Variações cambiais, líquidas	(88)	(295)	(96)	(262)			(16)	672		(85)
	(1.446)	(602)	(101)	(356)	(39)	(9)	(126)	350		(2.329)
Lucro antes do imposto de renda, da contribuição social e das participações	1.405	139	(230)	(225)	356	72	143	1.665	(1.320)	2.005
Imposto de renda e contribuição social										
Correntes	(235)	(41)	(1)	(18)	(124)	(26)	(57)	10		(492)
Diferidos	9	73	268	165	11	(4)	(2)	(368)		152
Lucro líquido (prejuízo) do exercício proveniente de operações continuadas	1.179	171	37	(78)	243	42	84	1.307	(1.320)	1.665
Operações descontinuadas										
Lucro líquido do exercício das operações descontinuadas	16									16
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.195	171	37	(78)	243	42	84	1.307	(1.320)	1.681
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	1.137	171	37	18	246	42	84	1.307	(1.448)	1.594
Lucro líquido (prejuízo) atribuído aos acionistas não controladores	58			(96)	(3)				128	87
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.195	171	37	(78)	243	42	84	1.307	(1.320)	1.681

(*) Referem-se a operação de venda de energia elétrica (Votener e Santa Cruz Energia).

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

								2013		
	Cimentos	Alumínio	Níquel	Zinco	Mineração Peru	Metais outros	Siderurgia	Holding e outras	Eliminações e reclassificações	Total Consolidado
Receita líquida de produtos vendidos e serviços prestados	12.431	3.420	1.337	3.701	1.556	330	3.774	1.170 (*)	(1.475)	26.244
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(8.195)	(2.889)	(1.299)	(3.073)	(991)	(182)	(2.921)	(1.052) (*)	1.475	(19.127)
Lucro bruto	4.236	531	38	628	565	148	853	118		7.117
Receitas (despesas) operacionais										
Com vendas	(990)	(86)	(26)	(183)	(56)	(3)	(327)	(5)		(1.676)
Gerais e administrativas	(797)	(189)	(151)	(375)	(85)	(28)	(362)	(257)		(2.244)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	317	(16)	(390)	(563)	(153)	(5)	(142)	(90)	(26)	(1.068)
	(1.470)	(291)	(567)	(1.121)	(294)	(36)	(831)	(352)	(26)	(4.988)
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	2.766	240	(529)	(493)	271	112	22	(234)	(26)	2.129
Resultado de participações societárias										
Equivalência patrimonial	142	(25)	(66)	23		(284)	25	256	(145)	(74)
Resultado financeiro líquido										
Despesas financeiras	(1.057)	(447)	(13)	(182)	(39)	(27)	(109)	(212)	77	(2.009)
Receitas financeiras	376	343	26	40	6	13	31	153	(77)	911
Variações cambiais, líquidas	(101)	(395)	(67)	(178)			(26)	253		(514)
	(782)	(499)	(54)	(320)	(33)	(14)	(104)	194		(1.612)
Lucro antes do imposto de renda, da contribuição social e das participações	2.126	(284)	(649)	(790)	238	(186)	(57)	216	(171)	443
Imposto de renda e contribuição social										
Correntes	(555)	50	(3)	(254)	(103)	(35)	(52)	(11)		(963)
Diferidos	(34)	147	245	345	9	80	30	(15)		807
Lucro líquido (prejuízo) do exercício proveniente de operações continuadas	1.537	(87)	(407)	(699)	144	(141)	(79)	190	(171)	287
Operações descontinuadas										
Prejuízo do exercício das operações descontinuadas	(49)									(49)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.488	(87)	(407)	(699)	144	(141)	(79)	190	(171)	238
Lucro líquido (prejuízo) atribuído aos acionistas controladores	1.446	(87)	(407)	(406)	156	(141)	(79)	190	(239)	433
Lucro líquido (prejuízo) atribuído aos acionistas não controladores	42			(293)	(12)				68	(195)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.488	(87)	(407)	(699)	144	(141)	(79)	190	(171)	238

(*) Referem-se a operação de venda de energia elétrica (Votener e Santa Cruz Energia).

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) EBITDA ajustado – Segmentos de negócio

									2014	
	Cimentos	Alumínio	Níquel	Zinco	Mineração Peru	Metais outros	Siderurgia	Holding e outras	Eliminações e reclassificações	Total Consolidado
Receita líquida de produtos vendidos e serviços prestados	13.046	3.625	965	4.358	1.782	297	3.959	2.488	(2.461)	28.059
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(8.551)	(2.792)	(850)	(3.546)	(1.137)	(146)	(3.150)	(2.491)	2.461	(20.202)
Lucro bruto	4.495	833	115	812	645	151	809	(3)		7.857
Receitas (despesas) operacionais										
Com vendas	(1.178)	(81)	(19)	(162)	(65)	(8)	(328)	(5)		(1.846)
Gerais e administrativas	(889)	(231)	(120)	(339)	(77)	(34)	(301)	(273)		(2.264)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	235	191	(100)	(283)	(108)	(49)	60	465	(82)	329
	(1.832)	(121)	(239)	(784)	(250)	(91)	(569)	187	(82)	(3.781)
Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	2.663	712	(124)	28	395	60	240	184	(82)	4.076
Adições:										
Depreciação, exaustão e amortização - operações continuadas	805	308	83	563	227	41	254	10		2.291
EBITDA	3.468	1.020	(41)	591	622	101	494	194	(82)	6.367
Adição:										
Dividendos recebidos	51	5								56
Itens excepcionais										
Opção de compra de ações da FIBRIA								126		126
Baixa por <i>impairment</i> de ágio	14									14
<i>Impairment</i> - imobilizado e intangível	22	358	81	84						545
Valor justo ativo biológico							(32)			(32)
Ganho na venda de investimento				(48)			(34)		82	
Outros	1	28								29
EBITDA ajustado	3.556	1.411	40	627	622	101	428	320		7.105

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

									2013	
	Cimentos	Alumínio	Níquel	Zinco	Mineração Peru	Metais outros	Siderurgia	Holding e outras	Eliminações e reclassificações	Total Consolidado
Receita líquida de produtos vendidos e serviços prestados	12.431	3.420	1.337	3.701	1.556	330	3.774	1.170	(1.475)	26.244
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(8.195)	(2.889)	(1.299)	(3.073)	(991)	(182)	(2.921)	(1.052)	1.475	(19.127)
Lucro bruto	4.236	531	38	628	565	148	853	118		7.117
Receitas (despesas) operacionais										
Com vendas	(990)	(86)	(26)	(183)	(56)	(3)	(327)	(5)		(1.676)
Gerais e administrativas	(797)	(189)	(151)	(375)	(85)	(28)	(362)	(257)		(2.244)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	317	(16)	(390)	(563)	(153)	(5)	(142)	(90)	(26)	(1.068)
	(1.470)	(291)	(567)	(1.121)	(294)	(36)	(831)	(352)	(26)	(4.988)
Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	2.766	240	(529)	(493)	271	112	22	(234)	(26)	2.129
Adições:										
Depreciação, exaustão e amortização - operações continuadas	773	322	72	490	279	47	234	9		2.226
EBITDA das operações descontinuadas	(1)									(1)
EBITDA	3.538	562	(457)	(3)	550	159	256	(225)	(26)	4.354
Adição:										
Dividendos recebidos	62	10								72
Itens excepcionais										
EBITDA das operações descontinuadas	1									1
Opção de compra de ações da FIBRIA								30		30
Baixa por <i>impairment</i> de ágio	2			381						383
Provisão <i>impairment</i> - estoque							137			137
Provisão <i>impairment</i> - imobilizado	31	(33)	405							403
Ganho na venda de investimento C+PA	(35)									(35)
Valor justo do ativo biológico			2				32			34
Outros	(2)	(58)						43	26	9
EBITDA ajustado	3.597	481	(50)	378	550	159	425	(152)		5.388

Votorantim Industrial S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) EBITDA ajustado

A tabela a seguir, concilia o EBITDA ajustado com a Nota 6.1. para o cálculo do índice de alavancagem financeira.

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro líquido anualizado	1.681	238
Adições (exclusões):		
Equivalência patrimonial	(258)	74
Resultado financeiro líquido - operações continuadas	2.329	1.612
Resultado financeiro líquido - operações descontinuadas	(34)	25
Imposto de renda e contribuição social - operações continuadas	340	156
Imposto de renda e contribuição social - operações descontinuadas	6	(1)
Depreciação, amortização e exaustão - operações continuadas	2.291	2.226
<i>EBITDA</i> antes do resultado das controladas e <i>joint ventures</i>	<u>6.355</u>	<u>4.330</u>
Adições (exclusões):		
Dividendos recebidos	56	71
Itens excepcionais		
<i>EBITDA</i> - operações descontinuadas	12	25
Opção de ações da Fibria	126	30
Baixa por <i>impairment</i> de ágio	14	383
<i>Impairment</i> - estoque		137
<i>Impairment</i> - imobilizado	545	403
Ganho na venda de investimento C+PA	1	(37)
Valor justo do ativo biológico	(32)	34
Outros	28	12
<i>EBITDA</i> ajustado	<u>7.105</u>	<u>5.388</u>